

DÉCADA 60 E MAIO 68

PARALELISMOS E INTERACÇÕES

*António Coimbra Martins**

No século passado a década sessenta revelou-se excepcionalmente fértil em rebeliões estudantis. Algumas evocaremos no texto presente, a propósito do quadragésimo aniversário de Maio 68 em Paris, e nesta nos demoraremos, que foi a mais importante de todas, e podia ter acabado em revolução. De Maio 68 chamada, e localizada em Paris, com alguma inexactidão, porque o rastilho se acendeu, não na capital, mas nos arredores – na Universidade de Nanterre¹, em Março; e porque o incêndio se foi comunicando a toda a França, e não só; e ainda porque se foi atenuando em Junho, sem todavia se apagar o temor, aliás fundado, de que se reatasse. Por outro lado, se, em vez de focar a própria rebelião, procurássemos as suas consequências, teríamos de alongar a busca pelos anos adiante. Até ao início da década seguinte; e, pelo menos no quadro da Universidade e no dos comportamentos, até hoje.

Não iremos tão longe, nem nos limitaremos aos militantes franceses de Maio... Trataremos também dos portugueses em contestação, dos que se refugiavam e tentavam em França o combate à «situação» portuguesa, dos que pretenderam alinhar com os «acontecimentos», ou neles se acharam envolvidos; e consideraremos ainda, para além de Maio e de 68, os posteriores anos sessenta, em França e Portugal, que significaram, para ambos os países, o termo de uma época, concluída com a morte de dois homens excepcionais.

*

O nosso país tem a sua tradição, forte, de movimentos estudantis. Na década de sessenta, tivemo-los em 62, em 65, em 69.

Lembranças de 62. O reitor era Marcelo Caetano, professor de Direito de excelente reputação profissional, mas que tinha sido Comissário Nacional da Mocidade portuguesa, organização criada em 1936, em tempo de repetidos inter-

* Ensaísta. Antigo Ministro da Cultura.

¹ Nanterre. – *Chef-lieu* do departamento dos *Hauts-de-Seine*. Contaria cerca de cem mil habitantes ao tempo dos «acontecimentos». As instalações universitárias (Paris 10) datavam de quatro anos antes.

câmbios com a *Hitlerjugend*, conduzidos do nosso lado por Nobre Guedes. Ao sabor dos tempos Caetano evoluíra, a ponto de os dirigentes estudantis, por estratégia, reclamarem ao tempo (62) a sua manutenção no alto posto de reitor, quando se anunciava a demissão. Tendo evoluído, continuava a não arriscar grandes jogadas, tergiversava, e era até capaz de prometer, para evitar o mau passo, sabendo que não cumpriria. É o que parece demonstrar uma anedota esquecida.

Para obstar a um plenário, susceptível de ser interrompido pela polícia, Caetano comprometeu-se uma vez a comparecer, para debate dos problemas, numa larga reunião estudantil, que se adiará para a noite, no restaurante Castanheira, na alameda das Linhas de Torres.

Compareceram muitos estudantes e alguns assistentes e professores, entre os quais Maria de Lourdes Belchior. Discutiu-se muito e até tarde. Mas o reitor não foi. E, pelas duas horas da manhã, recebeu-se a ordem de evacuação imediata. Em força, a polícia estava à porta e nas cercanias. Formou alas. Os universitários reunidos, para evitarem por sua vez o pior, abandonaram os locais em longas filas, entre as alas, ao cabo das quais deviam dispersar, como fizeram.

Tínhamos tido o nosso *sit-in* (ou *sit-out*) em Lisboa, no estádio universitário. Maior e mais consequente foi o da universidade da Califórnia, em 64, de Setembro para Outubro. O senado académico de Berkeley mostrar-se-ia muito compreensivo.

62, 64, 66... De 22 para 23 de Junho de 1966, *sit-in* na Universidade de Berlim.

Em Nanterre começam os incidentes em Março de 67; uma primeira greve em 23 de Novembro. Revela-se uma vedeta: Daniel Cohn-Bendit².

68 começa, no mundo estudantil, com escaramuças em Caen³. Em fins de Janeiro, agrava-se a situação em Nanterre. É chamada a polícia. Desde o princípio de Fevereiro, greve geral das universidades em Itália. Em Março é invadido o edifício administrativo da universidade de Nanterre, por centena e meia de estudantes (movimento de 22 de Março). Uma semana depois encerra provisoriamente (pela primeira vez) a Faculdade. Concessão inevitável: a 30, um conselho universitário autoriza (sujeitando-as a regulamento) as actividades políticas no seio do estabelecimento. Os estudantes promovem, a 2 de Abril, uma «jornada da universidade crítica»⁴ em Nanterre.

² COHN-BENDIT, Daniel. – Nascido em Montauban (França) em 1945, de pais alemães, refugiados da Alemanha, em 1933, desde que Hitler chegou a chanceler. Optou pela nacionalidade alemã, dizem uns que para aproveitar de uma bolsa, concedida por Bonn, no âmbito das reparações a judeus; e outros, que para evitar a guerra da Argélia. 24 anos em Maio 68.

³ Caen. – Capital da região da Baixa Normandia. Dotada de um importante centro universitário, de institutos de pesquisa e de uma escola de engenharia, a cidade ia-se especializando no ensino e na pesquisa.

⁴ O conceito de universidade crítica derivava das teorias do filósofo Herbert Marcuse, ou era por ele apoiado. Ver nota 6.

No dia seguinte (3 de Abril) o conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal em Paris⁵, assina uma informação sobre a agitação estudantil em geral. Começa nestes termos:

A crise no mundo dos estudantes é certamente menos grave, por ora, em França, que noutros países. Os universitários de Nanterre estariam principalmente interessados em eliminar as restrições ao convívio de rapazes e raparigas nas cidades universitárias.

As «restrições» e reivindicações, a que se refere, tinham existido. Mas os estudantes iam já muito mais longe. É verdade que a «universidade crítica» não era uma concepção francesa. Já no ano anterior (11 de Julho) se promovera em Berlim, em presença do filósofo Herbert Marcuse⁶, uma reunião para a criação da «universidade crítica de Berlim». Em Maio 68 tornou-se, em Paris, uma personagem mediática, de que discorriam com frequência os semanários; e apareceria em pessoa e entrevistaria, em colóquios e debates.

*

Uma análise que se pretendesse objectiva devia reconhecer que as faculdades estavam saturadas, que as condições de trabalho eram deficientes, que a relação discente/docente excluía o diálogo, que uma grande percentagem dos estudantes não conseguia obter os pretendidos diplomas, que os diplomas estavam longe de assegurar uma colocação, que as soluções encaradas nas esferas dirigentes – selecção mais rigorosa, orientação compulsiva dos candidatos – eram contrárias à democratização do ensino, e que a dimensão política da questão permanecia vedada à discussão... O nosso embaixador Marcelo Matias reconhece isto, mais ou menos, após a tempestade ter amainado.

Simultaneamente a classe operária sofria da exiguidade dos salários, das condições duras de trabalho, dos horários exaustivos, da insuficiente segurança social... Muito perto da Universidade de Nanterre, em Bezons, ficava a fábrica *La Cellophane*, cujos operários, sujeitos a um regime muito duro (dito dos «três oitos») tinham eco das peripécias vizinhas. Entre eles, o português Jorge Spínola, parente remoto do nosso general que viria a ser comandante em chefe na Guiné... Noutros sítios tinham-se já produzido em 67 greves importantes (Rhodiacéta, Berliet); os sindicatos, de filiação comunista ou não, viam-se perante os mesmos desafios e a conjuntura facilitava o entendimento. As fábricas Berliet produziam camiões de grande préstimo em Angola.

⁵ Como para se corresponder à premência dos «acontecimentos», fora nomeado no mês anterior (14 de Fevereiro). Era Sousa Pernes.

⁶ Nascido em Berlim em 1898. Fugindo ao nazismo, naturalizou-se americano. De alguns dos seus livros principais, à data, não havia ainda tradução francesa, quando começaram «os acontecimentos».

No primeiro de Maio (68) a CGT (Confederação Geral do Trabalho) quis ainda reatar sozinha a tradição do grande desfile, interrompida desde 1934. A demonstração de força foi plenamente conseguida. Mas o poderoso serviço de ordem do sindicato opôs-se à participação de diversos gauchistas e de estudantes. Um grande leiteiro anunciava: *Les fils à papa au boulot*.

Inversamente fora reservado lugar no cortejo a delegações estrangeiras: espanhola, grega... e portuguesa. Assim, no princípio de Maio 68, portugueses politizados são chamados a tomar parte, e correspondem. Disciplinados, discretos, sinceramente convictos da sua verdade...

*

A presença portuguesa em Paris era forte e diversa. Havia os instalados, espalhados pelos bairros da capital, cujos nomes bem característicos figuravam na lista dos telefones. Quem a percorresse dava-se conta... Havia os que frequentavam as festas do «Sr. Consulado», grande cobrador de «urgências». As secções mistas no quadro das *Amitiés françaises*, com aristocratas e amigos beneficiados do nosso regime. Havia os artistas que procuravam ambiente, modelos, convívio, respiração, em benefício do seu empenho. Na sequência da primeira guerra mundial, desenvolvera-se a imigração laboral, que recrudesceu após a segunda, quando a Europa começava a recuperar, e que atingiria o seu máximo na década sessenta, com interrupções e retornos precisamente em Maio 68. Os trabalhadores dos «três oitos», desde antes do reagrupamento familiar, eram acolhidos, ou «enlatados», nos *foyers*. E havia a imigração política... Na primeira metade da década, embora longe de Paris, e até impedidos de penetrar em França, Henrique Galvão e Humberto Delgado tinham agitado, sob fundo de guerra colonial, a política portuguesa. Não poderia afinal forjar-se, ou pelo menos idear-se em Paris a revolução?

Lacunas flagrantes:

Faltavam os instrumentos da presença estudantil, e da afirmação cultural, que tantos outros países dispensavam: um pavilhão português na Cidade Universitária, e um Centro Cultural, à disposição dos interessados na nossa terra e nos diversos aspectos da sua vida, história e projecção. A Fundação Gulbenkian entendera suprir estas deficiências. A primeira pedra do pavilhão português na Cidade Universitária foi lançada em 6 de Outubro de 1960, em cerimónia pouco concorrida e sem estudantes, a que presidiram Louis Joxe, ministro da Educação francês, Marcelo Matias, então nosso ministro dos estrangeiros, em visita oficial a França, e Azeredo Perdigão, presidente da Fundação. Um Centro Cultural português foi inaugurado na antiga residência de Calouste Gulbenkian na avenida de Léna, em 3 de Maio de 1965. Presidiram Azeredo Perdigão e André Malraux.

A imigração política, que, como a laboral, aumentava, ia-se diversificando e mudando de feição. Acentuava-se o contraste entre os «antigos» da oposição republicana, ou menos antigos, afectos ao Movimento de Acção revolucionária (MAR)

e os jovens que as peripécias da nossa universidade, o serviço militar iminente atiravam para o estrangeiro. Do MAR tinha-se destacado um grupo que entendia renová-lo; daí a chicana que opunha o MAR vivo ao MAR morto.

Não faltavam intelectuais. Certos *bistrots* e hotéis, sobretudo no Bairro latino, posteriores ao restaurante de livre serviço *Capoulade*, tinham clientela fiel de oposicionistas portugueses. No café em frente, do lado oposto do boulevard Saint-Michel, aparecia, entre outros, António José Saraiva. No hotel Saint-Pierre (rua da Escola de Medicina) instalara-se Joaquim Barradas de Carvalho, que completava a sua tese, e pernoitavam de passagem Urbano Tavares Rodrigues e Mário Soares. Morador na rua Descartes, Jorge Reis matava saudades, discutia revoluções e desilusões com os portugueses que iam e vinham, e escrevia um romance. Maria Lamas – tão diferente da Rosa Silvestre das *Modas e Bordados!* – ia-o lendo com amizade incitativa. Vieira da Silva, privada, por disparate das nossas autoidades, de passaporte português, vivia com seu marido Arpad Szenes, também pintor, num vasto estúdio do *quatorzième arrondissement*, que frequentavam admiradores e amigos íntimos.

Membros do Partido Comunista Português, ou ex-membros, mas sempre comunistas, naturalizados franceses, agiam no meio operário da imigração, enquadrados pelo Partido Comunista Francês. Conseguiram adeptos, sabiam as receitas, e esmeravam-se no trabalho associativo. Depois tinham chegado os foragidos do golpe de Beja, directamente, ou via Argel, onde se tinha sediado a Frente patriótica. Muito efusivo e bem sucedido, Francisco Ramos da Costa conseguiu travar e aprofundar contactos com a SFIO (Secção Francesa da Internacional Operária), o que facilitaria a criação e desenvolvimento do núcleo parisiense da Acção Socialista Portuguesa, nascida em Lisboa, em 1964. Acontecia que Piteira Santos viesse de Argel a Paris, onde trocava impressões com Ramos da Costa, mas Tito de Morais, que, abandonada a Frente, se fixara em Roma, estava proibido de entrar em França. Seria ele o mais empenhado e eficaz promotor do periódico *Portugal socialista*, editado em Roma, com largas contribuições de Portugal e Paris. Álvaro Cunhal que, na fase da «directão exterior» do seu partido, passara, após Moscovo, por Bucareste, Praga, Argel e Roma, demorando-se mais em Paris, encontrara nesta cidade poiso habitual em Montreuil. Não ficava longe de Santiago Carrillo, seu homólogo espanhol, com quem tinha tido dissensões; esse, completamente emancipado do estalinismo, residia em Champigny, em apartamento urbano. Na imigração laboral o trabalho da esquerda, confiado a militantes de base, e mais intenso em dias de mercado, só era contrabalançado pela acção muito eficaz da igreja. Sobre a passagem de Cunhal por Bucareste, o embaixador da Roménia, Constantin Flitan, segredaria em Paris que o nosso compatriota recebera em Moscovo a missão de convencer Ceausescu de que as veleidades deste último, nos domínios ideológico e militar, constituíam uma real ameaça para a União Soviética, em vias de se tornar intolerável.

Desde finais de 1964 e princípios de 1965 a oposição política portuguesa foi enriquecida ou perturbada por uma nova tendência: a dos apoiantes ou simpatizantes da FAP (Frente de Acção Popular), destrojada pela polícia em Portugal, que foi a primeira tentativa de agrupamento e organização, do comunismo luso-maoísta. De menos ideologia e mais acção, surgiu a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), fruto do corajoso activismo de um veterano: Palma Inácio, que planeou em Paris a organização (1965) de alguns dos seus golpes. A extradição, pedida por Portugal, nem dele, nem de correligionários seus, nunca foi concedida pela justiça francesa, nem antes, nem depois de Maio, o que originou, cuidadosas mas repetidas manifestações de protesto, por via diplomática.

Além dos partidos de esquerda franceses, atendiam os nossos imigrados e militantes de passagem, o Ateneu Ibero-americano e a Liga do Ensino laico. Esta última criara uma secção portuguesa. No âmbito do Grande Oriente – a maior obediência maçónica francesa – reunia-se uma loja, a Ibéria, que abrigava sobretudo republicanos espanhóis, mas admitia portugueses. A Grande Loja passaria mais tarde a contactar compatriotas nossos, mas inicialmente sem se declarar.

A desapareição e depois o assassinio do general Humberto Delgado (1965, Fevereiro) tinham agitado a franja politizada, relativamente exígua, da nossa comunidade. As reuniões que se conseguiam mediante o isco do teatro, canções de intervenção, ou outro género de atracções passaram a suscitar muitas vezes incitamentos à acção armada, com armas e hostes que não existiam. A revolução não se fazia, mas os artistas confirmar-se-iam mais tarde, em ocasião propícia.

Glória da oposição à ditadura, Emídio Guerreiro, então de sessenta e seis anos, e instalado na avenida de Versailles, incitava a seu modo, e tinha os seus conluios e arrufos com Palma Inácio, intermitente de Paris. Presidira a certo *Comité para a defesa das liberdades em Portugal*, que denunciava as arbitrariedades do governo respectivo, mas fora posto em minoria nos debates consequentes ao assassinio de Delgado. Simultaneamente redobrou de vigor. Numa reunião da Liga do Ensino laico, exposição seguida de debate, interveio fogueiramente na segunda parte, ele que ensinava matemática, sustentando que a solução para o problema português, e a natureza da solução, eram um imperativo da Lógica universal da aritmética racional. Em final de discurso levantou-se, caminhou para a mesa do conferencista, e escreveu no quadro preto a giz, em grandes letras, as iniciais da tal Lógica (universal da aritmética racional) que formavam a palavra LUAR. A assistência, que enchia a sala a transbordar, reagiu diversa e ruidosamente.

A propósito de Guerreiro houve diligências diplomáticas, encomendadas pelo Ministério Português dos Negócios Estrangeiros, sem efeito. Aliás, Guerreiro tinha conhecimentos de alto nível. Entre eles o ultra-gaulista Michel Debré⁷, que, pelo menos, nutria pela personagem curiosidade, senão alguma simpatia. Mas as acções deduzidas da Lógica universal, como o assalto ao Banco na Figueira

da Foz (67), e o plano de guerrilha, totalmente fracassado, que devia começar pela tomada da Covilhã (exactamente em 1968), não seriam de benefício para a queda do regime. Quando se desencadearam os «acontecimentos» em Paris, Palma Inácio estava preso em Portugal. Perito em evasões, conseguiu escapar-se mais uma vez, passar a Espanha e regressar a França. Voltou a ser indigitado, mas em papel de guarda-costas, para outro plano, esse mais viável, que o teria levado ao Senegal.

*

O «acontecimento» do princípio de Maio fora o cortejo da CGT. Os estudantes, frustrados, não se mostram mais conciliantes em Nanterre. Aos mais animosos ou revoltosos chamam os *enragés*. O *Diário de Notícias* traduzirá os «cães raivosos». Oito de entre eles terão de comparecer perante o conselho da Universidade daí a quatro dias. Mas as autoridades académicas não esperam tanto. A 2 de Maio ordenam o encerramento da faculdade.

A partir de então as prisões – nesta altura em grande número, mas em geral por poucas horas, salvo nalguns casos...; o início da transformação da contestação em motim; a politização crescente do movimento; as assembleias, as greves, a extensão das greves ao secundário, de onde provêm os Comitês de acção liceais (os mais novos são muito assíduos às manifestações); as noites de luta, os desfiles, o Bairro latino em alvoroço quase contínuo; os cortejos que saem do Bairro latino, percorrem Paris, e voltam ao ponto de partida; as árvores arrancadas, as matracas, os gases lacrimogéneos, os automóveis incendiados; a crescente afirmação da liderança de um Cohn-Bendit, um Jacques Sauvageot⁸, um Alain Geismar⁹, um Alain Krivine...¹⁰

Na noite de 6 para 7, verdadeiro motim; na de 10 para 11, uma batalha. Os estudantes improvisaram barricadas, e batem-se de igual para igual com a

⁷ DEBRÉ, Michel, (1912-1997). – Doutor em direito, diplomado em Ciências políticas, evolui de Vichy para o gaulismo (Fevereiro de 1943). Adere ao *Rassemblement du peuple français* (1947). Supervisa a Constituição de 1958. Primeiro ministro no ano seguinte; ministro da Economia nos terceiro e quarto governos Pompidou. Demitiu-se deste último (25 de Maio) por achar indulgente a reacção aos «acontecimentos». Logo voltou, porém, no governo Pompidou remodelado, aos Negócios Estrangeiros. Guardou a pasta no governo Couve de Murville (12 de Julho), de que teria ambicionado ser o chefe ele mesmo. Após a demissão do General, continuou a encarnar a fidelidade ao gaulismo.

⁸ SAUVAGEOT, Jacques. – Estudante de história de arte, militar no PSU (Partido socialista unificado), e chegara a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes de França. Como o presidente viesse a demitir-se, Sauvageot achou-se desde Maio à frente daquele poderoso organismo – a UNEF.

⁹ GEISMAR, Alain. – Era mestre-assistente na Faculdade de Ciências de Paris, e secretário geral do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup). Tinha 29 anos, ao tempo dos «acontecimentos».

¹⁰ KRIVINE, Alain. – Fundara em 1966 a Juventude comunista revolucionária, dissidente do Partido Comunista francês. De filiação trotskista, o seu movimento viria a ser dissolvido pelo governo em 19 de Junho. Revelara-se excelente organizador e orador. Tinha 27 anos, em Maio.

polícia. *Un choc, vraiment, à la vision, le 11, au matin, de ce qu'est devenu le Quartier...*¹¹ Passadas as duas da manhã do dia 12 a polícia ataca as barricadas, já mais de meia centena. A defesa é animosa e competente. Nos hospitais teriam dado entrada, feridos, quase tantos polícias como estudantes ou apoiantes. Como resposta à violência da repressão, dirigentes sindicais e estudantis apelam para uma greve geral no dia 13.

Entretanto, no sábado, dia 11, pelas cinco da tarde, dirigira-se um grupo de estudantes para o anexo da Sorbonne, que funcionava perto, em Censier¹². Não estava policiado. Entraram. Outros afluíram. Declarou-se a ocupação do anexo.

Horas depois, ao fim da tarde, aterrava em Orly, o avião em que regressava a Paris o primeiro-ministro Georges Pompidou¹³ com a sua comitiva, após uma visita de Estado ao Irão. Pompidou avista-se com de Gaulle. Conversa com Alain Peyrefitte (ministro da Educação¹⁴). Achou-se que convinha largar lastro. Da alocação de Pompidou, pouco depois das onze da noite: – «Decidi que a Sorbonne estaria livremente aberta a partir de segunda-feira». Havia estudantes presos? – «Os tribunais deliberarão sobre os pedidos de libertação apresentados»...

No dia 13, segunda-feira, a Sorbonne é ocupada. De Censier já vimos. A Escola das Belas Artes (rua Bonaparte) foi ocupada a 14; o teatro do Odéon, na orla do Bairro latino, entre o Luxemburgo e o Senado, a 15. Eram como posições estratégicas naquela região de Paris, de que o comando estudantil supremo ficasse na Sorbonne.

*

Nesta altura encontrava-se em Paris, onde deve ter passado a maior parte de 1968, José da Felicidade Alves (1925-1998), sacerdote progressista, pároco

¹¹ COTTA, Michèle. – *Cabiers secrets de la V^e République*, vol. 1, Paris, Arthème Fayard, 2007, p. 113.

¹² *Centre Censier*, criado em 1964 na rua de Santeuil, quinto *arrondissement*, que não cessou de se desenvolver. Parte activa nos «acontecimentos», a partir da data indicada.

¹³ POMPIDOU, Georges, (1911-1974). – Director do gabinete do General (58-59), primeiro ministro de 62 a 68; quatro gabinetes sucessivos dos quais o último prolongado em remodelação. Chefia, pois, o governo ao tempo dos «acontecimentos». Eleições feitas, de Gaulle substitui-o por Couve de Murville (ver nota 73). Presidente da República após o General, faleceu em curso de mandato. Devesse-lhe o Centro de Arte e Cultura, que tem o seu nome. O Presidente seguinte foi Giscard d'Estaing.

¹⁴ PEYREFITTE, Alain. – Nascido em 1925, iniciou tarde a sua carreira política (1958). Ministro da Informação no segundo governo Pompidou (6 Dezembro 62), da Pesquisa científica no terceiro (8 Junho 66), da Educação Nacional no seguinte. Neste último posto enfrenta os «acontecimentos», mas demite-se em Maio 68; não estava de acordo com a reabertura da Sorbonne. Voltou ao governo desde 77, como ministro da Justiça, até à eleição de Mitterrand. Autor de ensaios sobre a China, e sobre os problemas da França (*Le Mal français*, 1976); e sobretudo de uma obra importante sobre o General: *C'était de Gaulle*, 3 vols, 1994, 1997, 2000, o último dos quais póstumo. Tinha falecido em 1999.

de Nossa Senhora de Belém, que a hierarquia deixara ou procurara que se afastasse por um tempo do nosso país, devido às posições que assumia, extremamente avançadas em relação ao catolicismo português dominante, e mesmo ao catolicismo romano. O Paris convulso de então não o moderaria. Mal o padre se instalou... Palavras suas, em entrevista a *O Jornal*, suplemento ilustrado, referente a 17/23 de Março de 1989: «logo a seguir deu-se o Maio 68».

Na sua monumental obra sobre Salazar, Franco Nogueira analisa o texto de uma correspondência que o pároco teria enviado de Paris ao Cardeal Cerejeira, sob forma de carta aberta. O texto de Felicidade teria alcançado «larga difusão», e teria feito «estremecer os meios católicos portugueses»:

[*Felicidade*] contesta o papado, condena o clero, defende a completa laicização da sociedade civil, advoga a abolição da estrutura episcopal, nega o direito divino da hierarquia, denuncia o que tem por conluio entre os eclesiásticos e os poderosos do mundo (capitalistas, governantes, forças militares e polícias), reivindica uma justiça social que afirma só poder resultar de uma «clara e completa socialização ou comunismo», e proclama em suma a necessidade de uma «revolução total» com «mutação rápida e total nas estruturas vigentes, jurídicas, económicas, sociais, políticas, culturais, e instauração de uma ordem «radicalmente nova».

Sobre o texto que assim reproduz por palavras suas, Nogueira dá depois a sua opinião:

É de ostensiva insubordinação contra o magistério e a disciplina da Igreja a atitude do sacerdote e fica perturbado o Cardeal Cerejeira, para mais seu amigo pessoal; mas, antes de tomar medidas, procura saber se aquele está pronto a uma explicação ou reconsideração; escreve ao pároco de Belém, que de momento se encontra aliás em Paris, duas cartas que não lhe chegam às mãos, dadas as perturbações em França; o patriarca aproveita então como intermediário o bispo D. Manuel Falcão, que tem de se deslocar àquela cidade, e que se avista com o padre Alves; e este, além de rejeitar qualquer retractação e insistir nas suas teses, envia ao Cardeal dois longos textos de ironia, de troça, mesmo de sarcasmo, em que se situa fora de toda a ordem hierárquica e atinge a pessoa do Patriarca. É afastado de Belém o pároco¹⁵.

Desta apresentação dos acontecimentos, difere muito o que escreverá o próprio padre Felicidade, na já referida entrevista a *O Jornal*. E até sobre a sua exoneração de pároco de Belém. Esta medida não teria sido provocada por nenhuma carta sua, aberta ou fechada. Mas houve realmente sanção. Felicidade lembra-se de quando teve notícia dela. Não está bem certo do dia, mas não erra quanto à conjuntura: «Foi quando, no dia 13, se não me engano, vim a saber que

¹⁵ Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 6 (Porto, Livraria Civilização editora, 1985), pp. 354/355.

estava demitido da paróquia». O dia 13 é importante história dos acontecimentos de Maio. Foi, como vimos, o da ocupação da Sorbonne.

Outra discrepância. Teria havido, sim, uma troca de cartas entre Cerejeira e Felicidade, mas teria sido o Cardeal a encetar a comunicação.

Novamente do padre Felicidade, entrevista a *O Jornal*: «Já em Paris, recebi uma carta do Patriarca, muito meiga, à qual respondi com três cartas violentas». Não temos meio de conhecer a «carta meiga», nem a sua data. Quanto às respostas violentas, Felicidade situa-as com precisão. A primeira, a 14 de Maio; a segunda, a 15; a terceira, a 7 de Junho.

A primeira teria sucedido à diligência do emissário de Cerejeira junto de Felicidade. Continuamos a respigar da entrevista do padre:

No dia 14 de Maio passou pela Casa dos estudantes portugueses na *Cité universitaire* o bispo auxiliar D. Manuel Falcão. Sua Eminência não podia manter-me nas funções de pároco, mas esperava que fosse eu próprio a adiantar-me e a renunciar à paróquia.

Teria sido a diligência do bispo, no dia seguinte ao do rumor da demissão (ou de um risco de demissão) que teria provocado a primeira «carta violenta» do padre Felicidade ao Cardeal Patriarca?

Falta explicar o que teria levado Cerejeira a diligenciar por «carta meiga» e por interposta pessoa junto do pároco. Possivelmente um documento por este elaborado, que dissertava das *Perspectivas actuais de transformação nas estruturas da Igreja*, com o subtítulo *Sentido de responsabilidade na vida política do país*¹⁶. Não se tratava de uma carta a Cerejeira, mas de uma exposição ao Conselho paroquial de Belém. Muito naturalmente, o Patriarca teria tido conhecimento destas *Perspectivas*... e elas constituíam a «carta com larga difusão», que Nogueira situa na origem do «escândalo público», causado desde Paris pelo muito progressivo eclesiástico.

Em nota do seu livro, Nogueira resume o conteúdo das cartas de Felicidade, em resposta à diligência do bispo D. Manuel Falcão:

Nas suas cartas, o padre Alves reclama julgamento num tribunal eclesiástico, repele o que classifica de repressão autoritária, recusa-se a pedir a demissão de pároco, e reivindica o direito de, como padre, se ocupar de assuntos políticos, desde os problemas de direitos humanos até às questões de África. Neste particular diz: «o ponto crucial é o problema colonial» que classifica de «mito nacional»¹⁷.

¹⁶ Notícia deste opúsculo no artigo sobre o padre Felicidade, que insere o *Dicionário cronológico de autores portugueses*, vol. 5 (Lisboa, Europa-América, 2000), p. 388. As *Perspectivas actuais*... teriam sido impressas ou policopiadas em 1968.

¹⁷ Nogueira, op. cit., nota única à p. 355.

Falta insistir num ponto. Quando o padre Felicidade diz, na sua entrevista a *O Jornal*, que soube, no dia 13 de Maio, da sua «demissão» da paróquia de Belém, julgamos que deve antes entender-se do «projecto de sua demissão». Aliás, nas suas «cartas violentas», posteriores, Felicidade recusa-se a pedir ele mesmo a exoneração. A literatura mais recente, sobre o caso, de que distinguimos o livro *Testemunho aberto* de Abílio Tavares Cardoso e João Salvado Ribeiro¹⁸, escrito e publicado em tempo de plena liberdade de imprensa, situa o afastamento compulsivo em 1968, mas em 2 de Novembro.

*

Desde as ocupações no Bairro latino, os contestatários das Belas-artes deram uma finalidade revolucionária à Escola, transformando-a, como disseram, em *atelier populaire*.

Este *atelier* desempenharia um papel relevante e pitoresco, enquanto funcionou, e funcionaria até aos últimos dias de Junho. Em teoria, de maneira perfeitamente democrática, à moda do tempo...

Uma assembleia de bairro (constituída como?) decidia, antes de mais nada, quais os temas de actualidade, dignos de inspirar a criação de cartazes. Os estudantes, e muitas vezes professores e pintores que os assistiam, trabalhavam sobre os mais estimulantes, após o que a assembleia escolhia o melhor de todos, cujo autor devia permanecer inteiramente anónimo.

Assim nasceriam muitas centenas de desenhos, que eram reproduzidos por litografia ou serigrafia em milhares de exemplares, e levados em maços ao Comité de ocupação da Sorbonne, e/ou a assembleias de bairro, que tratavam de os fazer afixar pelas paredes da cidade. Encontravam-se frequentemente nas cervejarias de Montparnasse, onde apareciam amadores, e mais tarde coleccionadores na mira de os adquirir. Alguns deles pagavam bem, mas os estudantes, por sua parte, destinavam o dinheiro, ao que diziam, aos «danados da terra».

*

O teatro do Odéon, ocupado a 15, como vimos, datava dos fins do séc. XVIII, e tinha tido, sob vários estatutos, um passado glorioso. Era ao tempo dirigido por dois actores de brilhante carreira: Madeleine Renaud e Jean-Louis Barrault. Transformou-se instantaneamente num centro de discussão aberto. Deu origem a um contínuo fluxo de pessoas que lá esperavam a vez de subir à cena, e não só discutiam da universidade, da contestação e da política, como de qualquer outro assunto, colectivo ou pessoal. Muitos falavam por falar, outros desabafavam. Às

¹⁸ *Testemunho aberto/O caso do padre Felicidade*, Lisboa, Multinova, 1999.

vezes havia música, jazz, conjuntos musicais solidários ou *ad hoc*. Mal a ocupação se consumara, e ficara o teatro cheio, o director veio ele mesmo à ribalta, e gritou alto: – *Jean-Louis Barrault est mort*. Queria ele significar que enterrava o seu passado de artista conformista, e aderira com ímpeto à renovação da sociedade. Uma fórmula surgiu depressa: – *Quando a Assembleia Nacional se transforma em teatro burguês, todos os teatros burgueses devem desempenhar o papel de assembleias nacionais*.

Evidentemente nem todos os intervenientes no espectáculo interminável eram bem acolhidos. Exemplo, os políticos profissionais. Pierre Mauroy, ao tempo número dois da SFIO, e futuro chefe do primeiro governo Mitterrand, lá quis ir explicar a sua opinião sobre os «acontecimentos», acompanhado de Antoine Blanca, que seria promovido a embaixador em tempos daquele Presidente, e alto funcionário da ONU. Blanca, perito em assuntos ibéricos e sul-americanos, era então o elo de ligação mais prestável e valioso entre o núcleo parisiense da ASP e a SFIO. Iam ambos – Mauroy, Blanca – correctamente vestidos, de fato e gravata. O aspecto comprometeu imediatamente a prestação. Foram acolhidos ao grito dominante de *bureaucrates, dehors bureaucrates!*, que os levou a abreviar a sua presença em cena.

Era pior, às vezes, a reacção do «público». Um ou outro negro que se demonstrava no palco era mimoseado em termos como *Arrête, Bamboula!*

Estes incidentes não desencorajavam, antes divertiam os assistentes, que às vezes ali iam «passar um bocado».

Um compatriota nosso – Inácio Padilha –, como trabalhava perto, na livraria Arthème Fayard, era dos mais assíduos. Inscrição: *Nous n'occupons pas; l'Odéon nous occupe*.

*

Na avenida de Iéna, o Centro Cultural da Fundação Gulbenkian não tinha que temer ocupações, ao contrário dos pavilhões da Cidade Universitária, de que já discutiam os activistas de diversos países, sobretudo dos privados de democracia. Era propriedade particular – como resultara de iniciativa particular o Pavilhão – e sobretudo estava (e está) localizado num bairro muito distante de todos os palcos dos «acontecimentos», e a dois passos do Centro Internacional de Conferências, hiper-protégido, porque lá se desenrolavam desde 10 de Maio, as conversações entre americanos e vietnamitas sobre a guerra do Vietname.

No entanto o director do Centro tomara as precauções que julgara convenientes. Após a ocupação da Sorbonne, uma delegação solicitou e obteve audiência. Um dos estudantes – eram meia-dúzia – levava um magnetofone para gravar a conversa, mas o aparelho não funcionou. A troca de impressões decorreu sem incidentes. Mas o Director decidiu por essa altura mudar de Secretária.

Uns vinte dias mais tarde (fim da primeira semana de Junho) sucedeu que foi ocupado, fora de propósito e fora de tempo, o Instituto britânico. Os estudantes crismaram-no de Instituto popular, acrescentando esse trunfo às «aquisições» da revolução. Por isto renasceram e recrudesceram, a vários níveis, as inquietações quanto ao Centro Gulbenkian. Mas nada veio perturbar o seu funcionamento mais cuidadoso, que nunca foi interrompido.

*

O apelo à greve no dia 13 obteve uma adesão maciça; da manifestação desse dia *Le Figaro* comenta que *un véritable flot humain a traversé Paris*. Conformemente à sugestão de Pompidou foram libertados mais estudantes. Mas a situação agravou-se em Estrasburgo, onde foi invadida a reitoria. Por outro lado, um comunicado da União inter-federal dos sindicatos de polícia, oposta à temporização, em que na altura apostava o primeiro ministro, comentava as declarações que este fizera como *désaveu absolu* da acção dificilmente desenvolvida pelas forças da ordem.

Continuava a greve a 14, declarava-se a ocupação da fábrica *Sud-Aviation* em Bouguenais (Nantes). Com a notícia respectiva rejubilariam os líderes da Sorbonne. Em Nanterre reunia-se uma assembleia constituinte, mas o governo, ainda contemporizador, anunciava o agendamento de um projecto de amnistia¹⁹.

O Ofício da rádio e televisão (ORTF), cujas emissões cobriam o território nacional, e não só, era cada vez mais atacado pela parcialidade sobretudo da televisão. Como se tivesse ignorado os «acontecimentos», só a 14 de Maio, à noite, dera a palavra a estudantes e responsáveis sindicais, em reportagem seguida de debate. Em visão prévia, a direcção do organismo autorizou a difusão da reportagem, mas opôs-se à do debate. A questão subiu logo ao gabinete de Pompidou que, muito hesitante, levantou a proibição. Toda a imprensa gabou a qualidade do programa. Mas era, no ORTF, o começo do incêndio que seria dos mais persistentes.

*

Na Sorbonne funcionava um instituto de Estudos luso-brasileiros. O director era o professor Léon Bourdon que, após ter estado à frente do Instituto francês no nosso país, dirigira os estudos portugueses em Toulouse, e, no desenvolvimento da carreira, fora transferido para Paris. Erudito e historiador eminente, era então, em França, o *grand patron* naquele ramo. Tinha a idade do século: 68 anos.

¹⁹ Daí a inscrição na Sorbonne: *Amnistie: acte par lequel les souverains pardonnent le plus souvent les injustices qu'ils ont commises*.

O Instituto constava de três áreas. O gabinete central era o do Director. À esquerda ficava uma vasta sala de aula; à direita, uma estreita divisão de trabalho, com mesa rectangular, ao centro, onde, em tempo pacífico, os estudantes preparavam os seus apontamentos, ou esperavam alguma entrevista com o mestre. Numa das paredes, tinha-se pendurado, desde o dia 13, a maior representação da efígie de Mao-Tse-Tung, que chegara à Sorbonne, ou lá se confeccionara. Da mesma dimensão não havia mais nenhuma! Era um vastíssimo lençol branco, em que avultava a efígie, muito bem desenhada a grossos traços negros²⁰. Sob a efígie ainda do grande timoneiro, faria Mário Soares mais tarde, uma exposição sobre a situação em Portugal, que não encantou Bourdon – o mestre assistiu –, mas agradou muito a alunos e alunas.

Nestes dias de Maio, ocupada a Sorbonne, os estudantes do Instituto não tinham perdido tempo. Constituíram-se em grupo mais ou menos autónomo e começaram, sem oposição de Bourdon, a ocupação dos locais. Para a sala maior destacaram companheiros que, substituindo-se uns aos outros, mantinham a permanência dia e noite, sem interrupção. Ali se comia e se dormia, e se acondicionavam reservas de víveres que voluntários (portadores ou portadoras) iam levar a operários em greve. Nas proximidades, nos corredores tinham-se organizado creches, a fim de os revolucionários já pais ou mães não se privarem de revolução por razões de família.

Bourdon acompanhava até tarde as noitadas, e regressava, como sempre, de manhã muito cedo. Uma fotografia, que foi publicada, mostra o *boulevard Saint-Michel*, quase inteiramente descalçetado. O fotógrafo operou certamente às primeiras horas, porque, no campo abrangido, apenas uma pessoa avança, que se pode julgar admirada, incrédula. O jornal que publicou esta fotografia não a identifica. É o professor Bourdon.

Homem das direitas, ideológica e temperamentalmente, nunca manifestava os seus sentimentos. Também nunca, durante a ocupação, increpou ou repreendeu os estudantes. Admirava e aceitava tudo quanto lhe apresentava a vida. Certa noite, em que ele se demorava com os ocupantes na sala de aulas, de porta fechada, bateram à porta, com violência. Não sem receio, um dos estudantes opina que serão talvez os «catangueses».

Os ditos «catangueses» eram um grupo de «valentões» que, a pretexto de ajudar ocupantes, tinha encontrado abrigo nos desvãos e nas caves da Sorbonne. Alguns deles teriam sido mercenários quando da tentativa de secessão do Catanga, sob direcção de Tschombé, que, mais ou menos discretamente, mas em toda a medida do possível tanto Salazar como de Gaulle favoreciam. Tschombé, que tinha depósito de armas (envelhecidas) em Angola, conseguira ser recebido em

²⁰ A efígie descrita deve existir ainda hoje. No termo das perturbações, o professor Bourdon fê-la arquivar, enrolada, entre o material da biblioteca.

São Bento e no Eliseu, e era visita e até convivia da embaixada de Matias. Sucede que, por estes dias fora, os pretensos catangueses revelar-se-iam cada vez mais o refugio da revolução, ou da ocupação.

Como quem batia à porta, ameaçava arrombá-la, dois ou três estudantes armaram-se como podiam com barras de ferro e cadeiras, e entreabriram.

O professor Bourdon adiantou-se. Um dos indivíduos, de má catadura, interpelou-o: – *Qu'est-ce que vous faites là?* Bourdon respondeu apenas: – *J'occupe*. No limiar da porta, os intrusos lançaram os olhos pela sala, cujo aspecto «revolucionário» não oferecia dúvidas. Não se soube a que vinham. Abandonaram o projecto, se algum tinham. A ocupação continuou sem mais percalços deste género.

Este professor Bourdon aguentou as ocupações, as reivindicações, as desordens, as provocações, as destruições, as diminuições da biblioteca, a gigantesca efígie de Mao, as desocupações... Não desviou os seus passos por causa das barricadas. Quando tudo acalmou, e a Universidade entrou nos seus novos carris, abandonou. Não quis dirigir mais coisa nenhuma. Pediu e obteve a reforma, mudou de sala e continuou a trabalhar. Sempre de manhã cedo e sempre a pé caminhava para a Sorbonne. Tempos decorridos, como era alto e robusto, vacilava das pernas, longas e finas. Sucedia-lhe cair na rua. Tentava levantar-se sozinho, e continuava, às vezes escoriado. Nisto passou a última parte da sua vida. Só deixaria a Sorbonne para morrer.

*

Em diferente ala do edifício, reuniu-se um outro grupo, não exactamente de estudantes de português, mas, tanto quanto possível, de portugueses decididos a implicar-se na contestação. O Comité Geral de Ocupação apoiou ou caucionou a iniciativa, e assim nasceu o que se chamou o Comité de Ligação Operários-Estudantes portugueses, de tendência gauchista, e por isso completamente independente da UEPF – União dos Estudantes portugueses de França, encabeçada por Marques dos Santos, que, compassadamente, seguia a linha comunista/não aventureirista do PCF. Estoutro Comité de Ligação estava aberto, como o Instituto de Bourdon, a brasileiros que, com alguns portugueses (poucos), começaram a frequentar os locais. A ASP não estava representada.

Pouco depois, tudo se passou como se o núcleo mudasse de sede. Um dos defeitos dos Comités de Maio foi proliferarem com ambição proclamada, mas sem missão assegurada. Assim sucedia com o micro-organismo, no qual se integrou Pereira Marques²¹. Como o Comité Geral tinha decidido (dia 16) manter a ocupação do anexo Censier, cumulativamente com a da Sorbonne, para lá se transferiu o acolhimento de estrangeiros em geral. Em intenção destes funcionaria todas as

²¹ Fernando Pereira Marques, ao tempo refugiado e estudante em Paris.

noites a partir das 20h um Centro de Informações. Pereira Marques foi encarregado, como informa²², dos portugueses (senão, em geral, dos indivíduos e estudantes de língua portuguesa).

Não apareciam muitos. Um deles foi Adolfo Aiala, resistente de férrea decisão e coragem. Colaborara em Portugal no golpe de Beja. Preso, intimado a falar, a PIDE ter-lhe-ia dito: – «Vamos alisar-te a marreca». Ganhara Argel, e procurara depois subsistir em Paris, onde conseguira uma tarefa precária e temporária no Centro Cultural da Fundação (fichas para catalogação complementar da biblioteca). Mais tarde trabalhou na Livraria portuguesa, criada pela ASP na rua Gay-Lussac. Quando, em 1974, partiu da estação de Austerlitz o comboio para Andaa, que conduziria ao chamado Comboio da Liberdade, era Aiala quem, aos saltos, mais alto gritava no cais: – *Vitória! Vitória!* Durante 68, não deteve cargo nenhum, e depois em Lisboa, alcançou um emprego de porteiro ou semelhante no Ministério da Educação, em cujo exercício se lhe extinguiu a vida que arriscara e teria dado pelo general Humberto Delgado. Destino semelhante, o de Adolfo Pais, militante intemerato, que conhecera o Tarrafal, e, no Tarrafal, a «grelha»; após 74, foi porteiro da embaixada de Portugal em Paris, sempre de cigarrito na boca; esse acabou no posto, vítima de cancro, e em Paris está enterrado.

Os estudantes do Instituto de Bourdon tinham também passado a reunir-se em Censier. Prova disso, um documento emitido em 18 de Maio, que figura na imensa colecção de *tracts* em microficha, relativos aos «acontecimentos», à disposição do público na Biblioteca Nacional de França. A essa data a situação em Paris podia facilmente fazer crer que a revolução estava próxima. Mas o documento, de autenticidade indubitável, mantém-se no plano pedagógico, embora, com tal limite, as reivindicações sejam ousadas. Reproduzimo-lo na língua original para completa fidelidade.

Réunis en assemblée générale le samedi 18 mars 1968 à l'annexe Censier, les étudiants et professeurs de Portugais de la Faculté des Lettres et Sciences humaines de Paris déclarent s'associer pleinement à l'action des organisations d'étudiants, d'enseignants et de travailleurs. Ils décident de prendre en main la réforme de leurs études. Ils refusent toute session d'examens tant que les conditions suivantes ne seront pas remplies:

1. – *Amnistie de tous les manifestants ayant fait l'objet de poursuites judiciaires ou de sanctions administratives.*
2. – *Session spéciale pour les étudiants victimes de répression policière.*
3. – *Refus d'un examen de sélection et de tout système d'orientation à l'entrée des Facultés.*
4. – *Refus du principe de l'interdiction de redoubler.*

²² No seu livro *A Praia sob a calçada, Maio 68 e a «geração de 60»*, Lisboa, editora Âncora, 2005, p. 101.

5. – *Refus du principe de l'assiduité obligatoire.*
6. – *Refus de reconnaître toute commission de réforme n'émanant pas des comités mixtes élus à l'intérieur de la Faculté.*
Cbacun de ces six points a été adopté à l'unanimité.

Uma observação apenas: é certo que, à Assembleia-geral em apreço não compareceu Bourdon. Nunca o director do Instituto, que «admirava com incredulidade a revolução», teria subscrito tais reivindicações, totalmente incompatíveis com a sua concepção da Universidade.

Pereira Marques dá notícia de outro comunicado, esse claramente operário-estudantil, que teria sido emitido a 19. Fechava com chave de ouro, implicitamente persuadindo que não se temesse a revolução, porquanto – palavras finais – «a revolução é a festa do povo»²³. A imigração laboral portuguesa, julgamos que a maior parte dela, temia a festa. É verdade que nem sempre os contestatários se lembravam apropriadamente dos nossos trabalhadores. Os Pides, sim, que eram pagos para isso. Esses andavam até com um documento de identificação – o *trombinoscope* –, em que se enumeravam os nossos compatriotas considerados mais perigosos, que tinham aproveitado a maré. Dominavam ao tempo, entre estes últimos, trotskistas e maoístas; os maoístas eram muito mais numerosos, mas revelavam-se muito divididos. Aires Rodrigues viria a tentar mais tarde uma deriva trotskista no PS. Dos maoístas mais eficazes destacava-se já Eduíno Vilar que chegou a manter publicações como *A Sementeira* e a *Seara Vermelha*.

Entretanto muitos trabalhadores iam-se embora. Em autocarros sobretudo, partiam de Clichy, de Tolbiac. Da teoria dos politizados aproveitavam as empresas de transporte. Os nossos compatriotas foram os primeiros a deixar a arena da *révolution introuvable*²⁴, e, apertados ou pouco convencidos, eram os últimos a fazer greve.

Os *tracts* de incitamento à contestação eram redigidos sobretudo em francês, mas, como o movimento progredia, passaram a ser traduzidos e distribuídos entre trabalhadores estrangeiros, nas línguas respectivas. De algumas destas traduções em português conserva-se a microficha na colecção já referida da BNF. Exemplo, este apelo aos trabalhadores da construção civil, sob cota 4830.

Trabalhadores do *bâtiment* (sic)

Nas casas dos trabalhadores, nos *chantiers* (sic), nas indústrias, organizemo-nos em comités de acção!

Hoje, nove milhões de trabalhadores, conscientes do seu poder, ocupam seus locais de trabalho.

²³ F. Pereira Marques, op. cit., na nota anterior, pp. 102/103.

²⁴ Classificação dada por Raymond Aron (ver nota 51) aos «acontecimentos».

Seguindo o exemplo, os trabalhadores do *bâtiment* exigem o controlo das indústrias, e lutam pelo poder operário.

A luta dos trabalhadores do *bâtiment* deve-se desenvolver a partir da unidade dos trabalhadores estrangeiros e franceses.

Todos os trabalhadores do *bâtiment* devem exigir a supressão das medidas discriminatórias, das quais os trabalhadores estrangeiros são vítimas.

Os direitos dos trabalhadores estrangeiros devem fazer parte das exigências comuns de todos os trabalhadores que se exprimem nos comités de acção.

Nas casas dos trabalhadores, nos *cbantiers* (sic), nas indústrias, organizemo-nos em comités de acção.

Os comités de acção conduzem ao poder operário.

A base do poder operário é o Comité de acção.

*

De Gaulle, em visita de Estado à Roménia, lá alcançava triunfos assegurados, mas fazia declarações que irritavam às vezes até um ou outro dos seus melhores amigos. A televisão mostrava o entusiasmo romeno pelo General, e reduzia ao mínimo os «acontecimentos» de França. No Ofício da rádio/televisão (ORTF) a contestação crescia.

Abreviando a viagem, o Presidente regressou a França a 18 de Maio. Pompidou, alvo de críticas imediatas, ofereceu logo a sua demissão. Foi recusada com igual prontidão. E, como era tarde (cerca das 23h), adiaram-se deliberações e decisões para o dia seguinte – Domingo –, em vista das quais se convocariam para o Eliseu ministros e outros responsáveis. O mau humor do Presidente exprimiu-se numa fórmula que daria a volta a Paris, e ficaria nas crónicas: – *La réforme oui, la cbienlit non!*

Cbienlit era um termo antiquado, de conotação grosseira. Derivava de *cbieren-lit*, aparecera em Rabelais, e designava, no séc. XVI, uma máscara de Carnaval. Tinha voltado à actualidade desde os primeiros dias dos «acontecimentos» (exactamente a 2 de Maio), em frase do semanário neofascista *Minute*: – *nous n'abandonnerons pas la rue à la cbienlit des «enragés»*. Teria sido neste pas-quim que o encontrara de Gaulle?

Seja como for, pegou-lhe à pele. Os estudantes das Belas Artes desenharam, para um cartaz, que teria larga difusão, uma caricatura do General; por baixo, a legenda: – *La cbienlit, c'est lui*. Era a última palavra das paredes.

Portanto, dia 19. Convocados para as 11 horas, acharam-se diante do Presidente, o primeiro ministro, o ministro do interior (Christian Fouchet²⁵),

²⁵ FOUCHET, Christian, (1911-1974). – Um dos primeiros franceses livres, serve em Inglaterra, depois em África. Diplomata em Moscovo (1944), volta a França e adere ao *Rassemblement du peuple français*, criado por de Gaulle. Notável da quarta República, aspira já ao advento da quinta, com

o ministro da Informação (Georges Gorse²⁶), o Ministro dos exércitos (Pierre Messmer²⁷), o prefeito de polícia (Maurice Grimaud²⁸)... De Gaulle começou por criticar acerbamente Pompidou, e acabou com três imperativos claros como a água.

Diferia totalmente de uma opinião do prefeito sobre o teatro-fórum de Paris. Primeiro imperativo – «Evacua-se desde já o Odéon».

Segunda proposta ou ordem, contrária à posição inicial de Pompidou: – «Evacua-se amanhã a Sorbonne».

Terceira, a executar por Georges Gorse: – «Quanto à ORTF, o prefeito de Paris põe os desordeiros na rua, retoma os comandos da casa, *et puis voilà!*»

Evidentemente, resistir sozinho, em 1940, num escritório de Londres, fora difícil e aventuroso. Mas a expedição de Dacar acabara em desaire. Agora, como então, faltavam meios. Pompidou, Messmer, Grimaud de quais dispõem? E outra questão: a opção pela maneira forte autoriza a disparar?

o General. Ministro da Informação em 1962, depois Ministro da Educação Nacional (1962/1966). Ministro do Interior em 67/68, torna-se odioso aos contestatários. Substituído por Raymond Marcellin no quarto governo Pompidou retocado (30 Maio 68)... Após a demissão do General, consagra-se à redacção de *Mémoires d'aujourd'hui et de demain*, 2 vols. (1971 e 1973), em que exprime o seu culto de de Gaulle, e as suas reservas à acção de Pompidou.

²⁶ GORSE, Georges, (1915-2002). – De excelente formação literária que o empurra para a esquerda, adere a de Gaulle desde Junho de 40. Notável da quarta República, especialista das questões muçulmanas e orientais, embaixador em Tunes em 1957. Adere em 58 à UNR (União para a nova república) e assume a pasta da Informação do quarto governo Pompidou (7 Abril 67). É o ministro, que apresenta à imprensa a fórmula *La Réforme oui, la chienlit non*. Os «acontecimentos» ultrapassam-no, o que não escapa ao General. Será, com Christian Fouchet, Louis Joxe, Alain Peyrefitte e François de Mitterrand, entre o pessoal político, das mais notórias «vítimas de Maio». Em 1991 opôs-se, como outros antigos gaulistas, à guerra do Iraque.

²⁷ MESSMER, Pierre, (1916-2007). – Remontam ao verão de 1940 os seus primeiros contactos (em Londres) com de Gaulle, de quem solicitou afectação à Legião estrangeira. A sua carreira seria norteada por duas vocações: a militar e a gaulista. Em Fevereiro de 1960 ascendeu a ministro dos exércitos, e teve desde então contactos privilegiados com Portugal. Em Paris, terá sido o membro do governo francês mais próximo da embaixada salazarista. A sua aposta na promoção nuclear da França, fizera dele, nesse domínio, como um *alter ego* do General. Abandonada por este a Presidência, foi primeiro ministro de Georges Pompidou em 1972. Em Junho de 2006, foi feito chanceler da Ordem da Libertação. A instalação pela França de uma estação balística na ilha das Flores (Açores), a correspondente intensificação do fornecimento de navios e armas franceses ao nosso país, bem como a possível boa vontade de Paris em votações internacionais sobre a política africana salazarista, beneficiaram muito de uma segunda visita de Messmer a Portugal, em 1965.

²⁸ GRIMAUD, Maurice. – Tem 53 anos em 1968, e sucedeu como prefeito de polícia a Maurice Papon. Defendeu e adoptou uma atitude de tolerância relativamente aos «acontecimentos», nomeadamente a ocupação da Sorbonne e do Odéon. Em 21 de Junho (68), o General ter-lhe-ia dito *Votre action a été bonne pendant toute cette affaire. Je l'ai appréciée*; e, em Março de 1969, fê-lo comendador da Legião de Honra. Muito elucidativo, o seu livro *Je ne suis pas né en mai 68*, publicado em Paris (Tallandier) em 2007.

Continuaram as discussões em Matignon (palácio do primeiro ministro). Terão concluído no Eliseu. Ao fim do dia o Presidente aceitava que fossem adiadas as operações violentas. Mas não por muito tempo. Por dois ou três dias. Embora não aparecessem nem se definissem os meios e os limites da repressão.

Enquanto ela não vinha, nem se adivinhava, a contestação ia-se alargando. No próprio dia 19, em que se desenha a aproximação de diversas organizações trotskistas, consegue-se uma assembleia-geral dos Comitês de Acção no Instituto de Arte.

No dia 20, se alguém acciona o travão é Georges Séguy, o dirigente máximo da CGT, que, arengando os operários da Renault, os previne contra as tentativas insurreccionais, prematuras, e votadas ao fracasso. Os intelectuais pesam menos. Mas manifestam-se neste dia abundantemente. Um punhado de escritores acompanha Michel Butor numa revolução empreendida contra a *Société des gens de lettres*, sediada no venerável hotel de Massa, que entendem converter numa União dos escritores, apoiante da contestação/revolução. E, nessa noite, bem anunciados pelo *Bureau d'agitation culturelle*, falarão na Sorbonne umas tantas vedetas: Kosta Axelos, Pierre Bourdieu, François Châtelet (o autor da *La Naissance de l'histoire*, 1962), Marguerite Duras (que no mesmo dia tinha participado no nascimento da União dos Escritores), o sexagenário Jean-Paul Sartre que pretendia conciliar existencialismo e marxismo...

Simone de Beauvoir diz que Sartre receava este confronto²⁹. Pereira Marques testemunha que a Sorbonne, repleto o grande anfiteatro, onde a sessão teria lugar, estava apinhada em torno, nos corredores, de jovens e menos jovens que tinham acudido para ouvir (ou interrogar) o autor da *Crítica da razão dialéctica*³⁰. Sartre falou, respondeu... O auditório não se cansava. Uma provocação, atirada ao público por aquele escrevinhador baixote, débil, estrábico, já curvado, deu a volta a Paris: – *Je croyais que vous aviez assez des cours «ex cathedra»*.

Sim? Não? A prestação durou hora e meia, e agradou em cheio. O que não impediu algumas vozes dissonantes. Pretendeu um extremista que, no discurso de Sartre se encontravam excelentes fórmulas, mas poucas ideias. O jornal *Combat* regista outro remoque: *Le camarade Sartre est un très bon artiste, mais un piètre politicien*. Cinco semanas mais tarde o *piêtre politicien* publicaria, no semanário *Le Nouvel Observateur*, um artigo que seria muito citado e discutido: *l'Idée neuve de mai 68*.

Fora este dia «nada comum» em Paris, mesmo relativamente aos acontecimentos de Maio. Em Lisboa, o poeta José Gomes Ferreira nota, com data de 20 de Maio, no seu diário *Dias Comuns*, uma hesitação sua, como invejosa, e uma queixa (sincera?) de Augusto Abelaira:

²⁹ No seu livro *Tout compte fait* (Paris, Gallimard, 1972), Simone de Beauvoir deixa a que julgamos a melhor descrição da actuação de Sartre nesta noite (cap. 8, pp. 583/585).

³⁰ Pereira Marques – op. cit. na nota 22 –, passo respectivo a pp. 112/113.

– A França inesperadamente em plena sedição. Bandeiras vermelhas nas universidades e nas fábricas ocupadas. Greves, greves, greves... Que vai acontecer? Nada? A segunda revolução francesa?

– Ah! Se houvesse lá um Lénine!... suspirou ontem o Abelaira.

Augusto Abelaira rondara em 62 a Cidade Universitária, e entusiasmara-se em especial com o *sit-in* do estádio

Em Paris não havia Lénine, felizmente.

Sobrava Cohn-Bendit. Eis senão quando desaparece...

*

Começa no dia 21, no Palais Bourbon, o debate da moção de censura ao governo, apresentada a 15 por Mitterrand. Os contestatários não esperam grande coisa do que lá se passa. No Bairro latino discute-se muito de Cohn-Bendit, que o abandonara. Corriam a propósito boatos sensacionais e contraditórios. Pusera-se a salvo, porque estava a tramar-se um conluio para o assassinar. Não! Fora comunicar a chama da revolução às universidades alemãs e holandesas. Tornara-se uma personagem mediática. A mais mediática de Maio. A revista *Paris-Match*, que não tinha nada de revolucionário, oferecera-se para pôr à disposição do Ruivo, automóvel e motorista, sob condição de o acompanharem jornalista e fotógrafo da casa. Cohn-Bendit recusara, e partiu por sua conta, não se sabia por que meios, nem por que vias. Não! Não andava a tratar de coisa boa, pretendiam patriotas e conformistas. Em Amesterdão insultara a França. Pretendera que o melhor que se podia fazer à bandeira tricolor era recortá-la, e só deixar o vermelho. Explicara que, se os estudantes tinham ido manifestar ao Arco do Triunfo, onde teriam feito desacatos, é porque se tratava de um *monument con*.

Enfim, o escandaloso rapaz criara a situação propícia. O prefeito Christian Fouchet assinou o despacho que proibia que regressasse a França. Por isso se renova o êxito do slogan *nous sommes tous des juifs allemands*. O meio estudantil reitera posições. A FEN (Federação da Educação Nacional) e o SGEN (Sindicato Geral da Educação Nacional) emitem conjuntamente um apelo à greve.

A moção de censura é derrotada (22 de Maio). Por onze votos apenas. Mas o estado de coisas e o debate fazem surgir uma nova tendência: a dos gaullistas de esquerda, um dos quais (René Capitant³¹) foi até votar pela moção, contra o governo.

³¹ CAPITANT, René, (1901-1970). – Doutor e *agrégé* em direito público. Anti-fascista e resistente. Deputado, defende a «participação», como moderna e adequada forma da associação capital/trabalho. Opõe-se a Pompidou, mas cativa o General. Ministro da Justiça no quarto gabinete Pompidou remodelado. Mesmas funções no governo Couve de Murville. Demite-se quando o General abandona o poder, e retira-se da vida pública. É o mais emblemático representante dos «gaullistas de esquerda».

Na tarde desse dia, na Cidade Universitária, deram-se «acontecimentos» de concepção e interesse portugueses. No pavilhão de Espanha, ocupado e em rebelião anti-franquista, tinham sido bem acolhidos contestatários do país irmão, que se coligaram num projecto activista, ou por já terem experimentado (caso dos «luareiros»³²) a acção directa, ou porque tinham recebido a «iluminação» de Maio.

Constituído um grupo de choque, partiu este destacamento para a «ocupação» da superlotada residência da Fundação, que ficava muito perto³³.

Trava-se diálogo com o director, e não houve inicialmente resistência por parte dos residentes, de imediato convocados para uma assembleia-geral no auditório. Pereira Marques transcreve um texto, redigido em francês na ocasião, que, explicando a ocupação, terminava desejando morte a Salazar, e vida à revolução. O primeiro voto seria menos tarde correspondido, que o segundo. Logo na assembleia da primeira noite houve perturbações que teriam sido devidas a estrangeiros. Mais tarde organizaram-se debates e audições que correram às vezes cordatamente, e aconteceu que a casa ocupada fosse visitada por oposicionistas portugueses de indubitadas convicções, firmeza e honestidade. Mas também estabeleceram as dissensões com o director, ou seus representantes, e degradaram-se as relações entre ocupantes e residentes, acusados uns de parasitagem e malefícios, e outros de sequazes senão polícias do fascismo. Entre os residentes contava-se, o padre Felicidade que se empenhou a fundo em diminuir as tensões. Os ideais e as utopias do tempo tinham reforçado as suas predisposições. Pelo vigésimo aniversário de Maio viria a publicar um artigo, no periódico *Combate*, de Francisco Louçã³⁴, em que evoca em geral os «acontecimentos», durante os quais – diz – se vivia «num clima quase místico de poesia e sonho»; e no qual, lembrando a dissensão entre ocupantes e residentes no Pavilhão português, prefere em termos vivos os primeiros aos segundos.

Certo nos parece, sobre esta ocupação, que os juízos variariam segundo opções e posto de quem as exprimiu. Os ocupantes produziram estragos, usaram do que não lhes pertencia, tornaram necessárias onerosas reparações... Sucedeu isso em Maio, em toda a parte. Acusaram-nos também de queimar publicações da biblioteca. Quem os defende, alega que se tratava de folhetos propagandísticos do SNI, o que não constitui, aliás, suficiente desculpa, porque também a propa-

³² O «luareiro» (sequaz da LUAR) mais implicado era Armando Ribeiro, chamado «o comandante».

³³ Sobre a ocupação do Pavilhão português, ver Pereira Marques, op. cit. (nota 22), pp. 119/128.

³⁴ Referido jornal *Combate*, n.º 108, com treze preciosos depoimentos de portugueses presentes em Paris durante os «acontecimentos», entre os quais uma análise por Jorge Silva Melo e um testemunho por José Mário Branco.

ganda é material de história. Nós somos, por outro lado, e lamentavelmente, um país de alguma tradição em queima de livros. O *Dicionário filosófico* de Voltaire ardeu em piedosa cerimónia no Terreiro do Paço³⁵. E, muito mais recentemente, na década 30 do século XX, tivemos altas personalidades compreensivas, relativamente às queimas de livros em fogueiras nazis, por alegada incompatibilidade destes com o puro espírito alemão, no entendimento da *Deutsche Studentenschaft*, alargado às *Schutzstaffel*³⁶.

*

Consequência da rejeição da censura na Assembleia? O matutino *Combat* analisa: tudo depende agora da rua, e da perspectiva de negociações. Na verdade, os sindicatos trabalhavam numa plataforma de entendimento, na sequência de proposta, feita por Pompidou, de os receber em conjunto. Paralelamente, politicamente, o partido comunista desejava a elaboração rápida de um programa comum pelo qual se unissem as formações de esquerda.

De Gaulle ainda não se manifestara. Fá-lo-ia a 24 de Maio, sexta-feira. Na mesma data Cohn-Bendit tentaria regressar a França. A CGT, que se vem mostrando dialogante, não deixa de exibir a sua força. Para o dia em que de Gaulle falava, organizou um dos seus cortejos densos, longos, disciplinados...

As organizações estudantis, sem embargo das dissensões que começam a surgir, concentram os seus fiéis – mais ruidosos, álcres, menos uníssonos e compassados que os «cegetistas» –, em frente da estação ferroviária de Lyon, ao cabo da avenida que conduz à Bastilha.

³⁵ Por resolução régia de 15 de Setembro de 1770, foram proscritos 122 livros, entre os quais a *Análise de Bayle* pelo *abbé de Marsy*, as *Cartas da religiosa portuguesa*, o *Contrato social* de Rousseau, e vinte (!) obras de Voltaire, entre as quais o *Poema sobre o desastre de Lisboa*. Destas obras, são condenadas seis ao fogo imediato, «atendendo à mais notória impiedade, depravação e escândalo que têm causado». A primeira das seis é a *Análise de Bayle* e a segunda o *Dicionário filosófico* de Voltaire... O edital termina com a notícia: «Executou-se a pena de fogo, a que foram condenados os livros *Análise de Bayle*, *Dicionário histórico* de Voltaire [...] na Praça do Comércio no dia sábado, 6 do corrente, sendo presente à execução o desembargador Manuel José de Faria e Sousa, Corregedor do Crime do Bairro Alto. Em fé de verdade passei esta, que comigo assinou o dito Ministro».

Assinaturas:

Manuel José de Faria e Sousa

Leonardo Severo de Figueiredo.

³⁶ Estas fogueiras tinham-se generalizado após o famoso auto de 10 de Maio de 1933, em que tinham ardido obras de Einstein, Freud, Brecht, Erich-Maria Remarque, Hofmannsthal e muitos outros. No sábado, 11 de Abril de 1934, Gustavo Cordeiro Ramos dissertou, nos Altos Estudos, sobre «o moderno nacionalismo alemão». O *Século* de 14 de Abril (1934) reproduz o seguinte entre outros extractos muito elucidativos da conferência: «os nomes queridos do liberalismo literário como Feuchtwanger, Heinrich Mann, Zweig e Remarque não se podem considerar escritores verdadeiramente nacionais»... Cf. Gerhard Sauder, *Die Bücherverbrennung*, Munique/Viena, 1983.

Espera-se o General ou espera-se Cohn-Bendit?

À tarde, o «judeu alemão e ruivo» apresenta-se no posto fronteiriço de *Brème d'or* (entre Forbach e Sarrebrück) e prepara-se para atravessar. Os guardas estão ao corrente, barram-lhe o caminho, e reconduzem-no a território alemão. O «Ruivo» não protesta, mas afirma: – *Je reviendrais*. Perguntam-lhe quando, onde e como. Responde: – *C'est mon affaire*. Espera-se o General.

Às 20h., como anunciado, ele aparece nos écrans de televisão. Anuncia a organização de um referendo que deverá efectuar-se a 16 de Junho. Concede que são imprescindíveis reformas no quadro da Universidade e em favor do operariado; afirma que as vai promover; que os interessados serão ouvidos durante a elaboração das medidas. Assim se iniciará a «participação», termo de longa posteridade, que de Gaulle então faz seu. Somente necessita que o país responda sim à pergunta que lhe for dirigida. Reforçado o seu poder pela resposta afirmativa, a «participação», que se oferece à França, e ela aceitará, resolverá os problemas. Se a resposta for negativa, abandonará o poder.

Na televisão, de Gaulle passava muitas vezes bem, e até muito bem; e às vezes menos bem. Desta vez passou mal. O seu fidelíssimo Michel Droit³⁷, habituado a dialogar com ele nos *media*, em papel de *faire-valoir*, nota: falou como se acabasse de descobrir os problemas, ou como se os problemas lhe tivessem sido legados por um regime precedente³⁸. Os estudantes, como de Gaulle ameaçara retirar-se, escandem um novo slogan: – *Adieu, de Gaulle! Adieu!*

*

No dia e à hora em que, após a eclosão dos acontecimentos, de Gaulle se dirigia pela primeira vez ao povo, Salazar, em Lisboa, na sua residência da rua da Imprensa, recebia o advogado que fora o principal defensor de Pétain, e se tornara mais tarde acérrimo partidário da «Argélia francesa» contra a descolonização gaulista: Jacque Isorni.

Salazar não nos deixou memórias, e é pena. Isorni deixou. O conhecimento pessoal dos dois datava de 1962, de cinco meses após os acordos de Evian. A 24 de Maio de 68, o Presidente do Conselho português quisera absolutamente ouvir pela rádio a alocução do General. Quando veio ter com Isorni ao salão, onde já ele o esperava, as primeiras palavras que pronunciou foram: – *Un discours de sept minutes, hermétique et inquiétant*.

Palavras exactas? Não arriscaríamos. Nem nos parecem justas.

³⁷ DROIT, Michel, (1923-2000). – Escritor, académico, interlocutor habitual do general de Gaulle em intervenções televisivas. Sobre Maio é sobretudo informativo o seu volume *Les Feux du Crépuscule* (Paris, Plon, 1977).

³⁸ Vol. cit. na nota anterior, p. 30.

O capítulo em apreço, consagrado a Salazar, das *Memórias* de Isorni (décimo sétimo do vol. terceiro) termina com a expressão de um pesar: não ter o autor evocado, perante o seu ilustre interlocutor, o caso de Mário Soares, então deportado em São Tomé. Tinha tido a intenção de o fazer. Mas os problemas debatidos durante a entrevista (mais de hora e meia) tinham-lha varrido da memória. *J'avais quitté Salazar sans plus penser à Soares qui ne revint à moi que par son accession au pouvoir*. Aliás, certa pergunta do Presidente do Conselho teria tocado em ferida mais dolorosa: – *Est-ce possible que de Gaulle ait renoncé après la victoire des armes?* Veremos como Marcelo Caetano explicará mais tarde o pretenso mistério.

*

O adeus dos estudantes era prematuro. Aliás Pompidou, antecipadamente conhecedor ou não do projecto de referendo, já metera mãos a outra espécie de obra. Passava pela ameaça, implicando a mão estendida. Sábado, 25, adverte o país de que se está fazendo frente a uma tentativa deliberada de guerra civil, e que por isso as manifestações serão a partir de então dispersadas «com a maior energia». Mas, quando lança esta ameaça, tem já garantidas negociações entre três interlocutores: o governo, o patronato, os sindicatos.

Preparadas na discrição e por subentendidos, terão lugar no Ministério dos Assuntos Sociais situado na rua de Grenelle. Ficar-lhes-á o nome de negociações de Grenelle. E o nome de Grenelle, isolado, adquirirá o sentido de negociações da última hora, em tentativa de travagem de um perigo iminente.

A importância do encontro em tão grave contexto deixa entender que seja o chefe do governo a presidir, e não o ministro competente (assuntos sociais). Pompidou é assistido por Jacques Chirac (36 anos, deputado da Corrèze), de quem se disse que levava revólver no bolso traseiro das calças.

Com a data de 25 de Maio, em que começam as negociações de Grenelle, aparece na colecção de *tracts* da BNF, um papel, emanado de um pretenso Comité de acção dos operários do *bâtiment*, em português, e dirigido em maiúsculas aos trabalhadores portugueses. A dactilografia é da mesma máquina que bateu o apelo já transcrito, e numerado de 4830; e o texto pode passar por uma resposta ao que recomendava essoutro. Com efeito, o *tract* 4830 incitava à constituição de Comités de acção do *bâtiment*; e este, que apresentamos agora, dá-se por proveniente de um Comité de acção já constituído e provido de sede. *Hélas!* Não em nenhuma empresa, em nenhum *chantier* em pé de guerra. Mas em Censier. O *tract* irmão (4830) não indicava de que local provinha. E era um apelo aos trabalhadores; este quer passar por resposta dos trabalhadores. Os trabalhadores falam aos trabalhadores. E também aos estudantes, e também aos camponeses. Transcrevemos o papel 4829, de 25 de Maio. O português, que

outra vez retocamos, é nitidamente menos mau, que o do papel 4830, que julgamos precedente.

Trabalhadores portugueses do «bâtiment»!

Nós – trabalhadores do «bâtiment» – estamos ao lado dos estudantes na luta por uma sociedade sem exploradores.

Nós participamos, em número cada vez maior, nas manifestações destes últimos dias.

O governo e as forças dirigentes tentaram enganar as pessoas, chamando-nos provocadores, escumalha³⁹, sem falarem nunca da nossa acção de trabalhadores.

Não é por sermos em grande maioria estrangeiros que aceitamos ser caluniados aos olhos da população, quando apenas defendemos a nossa dignidade de homens. Conscientes desta manobra de divisão, nós reforçaremos a nossa unidade.

Operários, camponeses e estudantes! Tomemos o poder nas nossas empresas, e organizemo-nos sem os patrões, nem os chefes, em CONSELHOS OPERÁRIOS.

25 de Maio de 1968

Comité de acção dos operários do «bâtiment»

Centro Censier, 3º andar, sala 339

13, rue de Santeuil, Paris 13

Métro Censier-Daubenton

*

As negociações de Grenelle começaram, como vimos atrás, no sábado, 25 de Maio, às 3 da tarde. Prolongaram-se pela noite de 25 a 26. Domingo 26 tinha-se chegado a um acordo que foi chamado o protocolo de Grenelle. Em números, os sindicatos obtinham muito. Michel Gomez, cronista de Maio⁴⁰, opina: *Ils n'espéraient pas tant*. Pierre Kyria⁴¹ tem outra opinião: Grenelle foi o Munique dos trabalhadores. Os portugueses que resistiam – alguns havia – concordavam num diagnóstico muito nosso: – «Foi um balde de água fria!»

Por efeito das greves em sectores sucessivos a vida, sobretudo em Paris, tornava-se difícil e penosa. O metropolitano e os autocarros não circulavam. O recurso ao auto-stop deixava de ser possível, porque as bombas de gasolina não

³⁹ «Escumalha» no original. Parece corresponder ao termo de *pègre*, empregado pelo ministro do interior Christian Fouchet, para designar os arruaceiros que se misturavam aos manifestantes. O termo original, infeliz, deu origem a uma resposta: – *Nous sommes tous de la pègre* –, e vários jornais criticaram a propósito o ministro.

⁴⁰ GOMEZ, Michel, autor de *Mai 68 au jour le jour*, cronologia sintética e bem ordenada (Paris, L'Esprit frappeur, 1988).

⁴¹ KYRIA, Pierre. – Nasceu em Paris em 1938. Crítico literário que passou pelo jornal *Le Monde* e *Le Magazine littéraire*. Romancista. O seu romance *La Mort blanche* passa-se em grande parte em Lisboa. Escreveu também a narrativa *Lisbonne* (*éditions du Champ Vallon*, décimo volume da colecção *Les Villes*, distribuída pelas Presses Universitaires de France).

eram abastecidas. A capital estava quase isolada. Os comboios não saíam das estações, os navios não levantavam ferro, até as *péniches* da navegação fluvial aderiam à paralisação. A navegação aérea – por exemplo, entre Lisboa e Paris – era muito difícil, porque os aviões, suspenso o funcionamento das torres de comando, ou assumiam os riscos de aterrar à vista, ou iam aterrar em país vizinho. Um da TAP, que descolara de Lisboa, tivera de fazer meia-volta, porque a situação em Orly se agravara. A própria ligação diplomática com a embaixada, no auge da paralisação, só se fazia por telefone. A TAP remediara a situação organizando serviços de autocarro que levavam passageiros e bagagens a Bruxelas. O correio não era distribuído, nem recebido. Os bancos e os Centros de cheques postais – a que se recorria muito, nos anos sessenta, para pagamento de salários – funcionavam intermitentemente, ou não funcionavam.

Reapareciam as bichas, recorria-se ao açambarcamento, sobretudo de açúcar e arroz. O lixo acumulava-se, mais ou menos, em toda a parte. Michel Gomez regista que em alguns sítios os montões atingiam o primeiro andar dos edifícios. As fotografias destes locais eram frequentemente reproduzidas pela imprensa, empenhada em prevenir contra «acontecimentos» como os de Paris, por exemplo o nosso *Diário de Notícias*. Havia pior: como a greve se estendera aos cemitérios, e os coveiros não faziam o seu ofício, recorria-se a militares, mal preparados para os substituir. E os ratos que se escapuliam de esgotos e monturos, dos subterrâneos do metropolitano, corriam por valetas da cidade. Voltem os Portugueses à terra, que Portugal é que é bom!

No Domingo, 26 de Maio, em que se assinou o protocolo de Grenelle, publicou o referido quotidiano, o seguinte comunicado:

Grande número de empresas portuguesas de transportes rodoviários têm continuado em ligação com o *pool*, seu correspondente em França, e, através de confortáveis autocarros especiais, a assegurar sem dificuldades o retorno de portugueses radicados naquele país, e que o desejem. Para todas as informações, empresa rodoviária da vossa área, e, em Paris, com os escritórios do *pool* franceses SAFEP, boulevard Henri IV, 37, Paris 4.

*

O texto (protocolo de Grenelle) foi tornado público no dia 27. A reacção imediata do operariado foi desfavorável. Uma fórmula se generalizou como anúncio de resposta: – *Nos mille francs, pas moins; nos quarante heures, pas plus*⁴². E Grenelle pretendia abrir o caminho do apaziguamento, sem ter em conta os estudantes. Entretanto agravava-se o problema da contestação interna no ORTF

⁴² Quarenta horas de trabalho por semana.

(Rádio-televisão). No dia, em que se tinham iniciado as negociações (25) endurecera a greve dos jornalistas. Do lado dos estudantes, o movimento de 22 de Março organizava um comício na Cidade universitária. Desde antes, a UNEF tinha planeado uma concentração no estádio de Charléty. A resposta ao apelo era animadora, e a manifestação foi autorizada. Os contestatários esperavam muito dela, em tal altura. Devia constituir como uma resposta pacífica às negociações. As direitas temiam-na. Foi no dia 27. Uma demonstração de que o protocolo não poria termo à vontade de mudança radical.

A concentração iniciou-se na praça dos Gobelins. Além dos que seguiam a UNEF, contou com a FEN, com algumas federações da CFDT e da FO, com os jovens de muitos comités de acção liceais. Compareceram dirigentes e adeptos do Clube dos Jacobinos, do Clube socialista da FGDS... O movimento de 22 de Março apoiou e mandou delegados, embora dispensando-se de mobilizar. Individualmente, distinguiram-se Mendès-France, Michel Rocard, Claude Bourdet...⁴³ Jacques Sauvageot, em nome da UNEF, foi o primeiro a falar. Mendès-France manteve-se mudo e quedo. A sua presença anunciada tinha sido muito discutida nos meios políticos, e tinham sido feitas diligências para que ele renunciasse a estar presente⁴⁴. Apesar da vizinhança da Cidade universitária, onde em vários pavilhões se evocava o Che em discursos e grandes fotografias, só franceses é que discursaram. O jornal *Combat* calcula que tenham estado presentes cinquenta mil pessoas, e nem este, nem nenhum outro registaram o mínimo incidente. A dispersão, iniciada pouco depois da hora marcada, foi lenta mas ordeira.

*

O protocolo de Grenelle devia ser ratificado pelas bases, em cada empresa, em cada fábrica. Seguindo o exemplo dos operários da Renault e da Citroën, quase todos os outros começam por rejeitá-lo. Os sindicatos procurarão aumentar as concessões previstas de início, e desviar a classe operária de exigências, julgadas impossíveis de satisfazer, que arrastassem o país para uma convulsão inoportuna⁴⁵.

O telegrama n.º 129/68, expedido a 27, pela nossa embaixada em Paris, terá inquietado o Governo português. Terminava nestes termos: «Não seria surpreendente que, brevemente, outros países do Ocidente sejam submetidos à vaga revolucionária que pretende DESTRUIR a França». Em nota do seu livro muito

⁴³ BOURDET, Claude, (1990-1996). – De estrato social elevado, foi inicialmente favorável a de Gaulle, e desde 1947 seu irreductível adversário de esquerda. Jornalista de talento, brilhou em periódicos como *Combat*, *France Observateur*, *Témoignage Chrétien*...

⁴⁴ De algumas, dá notícia Michel Droit em *Les Feux du Crépuscule*, notas relativas a 27 de Maio.

⁴⁵ Inscrição em Nanterre: *Les syndicats rivalisent pour préserver l'exercice d'un pouvoir de décision qui a toujours, jusqu'ici, désamorcé l'éveil révolutionnaire*.

citado, refere-se Franco Nogueira à Casa dos estudantes portugueses, «também DESTRUIDA pelo tumulto universitário»⁴⁶.

No sector carbonífero, chega-se, porém, a um acordo (28 de Maio). Mitterrand propõe, no mesmo dia, a sua solução: um governo de transição, dirigido por Mendès-France. Na Cidade Universitária, os ocupantes do pavilhão português tentam organizar o que se chamaria mais tarde uma sessão de esclarecimento, sobre o golpe na origem da ditadura que combatem⁴⁷. Por coincidência a questão do governo está posta em Paris. Alain Peyrefitte, responsável pela Educação, desprestigiado (injustamente?) junto dos estudantes, considera oportuno oferecer a sua demissão, que é aceite; Pompidou, acumulando, sobraçará interinamente a pasta. Entretanto ganha adeptos a hipótese do governo revolucionário.

Às cinco da tarde Waldeck-Rochet encontra-se com Mitterrand. A Federação das esquerdas recusa partilhar o poder com o partido comunista.

Faltava ele. Daniel Cohn-Bendit regressou a França. Traz o cabelo pintado de preto retinto. À meia-noite dá uma conferência de imprensa na Sorbonne. No grande anfiteatro, a transbordar de estudantes. O ex-Ruivo fala durante três quartos de hora. Auditório entusiasta, ao qual ele lança: – «A Sorbonne é o único sítio onde se pode estar em segurança».

Já chegaram jornalistas. Um deles pergunta: – *Comment êtes vous entré?* – Cohn-Bendit: – *En voiture*. Nova pergunta: – *Inquieté?* – Cohn-Bendit: – *Pas le moins du monde*.

O jornal *Le Figaro* tentará explicar: – *Il a apparemment franchi la frontière, grâce à l'une des filières qu'emploient les déserteurs allemands*.

O partido comunista navega então entre Cila e Caríbdis: os que o consideram a verdadeira causa de todos os males, e os que lhe censuram a travagem de um movimento revolucionário, que entendiam capaz de triunfar. Justamente a 29 de Maio um grupo de intelectuais comunistas subscrevem uma carta ao Comité Central, em que criticam a travagem. Mas vai navegando, e conserva, contra ventos e marés, o seu poder dominante sobre a classe operária.

Nesse mesmo dia, a CGT promoveu com êxito um imponente desfile de massa, da praça da Bastilha até Saint-Lazare, e manifestações em toda a França.

Resultado das declarações de Mitterrand em conferência de imprensa do dia anterior, reúnem-se políticos: Mendès, Guy Mollet, René Billères (presidente do Partido Radical) e Gaston Defferre (*maire* de Marselha, e ex-ministro da França ultramarina). Às 21h10 o primeiro tornará pública a sua posição: estaria disposto a assumir as responsabilidades que lhe confiasse «toda a esquerda unida», e a formar um «governo de movimento».

⁴⁶ Franco Nogueira, vol. 6, p. 352, final da nota única.

⁴⁷ Apud Pereira Marques, op. cit. (nota 22), pp. 124/125.

Em consequência de tudo isto, o jornal *Combat* atacava de Gaulle vigorosamente, em quatro frases incisivas: – *De Gaulle barcelé: Mitterrand l'enterre; Cohn-Bendit le ridiculise; la CGT l'immobilise.*

Imobilizado? Nem muito, nem pouco. Eram quase onze e meia da manhã, quando o General, anulando o Conselho de Ministros, a que devia presidir, abandonou o Eliseu, e se dirigiu ao local onde já o esperava um helicóptero. O destino do voo seria talvez a pequena comuna de Colombey-les-deux-Eglises (Alto Marne, *arrondissement* de Chaumont), onde ficava a sua propriedade de La Boisserie.

A embaixada de Portugal comunica a partida e as dúvidas (telegrama 140/68, recebido ainda no dia 29): – «De Gaulle partiu para a sua casa de campo. Ninguém sabe ao certo a razão dessa viagem». Embaixador não adivinha.

Quer dizer: sempre acabou por ir dar à tal «casa de campo». Mas importante foi o que fez no intervalo.

O helicóptero conduziu o Presidente a Baden-Baden, à beira noroeste da Floresta Negra, na Alemanha, onde se encontrava desde 1945 o quartel-general das forças francesas estacionadas na Alemanha. O comandante era então o general Jacques Massu. De Gaulle conversou longamente com Massu, e voou depois, no mesmo helicóptero, para Colombey, onde passou a noite. A 30, quinta-feira, o aparelho conduziu-o a Paris.

Quem era Massu? Um oficial superior que se tinha reunido a de Gaulle, em Londres, logo em 1940. Fora então destacado para operar em África a conversão das forças francesas à resistência. Acompanhara ulteriormente Phillippe Leclerc em diversas fases da segunda guerra, após a qual continuou a ganhar notoriedade. Em 1956, dirigiu a acção contra Port-Said, que tentava impedir a nacionalização do canal de Suez. No ano seguinte, chefiou, do lado francês, a batalha de Argel. Sobre esta, é muito sugestivo o filme de Gillo Pontecorvo, *La Battaglia di Algieri*, cujo protagonista (Mathieu) representa Massu. Partidário da Argélia francesa, foi co-presidente do Comité de Salvação pública que pretendia fazer vingar a respectiva política. Tendo o general de Gaulle reconhecido a necessidade da paz, deslocou o seu antigo e fervoroso adepto do teatro de operações, onde actuava, e fê-lo governador de Metz. Foi a mutação que provocou a «semana das barricadas», em Janeiro/Fevereiro de 1960. A esse tempo Massu era muito falado, e aparecia muito em fotografia na imprensa portuguesa. Em 1966 foi promovido a comandante em chefe das forças francesas na Alemanha, cargo que detinha quando o Presidente da República francesa o foi procurar a Baden-Baden.

O diálogo na Alemanha decorrerá a contento de ambos os interlocutores. Massu confirmou a de Gaulle que o seu apoio incondicional, e das forças a seu mando, era óbvio. De Gaulle terá prometido em troca, ou feito esperar, o que adiante se verá. Depois veio a sintetizar-se em anedota que, de chofre, para quebrar o gelo, de Gaulle teria interpelado: – *Alors, Massu, toujours aussi con?* Perfilado, Massu teria retornado: *Toujours aussi gaulliste, Monsieur le Président.*

Regressado, pois, a Paris à hora do almoço, de Gaulle convocou e reuniu quase imediatamente o Conselho de ministros. Antes de mais nada tratava-se de preparar tudo a fim de que ele mesmo, Presidente da República, fizesse ainda nessa mesma tarde uma comunicação ao país.

Rapidamente prepara-se a transmissão conjunta por três emissores, excluída a televisão. A voz do General deveria chegar ao povo, como quando ele estava em Londres, sem imagem. Os emissores serão os do ORTF, de Europa 1, de Rádio Luxemburgo. Às 11h30, *de Gaulle vous parle*. Fala e anuncia as suas decisões soberanas.

Não abandona o poder. Não demite o chefe do Governo. Anula o projecto de referendo, agendado para 16 de Junho. Nos termos da Constituição, dissolve desde logo a Assembleia Nacional. As eleições, que a dissolução implica, efectuar-se-ão muito brevemente. Finalmente apela para uma acção cívica imediata, capaz de travar o desenvolvimento da «empresa totalitária» que ameaça subverter o país.

Entretanto o presidente da Assembleia (Jacques Chaban-Delmas⁴⁸) anunciava formalmente a dissolução aos deputados presentes no hemiciclo.

Desta vez de Gaulle foi impressionante e convincente. Recobrava forças, juventude e decisão na Floresta Negra. Michel Droit comenta: aquela voz era a da recusa, da resolução, do comando, como a do apelo de Londres, como a de certo Domingo de Abril de 61, suficiente para pôr cobro à rebelião de Argel⁴⁹.

De relevar: o apelo de Londres não determinara imediatamente uma adesão exteriorizada, nem sequer muitas adesões secretas, mas veementes. A alocução de 30 de Maio desencadeou uma manifestação que seria classificada de gigantesca. Certos Comitês de Defesa da República, constituídos logo na segunda semana do mês, que beneficiavam da experiência e do empenho do SAC (Serviço de Acção Cívica, espécie de formação discreta, toda votada à causa gaulista) contribuíram largamente para engrossar o desfile. Sem dúvida os manifestantes sinceros foram muitos, e tanto mais que as greves repetidas iam tornando a vida impossível.

Juntou-se-lhes toda a direita, até pétainista, até partidários da Argélia francesa. Da praça da Concórdia ao Arco do Triunfo foi um desfile de gaulistas desse

⁴⁸ CHABAN-DELMAS, Jacques, (1915-2000) – Ligado à Resistência desde 1940 (Dezembro), *maire* de Bordéus desde 1947 (Outubro), presidente da Assembleia Nacional desde 1958, autor do projecto chamado Nova Sociedade, viria a disputar sem êxito as eleições presidenciais de 1974. Como *maire* de Bordéus, favoreceu sempre as relações a nível cultural e regional com o nosso país.

⁴⁹ Michel Droit, op. cit. (nota 37), p. 45. A alocução «suficiente para pôr cobro à rebelião de Argel» é a de 23 de Abril de 1961, em que de Gaulle proíbe a todo e qualquer francês, e especialmente aos soldados, que obedeçam ao *quarteron de généraux* do pronunciamento em curso.

tempo, de gaulistas de sempre, de anti-gaulistas do passado e de horas antes. À frente, decerto, os comprovados, como Chaban-Delmas, como André Malraux... Reaparece, da segunda guerra, o V da vitória. Os objectivos proclamados em slogans e palavras de ordem eram mais ou menos aliciantes, próprios ou impróprios. «Deixemos os estudantes estudar, os trabalhadores trabalhar, os professores ensinar, e ser a França francesa»; «Os operários ao trabalho»; «Não à desordem»... Havia os que provinham de outras lutas: *Le communisme ne passera pas*. Lembremos pela concisão e riqueza insólita da rima: *Le Rouquin à Pékin*. Mas, sobre a mesma personagem, outras sentenças se ouviam, absolutamente deploráveis: – *Cobn-Bendit à Dachau*. As três cores da bandeira enchiam todos os olhos, e as buzinas dos veículos martelavam todos os ouvidos com um ritmo que servira para letras várias em estimulação de políticas contraditórias. Três toques breves sucediam a dois longos. Assim, recordando as palavras desse dia, e as anteriores: *De Gau/l'au-pou-voir*; *Fran-çai/s'Al-gé-rie*; *Vain-cra/l'O-A-S*... Própria para esta manifestação: *De Gaul'/n'est-pas-seul*.

Seiscentos mil manifestantes, calcula *Le Figaro* que junta: segundo os organizadores, mais de um milhão. Michel Droit, que também desfilou, escreve: – *Manifestation. Une heure et demie plus tard nous sommes sur les Champs-Élysées. Mauriac*⁵⁰. *Beaucoup de jeunes. Aron*⁵¹. *Nous avançons vers l'Arc du Triomphe*. E mais abaixo: – *Depuis août 44*⁵², *je n'ai rien vu et vécu de tel*⁵³.

Na perspectiva decidida de eleições legislativas, o governo Pompidou – quarto governo Pompidou – será retocado no último dia de Maio. O gaulista que votara a censura (René Capitant) é nomeado *Garde des sceaux* e ministro da Justiça⁵⁴. Da Informação, de que depende o ORTF em crise, toma conta um indefectível: Yves Guéna⁵⁵. Pompidou, que assumira cumulativamente a Educação, após a

⁵⁰ MAURIAC, François, (1885-1970). – O célebre romancista, católico ardente, que muitas vezes assumiu posições de esquerda, e foi «mendesista» e sobretudo gaulista. Tinha vindo a Portugal, com muitos outros escritores, em 1935, em caravana organizada pelo SNI, mas não ficara convencido.

⁵¹ ARON, Raymond, (1905-1983). – Um dos fundadores (com Sartre) da revista *Les Temps modernes*. Filósofo e sociólogo, opôs-se depois a Sartre, e foi, durante os «acontecimentos», o mais esclarecido e mordaz adversário da «contestação». Os seus artigos no jornal *Le Figaro*, sobre Maio 68, foram reunidos sob o título *La Révolution introuvable*. Veio a divulgar-se o paradoxo *Il vaut mieux avoir tort avec Sartre, que raison avec Aron*. Em discurso perante a Assembleia Nacional francesa durante visita oficial a França, o nosso Presidente Jorge Sampaio lembrou esta frase, que fez sorrir e comoveu os deputados, e desencadeou fortes aplausos.

⁵² Em 26 de Agosto de 1944, libertada Paris, de Gaulle desceu os Campos Elísios, acompanhado por uma multidão entusiasta, em direcção da igreja de *Notre Dame*, onde se celebraria o *Te Deum* em acção de graças.

⁵³ Michel Droit, op. cit., nota 37, p. 46.

⁵⁴ Sobre René Capitant, ver atrás a nota 31.

⁵⁵ GUÉNA, Yves. – Nascido em 1922, em 40 reúne-se a de Gaulle no dia seguinte ao do apelo; bate-se em El Alamein; segue a política argelina do General... Em 68, enfrenta os grevistas que

demissão de Peyrefitte, entrega a pasta a François-Xavier Ortoli⁵⁶. Chirac continua Secretário de Estado, mas muda de ministério. E sobretudo, sobretudo, entra para o elenco Edgar Faure⁵⁷, que começará pela Agricultura.

*

Oportuno agora consagrar umas páginas à península ibérica. No mesmo dia 30, em que a manifestação gaulista parece anunciar em Paris o triunfo do General sobre a contestação de Maio, o governo espanhol toma por seu lado uma medida forte, por via do seu ministro da informação que era Fraga Iribarne: a suspensão por dois meses do quotidiano *Madrid*, em cujas colunas o seu próprio director – Calvo Serer – acabava de publicar uma reflexão que se considerou que atingia o *Caudillo*. O jornal não tinha nada de contestatário, nem Calvo Serer de oposicionista. Mas o artigo foi julgado inconveniente, inoportuno e perigoso. Em 11 de Junho, periódico e periodista seriam alvo de novas arbitrariedades, aliás impensáveis em França, mesmo nestes tempos de convulsão. Era como se o Ministro da informação do governo francês tivesse suspenso e sancionado de diversas maneiras um quotidiano como *Le Monde* ou como *Combat*, ou mesmo como *Le Figaro*. Fraga Iribarne tinha, no elenco governamental espanhol, reputação de liberal. Talvez por isso, não pudesse consentir, sem perigo para ele mesmo, o menor deslize...

O artigo de Calvo Serer focava a forte semelhança que, segundo ele, ofereciam nessa altura a situação social e política da França e a da Espanha. Ou mais

ocupam os centros telefónicos e postais; no quarto governo Pompidou retocado, ascende a Ministro da Informação, especialmente encarregado do problema do ORTF... Após a demissão do General, começa a escrever *Le Temps des certitudes*, que sairá em 1982 (Paris, Flammarion). Presidente do Conselho constitucional em 1997; e, em 2000, do Instituto e da Fundação Charles de Gaulle.

⁵⁶ ORTOLI, François-Xavier. – Nascido em Ajaccio em 1925. Início de carreira na inspecção de Finanças; director geral nas Comissões europeias; chefe de gabinete de Pompidou; experimenta a Educação no quarto governo Pompidou retocado, e retomará a Economia e Finanças no seguinte governo Couve de Murville. Seria mais tarde o primeiro francês a presidir à Comunidade europeia, e participou sobretudo na criação do sistema monetário europeu. Em 1984 foi feito presidente da CPF (Total). Faleceu em 29 de Novembro de 2007, quando concluíamos o artigo presente.

⁵⁷ FAURE, Edgar, (1908-1988). – Nascido em Béziers, passou à África do Norte, e integrou o Comité francês de libertação nacional, onde foi director dos serviços legislativos. Após a Libertação, Secretário-geral adjunto do governo provisório; delegado adjunto do ministério público no processo de Nuremberg; passagem pelo governo Mendès-France; presidente do conselho, de 52 a 55; em 61, presidente do partido radical; em 63, missão, que lhe confiou de Gaulle, de preparar o restabelecimento de relações com a China popular; ministro da Agricultura de Pompidou, em 66, desejoso então de abertura à esquerda; pioneiro da política agrícola do Mercado Comum; obreiro da reforma da universidade, conseqüente aos «acontecimentos»... Teria sido ouvido pelo presidente Giscard d'Estaing, quanto aos desenvolvimentos do nosso 25 de Abril.

exactamente, a situação da França e a evolução possível e previsível da situação em Espanha. É que o problema da sucessão estava posto em França, e latente em Espanha. Segundo Calvo Serer – que teria redigido o seu artigo antes do «arranque» do general de Gaulle – o Presidente da República francesa deixara de ser capaz de acertar e até de dar ouvidos. Avançado em anos, procurava manter-se na presidência, e jogava com o pretexto de uma crise, susceptível de o derrubar de maneira ingloria. Em conclusão, Calvo Serer generalizava: «é a triste sorte dos governantes que envelhecem no poder. Os próprios êxitos passados acabam por traí-los, porque eles se agarram, com toda a força que lhes resta de uma energia passada, a receitas que, noutros tempos, lhes foram favoráveis».

Muito à espanhola do tempo, Calvo Serer não atende a Portugal. Mas ler-se-ão a propósito, e com vantagem, certos passos de Franco Nogueira. Citamos: «Justamente no dia em que de Gaulle toma em Paris uma atitude decisiva, a 30 de Maio, chega a Lisboa, para visita oficial, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Joseph Luns»⁵⁸. É um velho amigo de Portugal, esclarece. Avista-se com Salazar. Logo nesse dia? No seguinte? Nogueira não precisa a cronologia. Informa, em compensação, que Salazar convidou Luns para almoçar. Que praticou largamente sobre «as coisas de França».

Luns esclareceu que admirava de Gaulle, mas não a sua política; que, todavia, preferia mil vezes de Gaulle a Mitterrand. Nos termos protocolares, precisa Nogueira, Salazar ofereceu um almoço ao visitante. E nota imediatamente Nogueira que Salazar não procedeu, neste caso, como costumava. Para receber ministros estrangeiros usava habitualmente o Paço de Sintra. Desta vez parece não desejar deslocar-se. Citamos: ...«sente-se fatigado, sem paciência, e é no próprio palácio das Necessidades que se efectua o almoço».

Seria o menos a diferença de local. No próprio Salazar a mudança é mais significativa. Voltamos a citar: (durante o almoço) «todos notam que o chefe do governo se esforça por conversar, por estar normal, mas não consegue vencer uma tristeza infinita». Não vai até levantar-se bruscamente da mesa. Mas «logo que lho consente a praxe, retira-se».

*

A alocução do General, e a manifestação que se lhe seguiu travaram a vaga, mas não trouxeram a bonança após a tempestade. Nem os retoques ao governo (31 de Maio) após a dissolução, na perspectiva de eleições iminentes. Havia os estudantes empenhados em continuar; uma grande parte do operariado que achava insuficiente o protocolo de Grenelle sem ou com vantagens subseqüentes.

⁵⁸ FRANCO NOGUEIRA, op. cit. (nota 14), pp. 352/353.

Logo no sábado (dia 1 de Junho) desfila de Montparnasse a Austerlitz um cortejo de contestatários. A tese do governo revolucionário discute-se em Censier. Na Sorbonne peroram Cohn-Bendit e Daniel Ben Saïd⁵⁹. Fora de Paris, registam-se incidentes em Estrasburgo, Clermont-Ferrand, Besançon... No Ofício da rádio/televisão, onde a contestação se manifestou tarde, continua tenaz e mais viva. O poder gaulista sempre achara natural, óbvio e até necessário ser atendido e defendido nas emissões. Não se chamara a de Gaulle com algum fundamento o General-micro? E, exagerando, os contestatários tinham sentenciado: «a televisão é a polícia em tua casa». Yves Guéna, habituado a atitudes fortes, não vai facilitar o entendimento. A *Humanité du dimanche*, no seu número de 2 de Junho, contava no ORTF inúmeros grevistas e raros «amarelos».

O conflito leva à demissão do director da rádio (Boisdeffre), do director da televisão (Biasini), do subdirector do serviço de actualidades (Sablier). Consuma-se assim (segunda-feira, 3) a ruptura total com o ministro.

Os ânimos exaltam-se facilmente. Alain Geismar foi reconhecido numa bomba de gasolina, e o empregado de serviço amolgou-lhe o carro a golpes de barra de ferro. Os lugares de culto não estão ao abrigo de percalços. Em Belleville tentou-se deitar fogo a uma sinagoga. Efeitos do conflito árabe-israelita, que não da contestação de Maio...? Mas, na igreja de *Saint-Séverin*, foram praticantes contestatários que pretenderam substituir a missa por uma análise crítica do rito. Maio deu novo e característico alento aos católicos progressistas, tornados mais progressistas que nunca. Já vimos o caso do padre Felicidade, que chegaria a casar, depois a dizer-se ateu, finalmente a aceitar o estado laico e o casamento canónico.

A partir de terça-feira, 4, acentua-se o regresso à actividade nas empresas. Os adeptos da continuação da luta diminuem em número, e os restantes mostram-se menos radicais. A notícia dramática mais sensacional desse dia vem dos Estados Unidos. Em Los Angeles, Robert Kennedy, irmão do presidente assassinado, foi alvejado a tiro; queriam privá-lo da investidura democrática em vista das próximas presidenciais. O seu estado é muito grave.

Em Paris anuncia-se que metropolitano e autocarros recomeçarão de um momento para o outro a circular. Por enquanto os engarrafamentos, como nunca

⁵⁹ BEN SAÏD, Daniel, (1946). – Professor em Paris VIII (Saint-Denis). Muito radical em Maio 68, escapou à prisão após a dissolução da Junta Comunista Revolucionária (12 de Junho), graças à escritora Marguerite Duras que lhe facultou refúgio (como a Henri Weber) em sua própria casa. Com Weber escreveu o panfleto *Mai 68, une répétition générale*, que François Maspéro editou. Com os direitos de autor, Ben Saïd e Weber financiaram o lançamento do jornal *Rouge*. Encarregado pelo Comité executivo da Quarta Internacional (1981-1986) de estimular a mudança no Brasil. Pela via da Democracia Socialista teria contribuído para o nascimento e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, que levou ao poder Lula da Silva. Escreveu ainda *Mai la révolution: Remembrances d'un bicentenaire indigne* (Paris, Gallimard, 1989) e *Le Sourire du spectre: nouvel esprit du communisme* (Paris, Editions Michalon, 2000).

se tinham visto, impedem os trabalhadores, ou fazem-nos desistir, de chegar ao emprego.

Apoios a de Gaulle, imprevistos, e talvez não especialmente desejados... Joséphine Baker, à frente de uma multidão de jovens, faz aclamar o Presidente no Trocadero.

Dos *grands magasins*, tão atractivos para os turistas, funcionam alguns parcialmente.

A estes indícios de normalização opõem-se o caso do ORTF, que todos os dias suscita novos problemas, e, no mundo operário, que se vai rendendo à razão dos sindicatos, os sectores da metalurgia e do automóvel de que se aproximam os estudantes ainda em pé de guerra.

No dia 6 de Junho, na régie Renault, complexo de Flins, a situação deteriora-se. Os operários atendem aos estudantes, vindos de Paris. Desenha-se uma espécie de fraternização. A polícia vigia, e intervém quando os mais jovens se mostram mais empreendedores. Os incidentes durarão quatro dias.

Os resistentes do ORTF dão início, por seu lado, a uma operação vistosa e ruidosa, destinada a sensibilizar, e levar para o seu lado, o povo de Paris. A muito falada «operação Jericó», que se desenrolará sobretudo em torno do próprio edifício da rádio/televisão.

O fundamento da designação é bíblico. Jericó teria sido a primeira cidade da terra prometida, conquistada pelos Hebreus, conduzidos por Josué. As muralhas protectoras teriam desabado ao som das trombetas (ou clarins), que faziam soar os Hebreus girando em torno. Sobre esta lenda, escreveu Vítor Hugo o seu poema, muito conhecido, *Sonnez, sonnez toujours, clairs de la pensée*. Os Hebreus, sempre soprando nas trombetas, teriam, durante sete dias consecutivos, dado a volta a Jericó. Todos os da cidade escarneciam da sua diligência. Mas *à la septième fois les murailles tombèrent*.

Assim também, durante sete dias, girariam em torno da Casa da Rádio, contestatários de diversos ramos: no primeiro dia (quinta-feira, 6), artistas e comediantes; no segundo, jornalistas e operários do livro; no terceiro (sábado, 8), operários e estudantes; segunda-feira, 10, os profissionais dos serviços públicos; terça, 11, os trabalhadores intelectuais; quarta, 12, as associações de telespectadores. As paredes da Casa da Rádio tombariam? O plano era mais poético que revolucionário. Uma festa de estrondo encerraria a semana das trombetas, com trombetas, com participação das três orquestras do ORTF, e de artistas consagrados. Entretanto, pelos diferentes bairros de Paris, seriam distribuídos ao público manifestos sobre a contestação no seio do organismo, e explicariam vedetas da televisão como havia de ser um futuro e justo estatuto.

Deviam, pois, as novas trombetas de Jericó começar a tocar (*sonnez, sonnez toujours, clairs de la pensée*) na quinta-feira, dia 6 de Junho. E assim foi. Em

Lisboa, ouvir-se-ia à mesma data música de Berlioz, não acompanhando quaisquer voltas em torno da Emissora nacional, mas a gesticulação de um dos dramas mais célebres do mundo.

*

Decorria o décimo-segundo Festival de Música, promovido pela Fundação Gulbenkian. O espectáculo dessa noite consistiria na apresentação do *Ballet du XX^e siècle* que dirigia o coreógrafo Maurice Béjart. No programa, o bailado *Romeu e Julieta*, concebido por Béjart com base na sinfonia dramática do mesmo nome, composta por Berlioz. A sala estava à cunha.

Franco Nogueira, no sexto volume da sua minuciosa obra sobre Salazar descreve o que se passou, de interessante para o nosso assunto:

Para sublinhar o drama do amor e do ódio, e salientar o seu contraste, é vincada (*sic*) numa última cena do bailado um grito, um estribilho que se lança aos homens: *façam amor, não façam guerra*. E Béjart, num epílogo, põe locutores invisíveis a propagar, em diversos idiomas, notícias imaginadas de revoltas, guerras, lutas e tensões sociais; cita-se o conflito do Vietname; e tudo é enquadrado no mesmo repto: *façam amor, não façam guerra*⁶⁰.

Ora, neste dia 6 de Junho, tinha falecido Robert Kennedy, vítima do atentado de Los Angeles. O bailado está no fim. Voltamos a seguir Franco Nogueira:

... Béjart vem à boca de cena. Indica que pretende pronunciar apenas algumas palavras, e diz: *Robert Kennedy foi assassinado hoje, vítima da violência e da ditadura; peço-vos um minuto de silêncio*. Respeita a assistência o silêncio requerido, e depois novos aplausos saúdam Béjart e o seu corpo de baile⁶¹.

Já trataremos da relação atribuída a este espectáculo, com os «acontecimentos» de Maio. Teria sido uma mensagem?

*

A 7 de Junho, Paris está mais calma. Os engarrafamentos diminuíram. O metropolitano e os autocarros circulam. Aumenta o número das estações de correio em pleno serviço. Reabrem os museus nacionais. A Federação da Educação Nacional incita à normalização os seus aderentes. E efectivamente as escolas

⁶⁰ NOGUEIRA, op. cit., vol. 6, pp. 355/356.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 356.

⁶² KOENIG, Pierre (1898-1970). – Voluntário em 1917, prestou nas duas guerras os mais brilhantes serviços militares. Após 45, foi de comando em comando, mas, embora gaulista, o General,

primárias têm alunos, e lá os vão ensinando. No secundário é que se está ainda longe do ramerrame.

No sector do automóvel, a situação não melhorou. Dão-se afrontamentos na Faculdade de Direito. E há recontros nos Campos Elísios entre antigos combatentes e estudantes contestatários. Deu-lhes ocasião o general Koenig⁶², notável da França livre, que convocou todos os antigos combatentes a irem recolher-se às 18h30 perante o túmulo do soldado desconhecido. Especificara que a manifestação seria inteiramente apolítica, mas os «acontecimentos» tinham trazido o túmulo à discussão, após as afrontas, atribuídas a Cohn-Bendit, que teria desfraldado no local uma bandeira vermelha.

O mais importante desta sexta-feira, 7, em que jornalistas e operários do livro deram a volta planeada pela operação Jericó, é uma nova conversa radio-difundida entre de Gaulle e Michel Droit. Às 20 horas. De Gaulle sustentou, como quem deita contas aos acontecimentos (ainda em curso), que nunca o governo perdera o controlo da rua. Deixou cair, todavia, que, a 29 de Maio, tinha pensado em retirar-se. Mas depressa vencera a tentação. O dever ordenava-lhe o contrário: que fizesse frente à subversão. Havia problemas a resolver, reformas a aplicar? A panaceia era a participação. Nos domínios económico, universitário, social, o ponto de vista e as conveniências dos interessados seriam tidos em conta. E o país, como já fora referido, seria consultado, na data oportuna.

André Guérin comentou em editorial do jornal *Combat*, que o Presidente não tinha mudado. Os «acontecimentos» não o tinham mudado. Continuava tão pronto a felicitar-se por ter «libertado» o Quebeque, como, perante a história, por ter ganho a batalha da rua... Sempre o mesmo... Absolutamente. Igualzinho.

Seria de Gaulle o maior dos teimosos? Ou haveria maior ainda?

Nesta sexta-feira, dia 7, em Lisboa, foi Salazar informado, pela manhã, do que se passara no Coliseu, na noite precedente. Transcrevemos Franco Nogueira: perante a notícia, Salazar considera «que Bédart fez um apelo ao pacifismo, lançou um grito de derrotismo, e condenou a autoridade, ainda que esta actue em legítima defesa»⁶³.

Legítima defesa – desenvolvemos – seria a dos governantes relativamente aos seus adversários. Seria sobretudo a guerra colonial, que tínhamos o dever de continuar até à vitória pelos portuguesesísimos territórios, de que a subversão nos queria privar.

regressado ao poder em 58, não o contou mais entre os seus próximos. Foi adversário da CEE, e militante activo da amizade franco-israeliana. Em 1984, Mitterrand, que fora seu colega no gabinete Mendès-France, promoveu-o, a título póstumo, a marechal de França.

⁶³ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 356.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

Salazar não experimenta a menor hesitação. Reúne com o ministro do Interior, com o subsecretário da presidência do Conselho e toma de imediato uma decisão. Franco Nogueira:

...o chefe do Governo assenta na proibição de mais espectáculos, e na imediata saída de Béjart do território nacional⁶⁴.

Neste passo, saída quer dizer expulsão. Não há mais *Romeu e Julieta*. Não há mais Béjart. O SNI, cujos folhetos teriam sido lançados ao fogo, no pavilhão português da Cidade Universitária de Paris, distribuirá à imprensa uma nota do teor seguinte:

Foram dirigidas à juventude exortações derrotistas, tomadas atitudes de especulação política, inteiramente estranhas ao próprio espectáculo.

Derrotistas porquê? Portugal estava em guerra. Os nossos soldados em África deviam fazer a guerra, não amor. E era derrotista incitá-los ao contrário. Guerra como a nossa era legítima e inevitável. Continua o texto inculcado ao SNI:

Perante a luta que temos de manter em defesa da integridade nacional, não pode consentir-se que uma companhia estrangeira aproveite abusivamente um palco português para contrariar objectivos nacionais⁶⁵.

Franco Nogueira dá ideia das reacções que provocou a atitude de Salazar. Palavras suas: «Há excitação nos meios da música e da arte; escritores, artistas, músicos, bailarinos não calam o seu protesto; e mostra-se particularmente magoado o presidente da Fundação Gulbenkian»...⁶⁶ Isto escreve o ministro. Não refere, porém, que o Cônsul de França acorreu imediatamente ao borborinho levantado no Coliseu, e acompanhou ou seguiu Béjart que foi levado à polícia «em carro celular». A companhia regressaria a Bruxelas de avião, o que se conseguiu desde o dia seguinte. Talvez Nogueira ignorasse a diligência consular. Mas não esquecera com toda a certeza que, no dia 7, compareceu ele mesmo a almoçar na embaixada de França, a convite (precedente ou consequente) de François de Rose. Este nota que o mínimo dos mínimos teria sido que o coreógrafo não fosse separado da sua companhia, e tivesse com ela regressado ao seu país.

Perante o embaixador, Nogueira exagerou a gravidade do que se passara na véspera. Um grupo de espectadores, com segunda intenção, ter-se-ia demorado a aplaudir o espectáculo, e teria cantado a Internacional antes de abandonar o

⁶⁵ Idem, *ibidem*. Conclui neste passo, a transcrição, por Franco Nogueira, da nota encomendada ao SNI.

⁶⁶ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 356.

Coliseu. Por outro lado as autoridades teriam rapidamente apurado que qualquer posterior representação, se a houvesse, fora *in continenti* destinada a mais importantes manifestações de oposicionistas. O escândalo Béjart, sem falta destes pormenores, foi comunicado em ofício pelo próprio François de Rose ao ministro de quem dependia.

Dois regressos, de motivações muito diversas, no dia 8 de Junho, que comentaram diversamente a imprensa francesa e a belga. O de Béjart, pelo que vimos; o do político Georges Bidault, que não deixaremos sem digressão, porque também nos toca, em algo de pouco conhecido ou esquecido, mas importante e muito significativo.

*

Bidault fora um político de primeiro plano. Sucedera a Jean Moulin como presidente do Conselho Nacional da Resistência, sobraçara a pasta dos Negócios Estrangeiros de 44 a 59, fundara ou animara um partido que deu cartas (o Movimento republicano popular), mas passara para a oposição, e tornara-se em 58 um ardente partidário da «Argélia francesa», irredutível adversário do general de Gaulle, com quem nunca se entendera, muito bem o que chegara a confidenciar a Augusto de Castro, quando este era o nosso ministro em Paris.

Matias, que sucedera a Castro, apresentara credenciais em 1947, a Vincent Auriol, presidente da República, e a Bidault, ministro dos estrangeiros; e a posterior relação Bidaut/Matias era apresentada pelo segundo, na sua correspondência com Salazar, como muito satisfatória e lisonjeira. A relação Bidault/de Gaulle é que não tardou a explodir quando o General reascendeu ao poder. Por seu lado, Salazar e os seus mais próximos aspiravam tanto quanto lhes era possível a uma «Argélia-departamento francês», como Angola, etc., eram «províncias portuguesas».

Salazar mantinha em Portugal uma pequena central de ultra-reaccionários franceses como Jean Haupt, aliás excelente tradutor, e Jacques Ploncard d'Assac, quase seu conselheiro em certas matérias, que inspirava as emissões da Voz do Ocidente, colaborava regularmente no *Diário da Manhã*, e orientava a esquecida Aginter, agência de diversos e secretos serviços dirigida afinal por Ralf Guérin-Sérac. Homens como estes ajudavam também a promoção do «pensamento» de Salazar em França, nos meios da extrema-direita e do pétainismo subsistente. Prudentemente e a seu nível, a embaixada fazia o mesmo. Ainda em 15 de Junho de 1962, o embaixador Matias, aliás mais prudente nesta matéria, mas menos silencioso que Salazar, lhe escrevia: – «O desejo da OAS seria obter apoio político e ajuda financeira do governo português». Tratava-se então de fundar um movimento que seria no fundo uma reestruturação da direcção do exército secreto, sob outra denominação – a Ordem nova – que começava por evocar o velho Estado novo. Franco Nogueira dá conta desta diligência (vol. 5, p. 337), mas omite uma reunião em Lisboa em Novembro do ano seguinte (dias 11, 12 e 13), em que, tratando de

salvar a cartada, participaram Bidault e Soustelle⁶⁷, e aquele foi eleito presidente, e este co-presidente do abalado organismo⁶⁸.

Bidault foi o que mais se demorou após o congresso, e a Lisboa voltou em 26 de Março de 63, quando a OAS ou ex-OAS, ou os seus antigos membros eram escorraçados de todos os refúgios. Nessa altura pediu asilo. Observado atentamente pela diplomacia francesa, Salazar tratou-o, não obstante, com muita consideração. Fê-lo mudar-se de uma pensão barata (na Costa do Castelo) para um hotel de Vale de Lobos, mas temeu-se dos ressentimentos ou represálias que provocaria o asilo solicitado. Achou, todavia, uma solução. Como escreveu Franco Nogueira, «Lisboa empenhou-se então junto do governo brasileiro», e para o Rio se transferiu Bidault com sua mulher. O Brasil concedia asilo. Bidault começou por queixar-se do clima, que não lhe convinha. Mas aceitou depois uma docência, na Universidade de Campinas. Era pouco? A recomendação de Salazar valia mais. Carlos Lacerda, governador do então Estado de Guanabara, e grande admirador do nosso Presidente do Conselho, fez com que Bidault viesse a proferir uma série de conferências sobre a construção da Europa, na Universidade de São Paulo.

Noticiaram polidamente as lições os jornais favoráveis a Lacerda e/ou a Bidault, mas desembestaram os outros contra o «professor» da Argélia francesa – assim lhe tinham chamado os seus correligionários. A revista *Manchete* organizou um evento mediático: uma mesa redonda que reuniu oposicionistas exilados de vários países, entre os quais Bidault e... Humberto Delgado. Outro exilado português, muito próximo então do general — Manuel Sertório que, em Lisboa, obtivera asilo na Embaixada da Venezuela, e depois se fixara no Brasil – censurou-lhe

⁶⁷ SOUSTELLE, Jacques, (1912-1980). – Era um etnólogo de grande competência, militante antifascista, que se ligara a de Gaulle e à França livre logo em 1940. Após a guerra foi ministro e tomou parte na fundação do movimento gaulista. Deputado, veio a ser governador da Argélia (55-56). Aderiu então aos ideais da Argélia francesa. Em Maio 58, mostrou-se favorável ao regresso do General. Voltou várias vezes a ser ministro, mas opôs-se, assim que ela se definiu, à política africana do Presidente, em palavras e actos. Devendo prestar contas, refugiou-se na Itália. Em vista da reunião de Novembro de 62 em Lisboa, agiu indirectamente junto do nosso embaixador em Paris. Planeava viajar para Portugal com passaporte falso, e avistar-se com Salazar, a fim de «expor o que determinadas forças francesas [a OAS] pediam ao governo português em matéria de auxílio». Isto explica Marcelo Matias em carta a Salazar, datada de 15 de Julho de 1962, sob o maior segredo (cf. *Correspondência Marcelo Matias/Salazar*, 2.^a edição, Lisboa, Difel, 1984, p. 441). A diligência não foi vã, porquanto Soustelle tomou efectivamente parte na reunião de Novembro. Mais tarde encontrá-lo-iam à vontade no nosso país outros anti-gaulistas que Soustelle guiaria e ajudaria, como se deduz de Jean Curutchet (*Je veux la tourmente*, Paris, Dualpha diffusion, 2004, p. 211). Sobre este capitão Curutchet, ele mesmo ardente militante anti-gaulista, tinha Matias feito avisos ou queixas especiais a Salazar (cf. *Correspondência*, p. 473).

⁶⁸ Dão notícia desta reunião, no ambiente propício de Lisboa, vários autores, entre os quais Jaques Delarue (*L'OAS contre de Gaulle*), o capitão Jean Curutchet (obra citada na nota anterior), e, mais pormenorizadamente o espanhol Gastón Segura Valero (*A la Sombra de Franco*, ed. 2004, pp. 272-278). Melhor identificação destes livros na bibliografia após notas.

que aceitasse figurar na reunião, e se deixasse fotografar ao lado de insurrectos colonialistas, mas Delgado, carente de projecção, respondeu que Bidault manifestara muito empenho em se encontrar com ele, e que seria interessante averiguar porquê.

Ignoramos a substância do diálogo, e as posições que terão defendido na ocorrência e, eventualmente, na sequência. Poucos mais anos durou Delgado, e menos ainda o exílio de Bidault. Após o acordo de Gaulle/Massu, o político francês entendeu que podia voltar à Europa. Fora de França algum tempo, coincidiu com Béjart, como notámos, no regresso ao país natal. Esperavam o coreógrafo, em Avignon, avarias de muito diferente origem das que sofrera em Portugal. Foi no festival criado, e depois alargado à dança, pelo actor e grande encenador francês Jean Vilar – o do Teatro Nacional Popular.

*

Estamos em França. Paris, sábado 8 de Julho de 1968. Começa a grande festa anual da *Humanité*, que culminaria de tarde e à noite, no dia seguinte. Os comunistas ortodoxos jogavam a fundo nas eleições, e proclamavam que não queriam o poder para eles sozinhos. Apenas uma participação no poder, como primeiro objectivo da revolução. Num poder popular de todos os verdadeiros democratas. Na primeira volta das eleições apelavam para o voto nos seus candidatos; na segunda votariam pelo candidato de esquerda, melhor colocado, qualquer que ele fosse.

A campanha eleitoral abre na segunda-feira (10 de Junho). Há cerca de 2000 candidatos aos lugares que oferece o Parlamento (487). As intervenções mais importantes são talvez a de Giscard d'Estaing⁶⁹ e a de Rocard⁷⁰. O primeiro decla-

⁶⁹ GISCARD D'ESTAING, Valéry, (1926). – Brilhante diplomado da ENA (Escola Nacional de Administração), encarreira pela inspecção das finanças, e integra o gabinete Edgar Faure (54/55). Tendo apoiado discretamente o regresso do General em 58, integra o governo de Michel Debré (59) como secretário de Estado das Finanças. Apoia de Gaulle na eleição presidencial de 1965, e, como líder dos Republicanos independentes, assume posições liberais, centristas e europeias. Em Maio de 68, reclama «soluções novas para os problemas dos jovens trabalhadores», e distancia-se mais tarde do General, opondo-se ao referendo de 1969. Após a morte do presidente Pompidou, disputa e ganha as eleições presidenciais de 1974. Recebe Mário Soares no Eliseu, mas em privado, em 9 de Janeiro de 1975, e será o primeiro presidente da República francesa (após Emile Loubet) a visitar oficialmente Portugal, onde já tinha sido, anos antes, apresentado no Grémio literário, e cuja integração europeia apoia sem se apressar. Deputado ao Parlamento europeu, elaborou a Constituição europeia, que cedeu agora o lugar ao Tratado de Lisboa, seu irmão gémeo.

⁷⁰ ROCARD, Michel, nascido em Courbevoie, em 1930. – Inspector das finanças (1958), contribuiu para a criação do PSU (Partido Socialista Unificado), que passou a dirigir de 1967 a 1974. Em 68, tomou parte activa nos «acontecimentos». Foi candidato à eleição presidencial em 1969, aderiu ao Partido Socialista em 1974, e visitou Portugal após a revolução de Abril. Foi primeiro Ministro de Mitterrand de 88 a 91, e é actualmente deputado ao Parlamento Europeu.

raria que a maioria, que deixa a Assembleia, não corresponde à maioria real do país. Rocard, então líder do Partido Socialista unificado, sustentou que o partido comunista faltara à sua verdadeira missão; que podia ter levado à instauração do socialismo no momento mais propício dos «acontecimentos» de Maio; mas que, paralisado pelas suas velhas estruturas, não soubera, nem quisera aproveitar a ocasião.

Em Flins, *régie Renault*, onde se acentuava a tensão desde o dia 6, ainda os incidentes se repetiam a 10. Uma carga de polícia procurou dispersar os manifestantes. Fugindo, um jovem cai ao Sena. Não conseguem salvá-lo. Morre afogado. Chamava-se Gilles Tautin, e era aluno do liceu. A notícia espalhou-se rapidamente, e indignou contestatários e neutrais. Novo slogan dos primeiros: *Ils ont tué nos camarades!*

*

Um parêntese para assinalar o feriado nacional no nosso país: 10 de Junho, suposto aniversário da morte de Camões, ex-«dia da raça». A cerimónia principal, no Terreiro do Paço, consiste numa homenagem às forças armadas que se batem em África. Seguem a voz do dever, não a da contestação. Américo Tomás e Salazar revezam-se na entrega das condecorações. De Salazar, nota Franco Nogueira: «É sempre grave o seu semblante»⁷¹. Algo de grave estaria a passar-se dentro dele?

*

De grave, mas em França, os afrontamentos em Sochaux (comuna de Doubs, arredores de Montbéliard), centro importante da construção automóvel, onde foi votado o regresso ao trabalho. Não obstante, as fábricas (Peugeot) foram ocupadas por grevistas irredutíveis. O símbolo da marca, na cúpula do edifício da direcção, foi substituído pela bandeira vermelha.

Os operários chegam às 4 da manhã. Estamos no dia 11, terça-feira. Estala uma discussão viva entre grevistas e anti-grevistas. Afrontamentos. Acorre a polícia. A luta passa a opor operários indistintamente e forças da ordem. Dois trabalhadores perdem a vida: Henri Blanchet e Pierre Beylot; 150 são gravemente feridos. Como por acaso, renovam-se as concentrações em Paris em frente da estação ferroviária de Leste. Os manifestantes dirigem-se ao Bairro Latino, tentam amontoar de novo barricadas, incendiar automóveis. Quantos manifestantes? 5000, diz *L'Aurore*, que refere, no mesmo dia, que 30 estrangeiros acabam de ser expulsos. Entre eles, alguns portugueses.

Nos liceus, sem embargo da morte de Gilles Tautin, as aulas funcionam. Muitos alunos projectam desfilar na rua de Grenelle, mas a polícia não os deixa

⁷¹ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 356.

agrupar-se. Aliás os sindicatos tinham anulado o apelo à greve no secundário. Quanto ao ensino superior, o SNESup, muito aguerrido, pretendia desenvolver o movimento. Logo os comunistas abandonaram os sequazes de Geismar.

No decorrer do dia a turbulência do Bairro Latino aumentou. Jacques Sauvageot afirma que, desta vez, não dará ordem de dispersar. O SNESup, o Movimento de 22 de Março, o PSU apelaram para que filiados e simpatizantes se juntassem ao protesto. Sauvageot fixou a posição numa fórmula: – «Não procuraremos o afrontamento. Mas, se formos atacados, defender-nos-emos». A luta durou até às duas da manhã.

Em Lyon, grevistas e anti-grevistas opõem-se com violência nas fábricas Berliet, que já em 67 tivera perturbações. Desta vez, cinco dos antagonistas saem feridos seriamente. Em Toulouse, Saint-Nazaire, Bordéus, os estudantes contestatários tentam reanimar a chama da revolta.

Recorde absoluto em Paris, o lingote de ouro vale 7250 francos.

*

11 de Junho em Portugal. Lisboa, São Bento, Conselho de Ministros. Agenda: caso Béjart, assassinio de Kennedy, situação em França, situação na Checoslováquia, eventualidade de conflitos sociais e alterações da ordem pública no nosso país...

Que temia Salazar, a esta data, em matéria de conflitos internos e alterações da ordem? A febre de França não contaminara de momento as nossas universidades. Houvera 62, decerto; encapelara-se uma vaga em fins de 64 e princípios e 65, caracterizada aliás pela extrema mocidade dos militantes, mas tinha sido passageira. O influxo dos anos 60, de que falam filósofos e ensaístas, requebrava-se em Lisboa e Coimbra, em modalidades que nos eram típicas, sob condições que nos eram próprias. Não se anunciavam acontecimentos portugueses, à proporção dos que tinham abalado a França, e continuavam. O «poder estudante», a causa comum dos estudantes/operários, os comités de toda a espécie e composição não tinham paralelo no nosso país. As crises universitárias, entre nós, eram burguesas e sub-burguesas. A não ser que a polícia política soubesse mais do que os ministros... Os conselhos não abordavam gostosamente coisas de pides, nem do seu comportamento. Era matéria reservada. Fiel e claro, Franco Nogueira relata o do dia 11.

Salazar descreveu em pormenor, consternado, a noite do Coliseu. Condenou o assassinio de Kennedy, embora relevando que «os Estados-Unidos, a sociedade norte-americana, estavam sendo vítimas de ventos que ajudavam a soprar pelo mundo; de situações que aceitavam ou mesmo encorajavam, julgando que, pelo enfraquecimento de outros, beneficiariam depois os Americanos». Sobre a Checoslováquia, foi muito reservado quanto à primavera de Praga; achava que Dubeck devia ser mais prudente. Enfim, muito mais importantes eram para

Portugal os «acontecimentos» de França. Os retoques no Governo Pompidou eram de bom augúrio⁷². Michel Debré nos Estrangeiros, Couve de Murville⁷³ nas Finanças, Pierre Messmer nos exércitos... Todos três, amigos de Portugal. Quanto a Messmer, então! Esse tinha, para connosco, provado compreensão e amizade. Juntaríamos nós outros: e de que maneira!

Agora de Gaulle! Próprias palavras de Salazar, segundo Franco Nogueira, presente no Conselho: «De Gaulle vai por um caminho perigoso, o das concessões. Já não será mais de Gaulle! Temos de reconhecer que entrou no seu declínio». Nunca pé firme teria escorregado tanto. Palavras do presidente em conclusão, segundo Nogueira: *entre nós, logo ao primeiro sintoma, temos de resolver o caso RADICALMENTE, seja com estudantes, ou com operários*⁷⁴. Ou com bailarinos...

*

Na manhã de 12 de Junho, Salazar recebeu uma carta e um apontamento de parte de Azeredo Perdigão. O presidente da Fundação contestava com firmeza que as palavras de Béjart, incriminadas, devessem ser tomadas como exortação derrotista à juventude. Concordava sim, em que, aproveitando o ensejo do bailado no Coliseu, tinham sido «tomadas atitudes de especulação política inteiramente estranhas ao próprio espectáculo». Fazia, no entanto, duas observações. Primeira: o bailado tinha sido apreciado um ano antes, em Bruxelas por portugueses idóneos (talvez por ele mesmo, Perdigão, e sua esposa, não o podemos inferir...) e nenhum deles pusera defeito na prestação ou vira nela inconveniente... Quer dizer, o contrato não fora assinado levemente.

Segunda observação: o Governo tomou as medidas que devia tomar, mas não avisou previamente a Fundação. Ou seja, a própria Fundação se achava implicitamente posta em causa, perante o facto consumado, sem embargo da obra imensa que levava a cabo em Portugal, e não só, em prol da cultura. Esta falta de comunicação tinha «magoado» Azeredo Perdigão.

Salazar compreendia esta mágoa. Veremos como tentou deitar água na fervura. Antes notaremos, porém, um paralelismo curioso. Exactamente na mesma

⁷² Salazar refere-se ao quarto governo Pompidou, remodelado (investidura em 31 de Maio).

⁷³ COUVE DE MURVILLE, Maurice, (1907-1999). – Inspector das finanças, alto funcionário de Vichy até ao desembarque americano na África do Norte. Segue depois Giraud e finalmente de Gaulle, de quem se torna indispensável colaborador, sobretudo nos domínios da economia e finanças e da política europeia. Ministro em todos os governos Pompidou, muito compreensivo para com Matias e o Portugal do tempo; primeiro ministro do governo constituído após as eleições legislativas de 1968. Batido em 69 por Michel Rocard numa legislativa parcial, reintegra a inspecção geral das Finanças. Eleito deputado (1973) do oitavo *arrondissement* de Paris, conservou o lugar até 1986, data em que integrou o Senado.

⁷⁴ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 358.

data, a repressão ia RADICALIZAR-SE em França. Só que não perante «primeiros sintomas»... Antes perante as derradeiras acometidas; quase do desespero.

Poderosa concentração em Paris (dia 12) que parte em cortejo da estação ferroviária de Leste, e chega ao Bairro Latino, onde mais uma vez se erguem barricadas. O governo decide então proibir toda e qualquer espécie de manifestação, e subjugar de vez o activismo revolucionário. O jornal *Combat*, evocando Napoleão, pergunta: *De Gaulle entame-t-il ses «cent jours»?* Esta ideia dos cem dias do General será muito retomada, entre outros, em repetição, pelo embaixador de Portugal, nos seus telegramas analíticos.

A esquerda não comunista protesta (dia 13) contra a dissolução dos grupos extremistas. O Governo persiste na maneira dura. Tinham colaborado nos acontecimentos, ou tinham estado presentes, ou tinham «vindo ver» estrangeiros julgados indesejáveis. Só nos dias 12 e 13 cerca de cinquenta são objecto de medidas de expulsão. Cohn-Bendit tinha entretanto atravessado novamente a fronteira, mas em sentido inverso ao da sua proeza precedente. No sentido França/Alemanha. Devia ter Londres no seu programa.

Interditas as manifestações, continuavam ocupados a Sorbonne; o Odéon, abrigo de contestatários e não contestatários, que era mais um símbolo que um foco de rebelião; a Escola das Belas-Artes.... A evacuação do teatro foi realizada pela polícia no dia 14, e a da Sorbonne no dia 16. Os «catangueses» – talvez os mais difíceis de expulsar – procuraram soluções alternativas no Bairro Latino, entre os quais a reitoria da Academia, e acabaram alguns por ser presos em viatura roubada, a caminho de Lyon, onde iam em busca de improváveis refúgios. Os órgãos de imprensa não concordam sobre as peripécias da sua dispersão, nem sobre o nome de guerra dos seus chefes. Parece que, a um deles, chamavam Lulu⁷⁵.

De outros edifícios ou locais de menor importância revolucionária, real ou simbólica, como os pavilhões e a Casa Internacional da Cidade Universitária, empreender-se-ia a «normalização» no decorrer do mês. No da Fundação, livre de ocupantes arvorou-se, porém, um grupo de sete residentes (quatro dos quais portugueses) em controlador dos locais; e, dos ocupantes, foram alguns – espanhóis e portugueses – instalar-se na Casa de Itália, fazendo a vida negra ao director (Ruggiero Romano). Ainda no ano seguinte (69) as reuniões e espectá-

⁷⁵ Vincámos que a relação destes pseudo-catangueses com os sequazes de Tshombé é certamente nula. Senão, haveria que registar que Moisés Tschombé é um dos nomes mais citados no volume da *Correspondência Matias/Salazar*. A carta de Matias ao Presidente do Conselho, datada de 16 de Novembro de 63, veicula e expõe resumidamente um plano alheio a devida consideração: organização de um comando de «antigos gendarmes do Catanga, dedicados e escolhidos por Tschombé». Esses guerreiros teriam por missão libertar o padre Fulbert Youlou. Seriam treinados durante uns quinze dias numa quinta do Alentejo por um oficial francês da OAS, antes de partirem para a sua aventureira missão a bem de Angola (*Correspondência...* ed. cit. p. 474). A hipotética presença de activistas da OAS em quinta alentejana dá que pensar...

culos da Casa Internacional – nomeadamente com o *Canto do fantoche lusitano*, que datava de 67 – provocariam diligências da Embaixada de Portugal, mas o Ministério do Interior francês acharia contraproducente a desejada proibição.

*

Voltamos a Lisboa, a 1968, ao mês de Junho. Estava previsto que, ao fim da tarde do dia 12, reunisse de novo o conselho de ministros, e assim foi. Salazar tomou a palavra e logo enveredou, como automaticamente, pelo escândalo do Coliseu. Foi demorado, minucioso, insistente, mas repetindo nos mesmos termos, e do mesmo modo, sem se dar conta disso, tudo quanto, na véspera, já tinha exposto sobre o mesmo assunto. A percepção do acidente não escapa a nenhum dos presentes. Nogueira recorda:

Em torno da mesa do Conselho abate-se de súbito um frio de constrangimento e de angústia e drama: cabisbaixos, de olhos fixos nos papéis que têm em frente, os ministros compreendem que uma perturbação grave atinge Oliveira Salazar. É pesado o ambiente, e esmagador, e há a percepção de que é talvez histórico o momento...⁷⁶

Repetida a longa exposição, o Presidente do conselho passa finalmente a um segundo ponto, derivado do primeiro: a carta e o apontamento, que lhe tinha feito chegar Perdígão na manhã desse dia. Traz já elaborado o teor da resposta. Vai submetê-la ao conselho de ministros, para comentário e aprovação. Era impen-sável, evidentemente, que fosse reprovado um produto da sua muito gabada pena. Mas assim respeitavam-se as formas, e depois quase sempre quem escreve, gosta de ler as suas produções a quem está disposto a ouvir, ou está ali para isso.

Nogueira transcreve integralmente a resposta de Salazar a Perdígão, de que extraímos dois pontos apenas. Não fora previamente comunicada à Fundação a nota, inculcada ao SNI? Pois deveria ter sido. Houvera, pelo visto, atraso na comunicação. Fosse como fosse, Salazar apresentaria, por isso, as suas desculpas ao presidente da instituição.

O segundo ponto relaciona-se mais com o nosso assunto. Alegava a carta em apreço que o bailado fora apreciado e aprovado por portugueses idóneos (e patriotas, claro), em 1967. Pois assim teria sido, convém Salazar. Mas, no intervalo, tinham-se produzido em França os «acontecimentos». E o bailado e os estribilhos – se estes não eram adventícios – tinham adquirido outro alcance. A propósito Salazar lembra o que sucedera (e ainda estava a suceder⁷⁷) à resi-

⁷⁶ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 360.

⁷⁷ O Pavilhão português seria evacuado cinco dias depois deste Conselho, a 17 de Junho, como refere Pereira Marques, op. cit. (nota 22), p. 127.

dência que a Fundação mandara construir na Cidade Universitária. Este passo do texto presidencial não dispensa transcrição:

Quando V. Ex.^a, em Outubro de 1967, apreciou em Bruxelas *Romeu e Julieta*, o bailado já era o que era. Mas, entre essa data e a apresentação em Lisboa, verificaram-se em França acontecimentos graves, de todos conhecidos. E deu-se o caso estranho de que a ocupação da Sorbonne pela massa estudantil foi precisamente feita durante muitos dias ao som do estribilho – *faites l'amour, pas la guerre*; e as nossas informações⁷⁸ são de que, com a insistente repetição do mesmo estribilho, foi também ocupada e pilhada a residência com que a Fundação Gulbenkian generosamente presenteou a Universidade de Paris para instalar ali com dignidade e calma estudantes portugueses e estrangeiros⁷⁹.

Em suma, a comuna da Sorbonne, a ocupação do pavilhão português tinham afectado Salazar. Chocado, a pontos de o perturbar, como resultava do Conselho de 12 de Junho? Não diríamos tanto... Mas uma coisa era certa. Maurice Béjart, artista francês, fora o emissário da revolta em Portugal. Repetira no Coliseu, e convidara o público a aplaudir, um dos gritos mais dissolventes dos insurrectos de Maio.

Como era de esperar, o conselho aprovou, sem comentários o texto que lhe era comunicado.

*

Estavam próximos, o 18 de Junho, aniversário do apelo de Londres, o 14 de Julho, festa nacional. Após o turbulento Maio, as concessões de Grenelle e as consequentes, era de tentar a reconciliação geral. O coronel Argoud foi amnistiado ainda em Junho. Era um caso extremo.

Antoine Argoud fora desde sempre adversário do General, em palavras, actos e rebeliões. Considerava Pétain um mártir, e de Gaulle um ambicioso. O desenvolvimento da carreira militar levava-o a Argel, onde, já em 1960, alinhara no motim das «barricadas», primeiro acto, desencadeado pelo comerciante Joseph Ortiz, da rebelião *pied-noir*. E nunca mais parara. Em 61 animara o *putsch* dos generais, e tentara na sequência criar um ramo da OAS, centrado em Espanha, mas as autoridades locais tinham deixado de se mostrar propícias. Foi ele, e foi por isso, que insistiu pela reunião de Novembro 62, já referida, em Lisboa. Regressara a Espanha rapidamente, mas a residência fixa nas Canárias coarctava-lhe os planos. Desenganado de Franco, transferiu-se para a Alemanha, e lá conseguiu, em contacto ou em correspondência com Bidault, Soustelle e outros, reorganizar o «exército secreto», crismado de CNR

⁷⁸ Onde proviriam estas «informações» a que alude Salazar? Afiguram-se-nos falsas.

⁷⁹ Nogueira, op. e vol. cit., p. 361. Esta e a seguinte transcrevem exacta e integralmente em nota a carta de Salazar a Perdígão.

(Centro Nacional da Resistência), em vista de acções na metrópole. A nova estrutura durou pouco. Um destacamento da Segurança militar francesa raptou o coronel em Munique, em Fevereiro de 1963. Julgado em França, Argoud foi então condenado a prisão perpétua. Amnistiado, não mudou de ideias, mas o rescaldo de Maio não aconselhava a renovação das proezas passadas. Consagrou-se então às memórias e escreveu um livro, que intitulou *La Décadence, l'imposture et la tragédie*. Esta obra seria publicada em Paris, por Fayard, no ano da nossa revolução dos cravos, e teve alguma circulação em Portugal⁸⁰.

No verdor dos anos, e na esperança juvenil da revolução, Cohn-Bendit não renunciava. Encontrava-se em Londres por meados do mês (Junho 68), onde devia tomar parte numa emissão sobre os «acontecimentos» de França, promovida pela BBC. Encarou ainda pedir asilo político, para ele e outros dos mais notórios contestatários. Imaginou mais proferir aos microfones da BBC, exactamente a 18 de Junho, um apelo aos Franceses, à imagem do que lançara de Gaulle em 1940. Argumentava que a França de 1968 se tinha tornado um outro Estado de Pétain. A BBC recusou a pretensão.

No dia aniversário do apelo de 18 de Junho, os operários retomaram o trabalho na metalurgia e na indústria automóvel, incluída a *régie* Renault. A greve prosseguia ainda nas fábricas da Citröen, que só a 25 voltariam a abrir portas. Igualmente em greve continuavam os operários da empresa Usinor-Dunkerque, e os contestatários do ORTF. Ocupada ainda, a Escola das Belas-Artes.

Os jornais dão notícia a 19 de Junho de movimentação estudantil na Universidade americana de Columbia. Em Portugal referiam-se com mais insistência ao policiamento preventivo das universidades espanholas. Era um bom exemplo. A 20 começa em Nanterre uma convenção nacional das universidades de França, que dura dois dias.

No ORTF, resultado de uma intervenção de Mitterrand, o escritor Paul Guimard expõe aos telespectadores (durante quatro minutos) as razões da greve insistente, que os jornalistas da TV se dizem dispostos a prosseguir.

A campanha eleitoral, breve pela urgência do escrutínio⁸¹, terá sido fértil em incidentes de pequena ou média importância, mas de algum significado. A direita esquematizou e simplificou a questão, mobilizando contra a subversão e o comunismo. Todavia de Gaulle e Pompidou tinham-se finalmente fixado em opiniões diversas sobre os remédios que, na hipótese da vitória da direita, seria necessário aplicar ao país e à sua universidade. Sem embargo de ter assegurado, de sua exclusiva iniciativa, uma resposta de força a qualquer tentativa de assalto ao poder por via revolucionária, de Gaulle entendia que se impunha sanar os males

⁸⁰ A Antoine Argoud se refere Nogueira no vol. 5, p. 337, da sua obra muito citada.

⁸¹ Das inscrições anti-eleições tornou-se muito conhecida a máxima: *Elections, piège à cons!* Menos: *Scrutin, putain!*

denunciados por estudantes e trabalhadores. E, como tinha, de um rasgo, salvo a França em Junho de 1940, reservava para si mesmo a definição e administração do remédio a aplicar. Para Pompidou que, aterrando subitamente na crise, começara por julgar que temporização e indulgência a resolveriam, a resposta consistia em cortar o mal pela raiz, e repor as coisas no seu devido lugar. Ele mesmo era um fino produto da universidade contestada. Muito mais do que fazer reformas, era necessário apurar as formas. De Gaulle tinha-se encontrado com o termo participação. Pompidou, como muitos dos apaniguados gaulistas (Michel Droit, por exemplo) não atinavam com a compreensão do conceito, e não acreditavam que de Gaulle soubesse qual ela fosse.

A poucos dias da primeira volta das eleições o chefe do governo, na televisão, denuncia mais uma vez o perigo comunista, e, novidade, verbera os centristas que criticavam as suas medidas e intervenções. Domingo, 23 de Junho, primeira ida às urnas.

O escrutínio revelou um progresso muito grande da UDR (partido gaulista). Excepto o PSU, todas as outras formações perdiam sufrágios, sobretudo o partido comunista (2,5%), depois a Federação das esquerdas (2%), finalmente o Centro. Nenhuma das principais figuras da esquerda democrática (Mitterrand, Guy Mollet, Mendès-France) atingia a maioria absoluta. A sua entrada no Parlamento ficava portanto a depender da segunda volta.

*

Entre os dois Domingos, retomam o trabalho os operários da Citroën; cessa a produção dos cartazes contestatários.

No dia 27, de madrugada, a polícia tratou de «desocupar» a Escola das Belas Artes, onde permaneciam mais de uma centena de estudantes que não opuseram resistência. Passava pouco das 4 da manhã. Duas horas mais tarde começaram a sair da Escola, e a concentrar-se em torno, sob vigilância policial, rapazes e uma dezena de raparigas. Traziam ou arrastavam consigo colchões, cobertores, sacos com provisões... Não pareciam consternados, nem contrariados. Já esperavam. Cantando, tomaram lugar nos carros da polícia, que os conduziram ao hospital Beaujon⁸². Na sua situação, a canção, sempre repetida, soava como alusiva – um êxito do cançonetista Pierre Perret: *les jolies colonies de vacances [...] merci papa, merci maman!* Terminavam as férias de Maio, a ilustração da actualidade, os cartazes satíricos (entre os quais, *La chienlit, c'est lui*)... A polícia procurou a fábrica destas ilustrações, mas os estudantes tinham já depositado em lugar julgado seguro todo o material de impressão.

⁸² Beaujon. – Nome derivado do fundador do hospital (Nicolas Beaujon, séc. XVIII), de nascimento modesto e carreira próspera, que fizera grande fortuna.

Na tarde desse dia, o director (interino) da Escola – Martin – anunciou que pedia a imediata demissão. Teria alegado que não podia admitir semelhante operação policial, sem ao menos ser previamente avisado, em estabelecimento sob sua responsabilidade. Soustelle, ao tempo na Itália, tinha feito uma declaração semelhante, sobre a evacuação da Sorbonne, sem embargo das suas opções em matéria argelina.

Voltamos às eleições. Entre a primeira e a segunda volta, o cuidado principal dos gaulistas é confortar ainda mais as posições que já têm garantidas no Parlamento; e a do Governo, que enceta a sua última semana, impedir ou limitar a subida dos preços, ajudar as exportações, restringir as importações.

Na iminência do escrutínio definitivo, de Gaulle faz uma alocução, que lhe foi muito censurada por ser de última hora, ou mais tardia. Mas o resultado final fortifica até ao inesperado a autoridade do General, que deverá escolher o chefe do Governo, e convir com ele na composição do gabinete. Entretanto a cessante equipa Pompidou age enquanto pode no sector económico, e aumenta a taxa de juro do banco de França, de 3,5 para 5%.

Não tem tempo para muito mais. A 6 de Julho o Eliseu confirma oficialmente que Georges Pompidou abandonará o seu lugar de chefe do governo.

De Gaulle faz ver ao mundo que continua a sua política de prestígio. No dia 7 começa a terceira campanha francesa de experiências nucleares com a explosão de uma bomba de média potência em Mururoa. Segunda e terceiras bombas serão lançadas em 15 de Julho e 3 de Agosto.

*

No nosso país, Salazar vai conservando a sua equipa, mas, como, a seu tempo, troçava Eça de Queirós, o governo «está gasto», segundo uma opinião muito geral. Governando ou desgovernando, acorre aos conselhos, trata dos assuntos correntes, ouve o desenho dos projectos.

Salazar parece reconstituído dos seus inquietantes acidentes de memória. Expõe em conselho, com lucidez o projecto de Cabora Bassa (9, 10 de Julho), congratula-se com a solução de um problema sectorial e até social: o dos salários dos trabalhadores da Carris; mostra-se indeciso quanto à necessidade, que muitos, à sua roda, sentem e exprimem, de remodelação ministerial. Em França, de Gaulle mudava o governo, substituíu o chefe do governo, imediatamente após as eleições. Em Portugal, o chefe do governo é Salazar, e ele é que foi fazendo os presidentes da República. A situação vai durando. A perspectiva parece ser durar. Aguentar as colónias. Assim a França se mostre compreensiva... Já veremos porquê.

Em Paris, conformemente à Constituição, a nova Assembleia reúne a 11 de Julho, para uma sessão de 15 dias. Jacques Chaban-Delmas é recebido para o alto posto de presidente – o *perchoir*, como dizem os Franceses. Significativamente, logo nesse dia se produz um incidente entre o partido gaulista (UDR) e os republicanos independentes, cujo líder é Valéry Giscard d'Estaing⁸³. Na sequência, Giscard perde a presidência, que antes detinha, da comissão das finanças.

Um novo equilíbrio acha-se estabelecido, sem embargo das rivalidades e diferentes opções entre a direita e o centro-direita. É afinal a consequência política dos «acontecimentos». Nunca de Gaulle dispusera de apoio parlamentar tão forte.

A demissão de Pompidou e do seu governo foi oficialmente apresentada no dia 10. Ao chefe do governo demissionário, de Gaulle recomenda que «se considere pronto a assumir todo o género de mandato que pudesse vir a ser-lhe confiado pela nação», e entrega a chefia do governo a Maurice Couve de Murville. Será o oitavo governo da quinta República (12 de Julho). Sucede ao quarto de Pompidou, remodelado. O triunfo gaulista e o que ele fazia prever trouxeram o fim da greve no Ofício da rádio e da televisão, que deveria ser das primeiras instituições a reorganizar. Todavia, a não ser que se considere surpreendente a substituição de Pompidou por Couve, formou-se o novo ministério sem grandes alterações relativamente ao precedente. A mais significativa e consequente será a que entrega a Edgar Faure a pasta da Educação Nacional.

A inércia do movimento, ou tardias expectativas, suscitam todavia incidentes no Bairro Latino e na praça da Bastilha, entre manifestantes e a polícia, desde o dia da constituição do governo (12 de Julho), que se renovariam no dia 16.

A 14 de Julho, festa nacional, de Gaulle proclamava a amnistia dos activistas, condenados à revelia ou não, e dos arguidos de implicação na rebelião de Argel. A medida afecta cerca de 3500 pessoas. Algumas, e até notórias, tinham experimentado o refúgio português. Nogueira escrevera em tempos, em telegrama a Matias, para Franceses saberem, que a polícia os vigiava de perto (12 de Fevereiro de 1968), e perante o embaixador de França, insistia muito na recusa de asilo a Bidault, temperada mediante recurso ao Brasil, e depois por uma atenção especial de Carlos Lacerda, grande admirador de Salazar, em favor do político francês (sem falar do asilo em compensação no Brasil), que pensava lhe valesse boa nota por parte do Presidente francês e apaniguados.

Couve de Murville na sua declaração de política geral, fixa em dezoito meses o prazo de que necessitará «o governo para reequilibrar a economia francesa», e precisa as «grandes reformas» a realizar urgentemente antes do fim do ano.

⁸³ Ver nota 69.

*

Grandes «reformas» e estranhas formas em Avignon, no festival de teatro e dança que devia desenrolar-se em Julho/Agosto. Desde os princípios de Julho que Jean Vilar (promotor e director do Festival), os seus colaboradores, e não menos as autoridades municipais temiam pelo desenrolamento do certame. Tinham as suas razões: já o Festival de Cannes – o vigésimo-primeiro – fora interrompido, agitado pelos slogans *Le cinéma s'insurge*, *Cinéastes, que faites-vous por la Révolution?*, anulado, substituído pelos «Estados gerais do cinema» na Escola de fotografia e cinema da rua de Vaugirard, em Paris (a partir de 17 de Maio), discutido em três assembleias gerais, em Suresnes, para utópica definição do novo regime do cinema...

Em Avignon podia ser pior. Desde a preparação se espalhara o boato de que os «Catangueses» se preparavam para ir ao festival, e pô-lo ao diapasão da revolução.

Vilar propôs e fez vingar duas resoluções: encurtar o certame, reter apenas duas companhias – as mais compatíveis com o espírito do tempo. As companhias seriam o *Living theater*, dirigido por Julien Beck, que passava por modelo do mais novo teatro americano... e os *Ballets do XX^e siècle* de Maurice Béjart, cujo acolhimento em Lisboa já conhecemos.

A radicalização começou a 18 de Julho. Os «Catangueses» não apareceram. Mas Avignon deu lugar, quando o poder se reconstruía em Paris, a uma espécie de apoteose absurda da contestação, cujo desenrolamento se podia avaliar pela multiplicação, natureza e mensagem dos cartazes que iam forrando paredes e muros da cidade. O teatro descera à rua, onde aliás se representou o *Paradise now*, em lances extremos, a que incitava o próprio Julian Beck. Reclamava-se o teatro gratuito para todos em *happening* permanente, cujos protagonistas se sucediam sem intervalo. O fenómeno *bippie* começava em Avignon, onde a desnudação dos corpos passava por acto militante. O fato e o vestido são mentirosos.

Jean Vilar? Um encenador burguês, para recintos fechados, metamorfose última da tradição. Maurice Béjart? Um coreógrafo exigente, que subordinava à sua ideia, seleccionava e constrangia. Ditadores da arte? A 28 de Julho um novo slogan surgiu: *Vilar, Béjart, Salazar!* Aventuras de um bailarino! Expulso por Salazar, comparado a Salazar.

Salvo erro foi esta a única vez que o nome do nosso Presidente do Conselho apareceu em slogan de Maio. Cinquenta dias depois de ter expulso Béjart de território português.

*

Paris. O ministro na berlinda anuncia (25 de Julho) que terá concluído, ao reabrir o Parlamento, uma lei-quadro sobre o ensino superior, e a 31 o

Conselho de Ministros aprova as grandes linhas da reorganização do Ofício da rádio-televisão.

Em Agosto (dia 7) recebe uma delegação do ensino superior, perante a qual admite o princípio da «liberdade de expressão política e sindical no interior das faculdades». Este anúncio vai provocar violentas reacções, nomeadamente por parte da UDR, a cujos militantes Edgar Faure aparece como o gauchista do governo. Mas tem a sua ideia, e a caução do General.

Os motivos de inquietação vêm agora do centro da Europa. As tropas do pacto de Varsóvia invadiram a Checoslováquia (21 de Agosto). De Gaulle censurou sem ir às do cabo; o Comité Central do PC «desaprovou»; os gauchistas gritaram com força e razão contra o estalinismo; e Salazar considerou, não lhe passando pela cabeça desta vez atitudes radicais, que Dubcek tinha ido longe demais e muito depressa⁸⁴. As «liberalizações» não são do seu gosto. A Primavera de Praga nunca o tinha entusiasmado, antes pelo contrário.

Perguntámos oportunamente: que efeitos podia temer Salazar para o seu país, dos «acontecimentos» de França?

Como vimos, a contaminação da subversão não se deu flagrantemente. Franco Nogueira pretende, não sem alguma razão, que, no tempo mais crítico dos «acontecimentos», tinham ficado «perplexos os meios portugueses». E junta: – «tanto nos círculos do governo como nos da oposição democrática e liberal, e mesmo na esquerda socialista, o pavor domina os ânimos: o derrube de toda a ordem estabelecida, o caos, a contestação até aos limites da anarquia, a ausência de qualquer valor erigida em valor supremo, não estão no espírito de ninguém»⁸⁵.

Houvera os casos individuais. Falámos dos mais notórios: o do padre Felicidade, o de Maurice Béjart... mas a sua repercussão produzia-se em meios especiais: o dos católicos progressistas, o dos artistas e intelectuais...

De resto, agora, ganhas as eleições em França como tinham sido, a ordem voltaria depressa a Paris e ao país. Desde o início dos «acontecimentos» e até então, manifestava-se, porém, um motivo de receio, que fazia tremer pela «boa evolução» da guerra colonial. E desse fala menos Franco Nogueira, que, enquanto Ministro dos Estrangeiros, era o principal defensor – e perfeitamente convicto – do integralismo colonialista de Salazar; e que, na sua comunicação permanente com a embaixada em Paris, atendia ao problema mais relevante, susceptível de prejudicar, por parte da França, essa «boa evolução».

É que a França tornara-se, o principal fornecedor de equipamentos e armas a Portugal, destinados sobretudo à guerra de Angola. Salazar era bom pagador, e o material militar custava caro. Os anos sessenta tinham significativamente come-

⁸⁴ Próprias palavras de Salazar, segundo Nogueira: – «Sempre me pareceu. Dubeck foi depressa demais» (Nogueira, *Salazar*, vol. 6, pp. 376/377).

⁸⁵ NOGUEIRA, op. cit., p. 352.

gado com as visitas a Lisboa do ministro da Defesa alemão e do ministro dos exércitos francês. Depois a França avantajara-se. Desde o início dos «acontecimentos» e até então, as entregas iam em diminuição, e as garantias enfraqueciam. Eram fragatas, eram helicópteros, material muito sofisticado e adequado. Somente de Gaulle, que jogava a sua carta africana, e contava com o apoio dos países francófonos, cujos dirigentes contribuía para manter no poder, não podia dar o flanco, e mantinha-se esplendidamente exterior a essas negociações, que confiava a um staff adequado, cujo principal responsável era o ministro dos exércitos, muito afeiçoado a Marcelo Matias.

Além do problema de Angola, estava posto o da Guiné. O presidente Senghor – Messmer gabava-se de os pára-quedistas franceses o terem conservado no poder⁸⁶ – repetia diligências no sentido de a repressão na Guiné lhe não causar problemas, e ia até encarar contactos com a oposição portuguesa, nomeadamente com Mário Soares. Já em 8 de Julho (telegrama 195/68) Matias observava que a França se encontrava sob grande pressão dos países africanos, por causa dos fornecimentos a Portugal. Tinha também conversado com Debré, que «conhecia a política secreta (*sic*) do governo francês em África». Debré antes insistira em que o apoio francês ao projecto de Cabora Bassa não se desmentiria. Messmer, esse repetia que todas as entregas em atraso de material bélico e equipamentos seriam efectuadas até final do ano. O nosso embaixador retorquir-lhe-ia mais tarde que o Senegal «estava dando apoio a terroristas da Guiné» (telegrama 207/68, de 2 de Agosto). Estava a ver-se a urgência...

O material era imprescindível. As garantias de boa mente. Mas, após tais desordens em França, as queixas de várias capitais em África, e as reticências sobretudo inglesas e americanas (com denúncia às vezes do que Paris fornecia), poderiam o nosso governo e o nosso exército encarar os novos prazos com optimismo? Para as forças portuguesas, sobretudo na Guiné, a actuação imprescindível estava a tornar-se muito difícil.

Recurso a tentar, de considerar sobretudo no caso de Angola, conseguir que as vendas consentidas pela França à África do Sul, pudessem em parte ser desviadas para o teatro de operações português. Os nossos agentes tinham operado. A África do Sul estava de acordo. Mas, nessa perspectiva, o próprio Messmer parecia reticente. À África do Sul as vendas tinham sido feitas sob condição estipulada de não ir parar aquele material a terceiras potências. O arranjo seria talvez possível. Mas antojava-se melindroso⁸⁷.

⁸⁶ *Apud* telegrama de Matias a Nogueira, n.º 207/68, expedido em 2 de Agosto.

⁸⁷ Já em telegrama de 7 de Março (n.º 61/68), Nogueira encomendara a Matias: «Você dá-se à maravilha com Messmer. Que ele desligue África do Sul dessa condição».

Chegava o tempo quente, em que Salazar se transferia para o forte do Estoril. Era um homem de convicções, como se sabe, e de hábitos também. Mudou-se para o forte a 27 de Julho (68). Franco Nogueira escreve, referindo-se a 29, que ele se comportava «quase normalmente». Trabalhava, recebia ministros, exarava despachos. As notícias, sobre governo e ministros, que vinham de França, eram boas. Já vimos, a propósito do governo de Pompidou remodelado, que Salazar contava Couve de Murville entre os amigos de Portugal, do seu Portugal; e com muita razão. Portanto tinha agora um amigo na presidência. Outros amigos provados tinham passado de um governo para o outro. Bem. Sobre Edgar Faure na Educação, é que Nogueira não diz se Salazar pensava alguma coisa. De Edgar Faure – que Matias pessoal e intelectualmente estimava –, dos seus preparos sobre o estabelecimento de relações com a China, dos seus planos de reforma da Universidade, da participação, da política na Universidade... É que naturalmente nem Salazar sabia bem, nem Franco Nogueira.

O dia 3 de Agosto era um sábado. Salazar tinha um pedicuro habitual (Augusto Hilário) que convocou para esse dia, de manhã. Descera ao terraço do forte, já lá estava o pedicuro... Reclinou-se numa cadeira de lona, e abriu o jornal. Nisto, a cadeira desequilibrou-se para trás, Salazar caiu, bateu com a cabeça na pedra do pavimento. Acorre a governanta, mais pessoal doméstico. Salazar levanta-se. Recomenda a todos que não digam nada a ninguém do percalço. Não se queixa senão de dores no corpo.

No dia seguinte vai a Cascais, onde se encontra com o Presidente da República na sua casa particular de Verão. Discutem ambos a situação na Checoslováquia, e Salazar aborda pela primeira vez o projecto de remodelação parcial do governo, após o que regressa ao forte do Estoril.

Ao ritmo português de então, o problema premente é a remodelação ministerial. Não há resultados de eleição a ter em conta, mas o microcosmo da alta esfera governamental e para-governamental, a seu modo, agita-se muito. E Salazar está combalido. A 6 de Agosto vem examiná-lo o seu médico de confiança, o doutor Eduardo Coelho. Não acha nada de cuidado. Recomenda, porém, a Salazar que o chame imediatamente em caso nem que seja de dor de cabeça.

Em meados de Agosto, a remodelação ministerial está assente em todos os seus pormenores. Conformemente ao seu hábito, Salazar escreve, aos ministros que saem, cartas de agradecimento e reconforto. A 15 de Agosto, feriado, recebe uma visita muito grata: Christine Garnier. A senhora vem desta vez com o marido. Salazar fala de França. Diz-se inquieto pelo que lá venha a desencadear-se, de novo, a partir do Inverno. Está talvez inquieto, também, pelo que se possa passar consigo mesmo. Sente chegada a hora do balanço. Sopesa mesmo a tarefa que deixa ao seu sucessor. Mas abstém-se de qualquer voto ou prognóstico sobre a transição.

No dia 17 de Agosto os matutinos portugueses anunciam a remodelação ministerial. Na Checoslováquia a novidade era outra. De 20 para 21 as tropas soviéticas ocupam o país. O Kremlin pretende que a contestação do socialismo na Checoslováquia constitui uma ameaça para a paz. A Europa fica assim avisada de que uma tentativa de interferência nos acontecimentos em curso criará um *casus belli* difícil de travar. Reúne em Nova Iorque o conselho de segurança. Franco Nogueira transcreve as próprias palavras com que Salazar – sempre igual a si mesmo⁸⁸ – teria comentado as reacções ocidentais:

Tudo isso não vale nada. Tudo isso conduz a nada. Mas tomar Cuba nas primeiras doze horas seria alguma coisa, e por causa disso não haveria guerra. Mas o Ocidente não tem homens⁸⁹.

Os «acontecimentos» e as perspectivas da França voltam a ser discutidos com Marcelo Matias, embaixador de Portugal em Paris, que em fins de Agosto se encontra em férias na sua casa do Estoril, e que tinha sido, em melhores tempos, intermediário precioso entre Salazar e Christine Garnier. Salazar raciocina, conversa, vaticina como naturalmente. Só a 27 de Agosto, ao fim da tarde, depois de ter trabalhado com o ministro dos Estrangeiros, é que se sente indisposto. A governanta quis chamar o médico. Mas Salazar recusou. Veria o doutor Eduardo Coelho dentro de dias. Não havia razão para se alterar o que estava programado.

*

Em Paris, geria-se em Agosto o crepúsculo de Maio. Era desarmar o operariado com as vantagens sociais; dar uma respiração nova à Universidade, mediante corolários concretos da participação abstracta. De 28 a 30 (Agosto) é o próprio chefe do governo que recebe os dirigentes das centrais sindicais. As conversações foram construtivas. Mas a 4 de Setembro o *bureau* executivo da UDR pronunciou-se contra a introdução da política na Universidade.

Decorre na véspera, em Lisboa, o primeiro conselho de Ministros do novo governo. Franco Nogueira, que vem do precedente, fez uma longa exposição sobre política internacional. A França já não inspira os cuidados dominantes em torno da mesa; trata-se mais da Europa oriental e central. Da Checoslováquia passa-se aos assuntos correntes. Salazar, que não interviara sobre política externa, continua silencioso. Parece muito cansado; está muito pálido. É o primeiro a sair, sozinho. Arrasta-se com lentidão, diz Franco Nogueira. Como se até andar lhe custasse. A 6 de Setembro é hospitalizado.

⁸⁸ Reproduzimos a expressão de André Guérin aplicada a de Gaulle.

⁸⁹ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 386.

A 8, é distribuído em Paris o que julgamos o primeiro *tract*, alusivo não tanto à doença, como à morte próxima de Salazar. Apresenta-se como um apelo a voluntários e a fundos, a fim de se prestar ajuda aos antifascistas portugueses que vão, na ocasião do óbito, empreender a revolução triunfante, que enfim libertará Portugal da ditadura. Transcrevemos o curioso documento que, na colecção da BNF, tem o número 4579.

Está redigido em francês precário, mas inteligível, e fornece todos os dados que tornariam possíveis as respostas aos apelos. De notar logo a oportunidade: Salazar caiu da cadeira a 3 de Agosto; a 6 de Setembro foi internado no Hospital de São José, donde, feitos os exames adequados, o transferiram para a Casa de saúde de Benfica; aqui, na madrugada do dia 7, foi operado ao cérebro. O doutor Eduardo Coelho concluía que «estava o problema resolvido». A censura filtrava as notícias sobre o Presidente do Conselho. E, desde o dia seguinte ao da operação, a fiarmo-nos na data, circula em Paris um *tract* que dá Salazar por moribundo, sem salvação possível. Eis o texto.

Appel du Comité Portugal Libre

Siège provisoire: 16, rue Frédéric Lemaître, Paris 20

Paris, le 8 septembre 1968

Amis antifascistes «de toutes les nationalités»

Le dictateur Salazar approche de sa fin après 42 ans de tyrannie au Portugal. Il est tombé gravement malade, et, avec lui, le fascisme portugais. Il arrive l'occasion de l'arracher du territoire du Portugal, donc de le faire reculer en Europe. Des lueurs de liberté et de progrès montent dans l'horizon après la longue nuit fasciste. Le Portugal peut être libre, «va être libre», si nous mobilisons toutes les forces antifascistes portugaises et étrangères. «Il faut le faire tout de suite», car Portugal libre, ce sera dix millions de portugais libres, trente-cinq millions d'espagnols libres, et le fascisme sous la défensive dans toute l'Europe.

NOUS AVONS BESOIN D'UNE AIDE IMMÉDIATE, pour la plus petite qu'elle soit. «Nous nécessitons de votre appui moral, et nous nécessitons aussi de votre argent» pour organiser – dans les prochains jours – à Paris – une grande réunion publique d'union et d'éclairement sur la situation politique portugaise. Nous avons besoin d'argent pour éditer, tout de suite, notre publication «Portugal libre», et développer en France et ailleurs notre action. Nous avons besoin d'aide pour les combattants portugais de la liberté. Car, malgré la maladie du fascisme, malgré la perturbation de la police secrète portugaise, malgré la fin de Salazar, il nous faut, à nous, Portugais, conquérir notre liberté. Il faut courir⁹⁰ les fascistes du pouvoir, dans une action commune et immédiate des forces antifascistes portugaises et étrangères.

⁹⁰ *Courir* deve querer dizer «escorraçar».

Amis antifascistes, et vous spécialement, antifascistes français, «pas sectaires», retournez en arrière, venez auprès de ces militants maintenant, ou alors écrivez-nous...

.soit pour nous remettre votre adhésion au CPL

.soit pour nous donner votre aide financière

ET TOUS A NOTRE RÉUNION PUBLIQUE

Le Secrétaire Général du

COMITE PORTUGAL LIBRE

Des fonds directement, ou par la poste à

CCP – 24-415-00, Paris 20

O «Secretário Geral» não assina. Suspeitamos, todavia, de quem ele fosse. A sua actividade (?) em Paris era anterior aos «acontecimentos». Tratava-se de um tal Manuel Rio que fazia sair e distribuía com irregularidade uma folha, intitulada realmente *Portugal livre*, e que se atribuíam serviços valiosíssimos na resistência portuguesa, e crédito internacional até junto do Papa. Na verdade todos os movimentos de oposição, representados na capital francesa, rejeitavam o seu concurso, e o evitavam como indivíduo suspeito. Antes da sua proclamação da revolução portuguesa pela morte de Salazar, que anunciou tão estranha e prematuramente, colara cartazes anti-colonialistas em favor de Holden Roberto. Nos seus trabalhos «políticos», não se lhe conheciam ajudantes senão sua mulher ou companheira, e ambos pareciam viver destes e outros «biscatos». O que o identifica como autor do *tract* 4579 da BNF é a morada que indica na rua Frédéric Lemaître, dada habitualmente como sede do seu «movimento».

*

Ficaria Salazar diminuído após a operação? O professor Eduardo Coelho continuava optimista. Em todo o caso eram tão superiores as suas capacidades às do comum dos homens, políticos ou não, que continuaria o Presidente do Conselho, mesmo combalido, muito acima dos outros, apto a dirigi-los a todos. Às nove da manhã (7 de Agosto), no seu primeiro boletim informativo, a Emissora Nacional anunciou aos radio-ouvintes o conteúdo do boletim médico. Teria sido esta informação a fonte de Manuel Rio? Certo é que a senhora de Franco Nogueira foi admitida, pelo meio da manhã, a visitar o doente no seu quarto. Nem já estaria nos «cuidados intensivos»... Encontrou-o «de cabeça ligada, mas lúcido»... O enfermo teria imediatamente reconhecido pela voz a identidade da visitante⁹¹.

O optimismo mantém-se até ao dia 16. Franco Nogueira menciona entre as mensagens, que chegavam do estrangeiro desejando as melhoras, a de Couve de Murville. Do próprio general de Gaulle não parece que tenha vindo qualquer sinal...

⁹¹ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 399, nota única.

No último quadrado dos ultra-gaullistas, dizem hoje alguns que o General teria mandado um «recado» em tempo oportuno ao Presidente do Conselho português, no sentido da conveniência de uma mudança de forma e/ou fundo na sua exposição e na condução da política ultramarina. Nenhum documento de nenhuma espécie corrobora o boato deste «recado». Salazar continuava na sua. E, presente envenenado, legá-la-ia ao seu sucessor. Como veremos.

Nem médicos, nem mensagens evitaram a peripécia seguinte. No referido dia 16, pelas 13h30 da tarde, o doente é vítima de um acesso doloroso, e perde os sentidos. É um novo acidente vascular, agora no hemisfério cerebral direito. O Cardeal Cerejeira administra-lhe a extrema-unção. Na verdade, a hipótese de nova recuperação é inverosímil. E, mesmo que ela se reproduzisse, o doente não deixaria de ser um inválido, incapaz de qualquer espécie de actividade política. Esta opinião é corroborada por um especialista americano – Houston Merritt –, que, por sugestão do embaixador dos Estados Unidos, veio a Lisboa, e por três vezes examinou o doente.

O presidente da República decide convocar o Conselho de Estado, em Belém (17 de Setembro). Opiniões diversas, exaradas em longa acta que Franco Nogueira transcreve. Destacamos como mais consensual a de Mário de Figueiredo: «não obstante a situação desesperada em que o doutor Salazar se encontra, o chefe do Estado deverá sobrestar por algum tempo mais na sua substituição, até se verificar o óbito ou se comprovar a sua definitiva incapacidade». A conclusão da acta considera «a hipótese de as circunstâncias imporem a substituição do doutor Salazar»⁹².

Em França, em Nanterre, a situação é agora menos calma outra vez que na Sorbonne. Em 18 de Setembro o reitor Pierre Grappin (antigo membro da resistência, que chamara a polícia em Janeiro de 68) demite-se e é prontamente substituído.

De Lisboa, parte a 19 o professor Merritt, considerando que nada mais se podia fazer. No mesmo dia, em Paris, após arbitragem do presidente da República em favor das teses de Edgar Faure, esse grande cirurgião, o governo aprova o projecto de lei, que o ministro da Educação apresentava.

A sucessão de Salazar consuma-se a 27 de Setembro. Marcelo Caetano, o reitor que enfrentara a crise estudantil de 1962, é nomeado chefe do Governo. Salazar não é posto ao corrente. Perdeu o poder sem dor, sem dar por isso.

Em Outubro, em Paris, de 3 a 10, a Assembleia Nacional discute a lei de orientação do ensino superior, que é finalmente aprovada por 440 votos e 39 abstenções, entre as quais (abstenções) 33 comunistas. Os outros seis abstencionistas são deputados da UDR, e um destes é Christian Fouchet, que denunciara a *pègre*, insinuada entre os contestatários.

⁹² Idem, *ibidem*, pp. 408/412, sempre em nota.

O número dos exilados ilustres que regressam a França aumenta ainda: Jacques Soustelle dá sinais de vida em 24. Teve tempo para pensar. Salazar continua na casa de saúde de Benfica. Em fins de Outubro, os médicos apercebem-se com surpresa que saíu do coma profundo, que reage aos estimulantes, que responde a perguntas, que a memória começou a funcionar. Muitas vezes os grandes deste mundo têm as maiores dificuldades em deixá-lo. Ao contrário de Salazar, de Gaulle em deixar de percorrê-lo.

Efectivamente recomeça em 25 as suas visitas de Estado. Desta vez a Ancara, e sem a preocupação com os «acontecimentos» de Paris, que tinha abreviado a sua estada na Roménia. Cinco dias. Não terá sido um palpite da adesão da Turquia às comunidades. Mas constituiu sem dúvida uma homenagem à figura de Kemal Atatürk, que defendera e estabeleceu o laicismo no seu país, aproximando-o da Europa, e levando-o a integrar (em 1932) a Sociedade das Nações.

Em França, o mês de Outubro terminou com a extinção, enfim, de um movimento da extrema-direita – *Occidente* – cujas posições e provocações perturbavam o Bairro Latino, e tinham sido abundantemente denunciadas durante os «acontecimentos».

Em Lisboa, na Casa de saúde de Benfica, em fins deste mês de Outubro 68, Salazar, já substituído no governo há um mês, aparenta melhoras, que os boletins médicos registam. A memória permite-lhe respostas exactas a perguntas que o confundiam antes. Franco Nogueira descreve muito pormenorizadamente estas oscilações. No início de Novembro, o doente volta a decair. Nogueira: «Nos primeiros dias de Dezembro de 1968, há uma recuperação, acentuam-se as melhoras. Volta a receber algumas visitas»... Os clínicos escrevem no boletim médico: «o doente deverá ter alta dentro de uma semana, e regressar à residência de São Bento». Seja qual for o seu estado psíquico, Salazar não realizou ainda que já não é presidente do Conselho. Realizaria alguma vez?

Empossado Marcelo Caetano, logo se manifestou, nas chancelarias, nos jornais e entre os políticos, e nos meios estudantis ocidentais, uma curiosidade muito grande pelo que iria, ou não iria ser, a evolução do país, da sua guerra e da sua universidade. Terão observadores conhecidos ou desconhecidos acorrido a Lisboa, e outros pontos do «império», imediatamente ou a breve prazo, a fim de julgarem pelos seus olhos. Esperaram em vão, como discentes e docentes, em 62, no restaurante Castanheira.

É esta curiosidade, ou mesmo necessidade de saber, que deve ter feito incluir, entre os papéis de Maio, o testemunho de uma estudante francesa que, de facto, esteve em Portugal, e lá soube da repressão nos estabelecimentos de ensino. Este papel figura em dactilografia na já muito referida colecção de *tracts* da BNF. É muito longo para ser transcrito: quatro páginas de letra miúda, de quarenta linhas. Intitula-se *Portugal, prison et torture pour les étudiants*, tem o número 7954, e acha-se referido, pela letra manuscrita do coleccionador a

Setembro 68/Dezembro 68. Ou seja: a fase de primeira expectativa pelo exercício do novo presidente do Conselho.

A autora faz história, considera que a crise moderna da Universidade portuguesa começou em 62, e que desde então não se interrompeu senão aparentemente, sob a diversidade dos objectivos declarados. De 62, refere factos exactos; proibição do Dia do Estudante, invasão pela polícia de choque da área universitária, cargas efectuadas pela polícia, greve da fome na cantina, demissão do reitor (que não nomeia), alguns docentes timidamente solidários dos estudantes... E dá números: 1100 estudantes presos por pouco tempo, 90 por vários dias, cerca de 60 (em Lisboa e Coimbra) expulsos da Universidade.

Em 65 – diz – a agitação conheceu novo período crítico, e mudou de feição. A contestação politizou-se. Os estudantes passaram a denunciar as causas sociais do mal-estar. E a sua acção passou a ser, cada vez mais reprimida como «política e subversiva». Na verdade, os estudantes tinham gozado de uma liberdade excepcional no país: poderem eleger os dirigentes das suas associações. Segundo eles, essa liberdade, que lhes era às vezes contestada, não poderia mais ser limitada, e deveria estender-se a todos os cidadãos; e, do meio estudantil, deveria sair um organismo directivo de âmbito nacional, por via de eleições livres. Nesta altura, diz a autora do relatório, *n'importe quel étudiant, pour n'importe quelle raison, risque d'être arrêté. Dès son arrestation, motivée ou non, il est soumis à la torture.*

Ao longo do panfleto, não evoca nunca a guerra colonial. Insiste na arbitrariedade das prisões, na extrema mocidade de quem é preso, nas torturas a que logo a PIDE recorre. Nunca diz a Direcção Geral da Segurança, claro... Sempre e só, a PIDE, que fora instruída por nazis:

Je sais que quelques membres de la Gestapo, réfugiés au Portugal après la guerre, sont devenus instructeurs de la PIDE.

Era verdade, comentamos, que Salazar tivera aborrecimentos, no fim da guerra, pela protecção que continuava a dar a certos estrangeiros, constantes da lista negra que lhe fizera chegar o Quartel General das forças aliadas na Alemanha. Um ou outro docente da Universidade de Coimbra, estrangeiro, era outrossim, reclamado pelos Ingleses. Mas a época presumível dos instrutores ou modelos nazis da PIDE era anterior. Datava do «idílio» de 35/38.

Torturas mais praticadas pela polícia política: a luz forte nos olhos; a estátua; a privação do sono; os seios queimados a ponta de cigarro; as raparigas, como uma que a autora do texto teria conhecido, obrigadas, após tortura, a dançarem semi-nuas...

Parcial, o pseudo-testemunho da autora evolui assim, aparentemente, para a acusação desonesta e caluniosa. A título de experiência vivida, relata certa tentativa de manifestação, diante de uma «prisão política», que não identifica nem localiza.

En attendant de pouvoir se rassembler, toujours à deux ou trois, on passe sous les murs de la prison politique. Au troisième étage, des visages, des mains bougent derrière les barreaux. Très vite on leur fait signe. Enfin, le soir, après cinq heures d'attente, à vingt heures, on arrive par quelques centaines à se rassembler pendant dix minutes, en criant: «Liberdade! Abaixo a PIDE! Abaixo as torturas», avant d'être chargé par la police, mitrailleuse au poing. Nous courons très vite parmi des passants craintifs... Faute d'étudiants, ils matraquent deux passants jusqu'au sang.

Com estas alegações sem base aparente contrastam informações que são verdadeiras.

Os últimos parágrafos do documento dão nomes de jovens, vítimas da arbitrariedade policial e/ou da tortura. Joaquim Vital, aluno do liceu Gil Vicente; José Augusto da Silva, submetido ao tribunal de menores; Joaquim Bettencourt, estudante de engenharia; José Moraes, atacado de pleurisia, a quem a PIDE recusava toda a espécie de assistência médica; Crisóstomo Teixeira, vítima de hemorragia após ter sido agredido com pontapés no estômago...

Ora, nenhum destes nomes é inventado. Todos os jovens referidos foram realmente objecto de repressão dura, mas muito antes de 68. Em fins de 64 e princípios de 65, quando se começava a manifestar o que foi a sedução do maoísmo. Daqui derivou o chamado processo dos 31, em que foram defensores nomeadamente Mário Soares e Jorge Sampaio, que haviam de ser presidentes da República, restabelecida a democracia.

Joaquim Vital que, após a prisão, procurou outros ares na Bélgica e em França, é hoje o director das *Editions de la Différence*, que tem feito muito pela divulgação dos autores portugueses neste país. Nem sempre a autora do *tract* em apreço peca por falsidade ou exagero. E até alguns casos bem reais e notórios deixa passar, como o de Baeta Neves, estudante de direito, que, para escapar à dureza do interrogatório, engoliu pedaços de vidro dos seus óculos, o que lhe valeu transporte de urgência ao Hospital de São José para ser operado; o de Maria Georgina Maia de Azevedo, estudante de Belas-Artes; o de Maximino Cunha que teria sido interrogado durante sessenta horas contínuas.

Omitida também a prisão do cidadão francês Alain Oulman, que deu origem a sério melindre diplomático. O próprio Couve de Murville, informado pelo Quai d'Orsay, abordou o caso junto do embaixador Matias; e Raymond Aron – o mais anti-Maio dos escritores – escreveu a Salazar uma carta que o destinatário achou «um tanto áspera». Matias como Salazar admitiam que a «solidariedade judaica» entrasse em acção ou escândalo a propósito do prisioneiro. Salazar acabou por libertá-lo, mas como mais tarde a Béjart (não judeu), fê-lo sair depressa do território nacional⁹³.

⁹³ Cf. *Correspondência Matias/Salazar*, segunda edição (Lisboa, Difel, 1984), p. 555 e depois 561.

Oulman, que tinha então trinta e poucos anos, possuía uma fina sensibilidade de literato e músico; compunha melodias para Amália Rodrigues, sobre redondilhas de Camões e outros versos, por exemplo de Pedro Homem de Melo. Regressado a França, ocupou lugar de relevo na editora *Calmann-Lévy*. Era sobrinho do proprietário, e ajudou mais tarde a edição do livro *Le Portugal bâillonné* de Mário Soares.

Estas prisões e violências de 64/65 foram aliás objecto de relatório da Embaixada de França em Portugal, redigido e assinado pelo próprio chefe de missão – François de Rose, bem nascido e bem pensante. Tinham provocado uma carta da Acção democrática e social ao Presidente da República (3 de Fevereiro de 1965) e outra de Cunha Leal ao Cardeal Patriarca, que ambas o embaixador fizera chegar, traduzidas, ao seu ministério.

De Rose comentava em 8 de Abril (65) em ofício ao Ministro dos Estrangeiros (Couve de Murville):

Sur le plan de la discussion des idées ce régime ne répond plus aux exigences de notre époque.

No mês seguinte estalaria o caso da Sociedade de escritores (prémio Luan-dino Vieira), a que também não se refere a autora do *tract* 7954. Em suma não menciona absolutamente nada que tenha sucedido posteriormente às prisões 64/65. Estará truncado o documento? Será cópia truncada? Tal como se apresenta não depõe nem pró nem contra a «primavera caetanista»; interrompe-se três anos antes dela, antes dos meses assinalados à mão (Setembro/Dezembro de 1968), o que é tanto mais de lamentar quanto é certo que esses são precisamente os do crescimento, após Maio, da influência de Maio na Universidade portuguesa. Deu-se como que uma transferência, em atenuação. Em Maio, em Paris, pusera-se à prova implicitamente um chefe supremo, mas envelhecido ou supostamente envelhecido. No Outono de 68 e no Inverno seguinte, põe-se à prova em Portugal um chefe recém-chegado, que se apoiara seis anos antes, mas a quem agora se pediam contas de democrata quanto à universidade, à questão colonial, à questão social... De formas e atrevimentos, o passado recentíssimo e parisiense fornecia modelos novos. E Caetano não tinha Massu à mão. Tinha Spínola na Guiné. E Salazar na Casa de saúde de Benfica... E até mais perto.

*

Em França (68) tornavam-se cada vez mais raras as perturbações relacionáveis com a contestação de Maio. Dão-se em Paris, a 7 e 8 de Dezembro, atentados contra os bancos e contra permanências UDR. Às vezes à bomba. Encontrada ferida numa das explosões, uma estudante (Mlle. Destouet) reconhecerá que participou nos assaltos.

Giscard d'Estaing preparava também a sua bomba, neste fim de ano. Sabendo da ideia fixa, em de Gaulle, do referendo, recomenda no parlamento, a 8 de Dezembro, que nenhuma consulta eleitoral tenha lugar no ano que vem, de 1969. Era preciso dar tempo aos espíritos de retomarem o seu rumo. Muitos políticos acharam, por diversas razões, a precaução atilada.

Dois dias mais tarde, Jean-Marcel Jeanneney⁹⁴, que, tendo batido Mendès-France em Grenoble, fora nomeado, no governo de Couve, ministro de Estado, encarregado da reforma do Senado e da regionalização, confirma que a dupla operação será garantida como previsto. É uma guerra aberta. A 17 o Comité directeur dos republicanos independentes decide fazer campanha contra a organização do referendo durante o ano que está à porta.

No vasto sector da Educação Nacional reacendem-se os fogaréus. Interrompem-se as aulas nalguns casos. Às vezes a polícia aparece. A 17 recomçam os incidentes no liceu *Chaptal*, em Paris. O liceu fechou as portas. Reabriu a 20.

Oito dias mais tarde o Comité de Defesa da República de Dijon desencadeia um ataque violento contra Edgar Faure e as Universidades que ele desenha. A lei de orientação seria um bluff, condenado ao fiasco. O ministro não responde.

Acaba o ano. Em Lisboa, Salazar continua a não saber que já não é Presidente do Conselho. Em Paris de Gaulle não quer saber do peso que vai ganhando a oposição ao referendo no ano que entra. Na sua alocução final de 68, terminou os votos com uma daquelas fórmulas pitorescas e picantes que não faltam no seu estilo: «Levemos a terra os diabos que nos atormentaram durante este ano que termina!». Entre os diabos, que o atormentavam a ele, figurava o mais bicudo ou cornudo da oposição à consulta. Mas o General não se aceitaria se não se sujeitasse a mais essa prova de fogo... ou voto.

Salazar passou o *réveillon* na Casa de saúde de Benfica. Numa semi-lucidez, sob cuidados aturados. Desavêm-se os médicos sobre o que mais convém fazer. Eduardo Coelho defende a volta a São Bento, e ser ele o assistente contínuo, com o encargo de chamar quem lhe pareça que deve acudir à cabeceira do doente. A espaços o doente parecia aliviado e desanuviado. De volta do Brasil, passa outra vez por Lisboa Christine Garnier. Vai à Casa de Saúde (4 de Fevereiro) e permite-lhe que visite. Fica algum tempo no quarto, trocam, ela e o doente, algumas

⁹⁴ JEANNENEY, Jean-Marcel. – Filho de Jules Jeanney, que foi presidente do Senado, de 32 a 42. Jean-Marcel nasceu em 1910. Ensinou na Universidade de Grenoble em 37. Ministro da Indústria no gabinete de Michel Debré (1959), foi o primeiro deste governo a pronunciar-se, no seio do gabinete, pela independência da Argélia. Voltado ao governo em 1966, ao novo ministério *Affaires sociales*, não participou nas negociações de Grenelle. Apesar da missão que tinha recebido, como ministro de Estado no governo Couve, mas consciente da impopularidade da consulta, chegou a propor a de Gaulle que fosse o próprio Presidente a assumir a responsabilidade do referendo. De Gaulle recusa. Após a vitória do «não», encontrou-se com ele, pela última vez, em La Boisserie. O general adverte-o de que nenhuma acção, posterior à derrota, poderá ter ou reclamar a sua caução.

palavras. Segundo Nogueira, quando a senhora sai, diz que «que achou normal a conversa»⁹⁵. Fosse como fosse, era a última vez que via aquele seu admirado admirador.

No dia seguinte – 5 de Fevereiro de 1969 – Salazar tem alta. Uma ambulância transporta-o para São Bento, onde, ao que escreve Nogueira, «é instalado no andar de cima».

Saúde da Universidade francesa? Sobre as críticas do CDR de Dijon, o Ministro da Educação deixara passar o fim de ano para responder serenamente. Tinha de se acabar com a Universidade napoleónica. As universidades e as suas dependências deviam ser administradas por conselhos eleitos, compostos em partes iguais de docentes e discentes; e os professores de nível magistral, que detinham antes todos os poderes, passariam a ocupar apenas 60% dos lugares, conferidos à metade docente dos conselhos.

Ah, 1969! O ano precedente fizera, em França, estremecer a República, e, em Portugal, acabara por reduzir Salazar a um quase-estado-de-coma intermitente. E agora encontrava-se de Gaulle frente ao assalto de três espécies de diabos.

Diabo dos estudantes e dos professores que com eles alinhavam por convicção, estratégia ou oportunismo; diabos dos políticos e seus adeptos que se opunham ao referendo; diabos dos Bretões, ciosos da sua identidade. Por outro lado, a conjuntura internacional armava as suas ciladas.

A 2 de Janeiro a aviação israelita ataca as posições de comandos palestinos em território jordano. Dias depois a França decide proibir toda a exportação de armas para Israel. A decisão suscita vivos protestos, e, entre nós, aumenta os receios nos círculos restritíssimos que tratam dessas coisas. Nem era bom falar de embargo à exportação de material bélico... A não ser que, privados uns, beneficiassem outros.

Depois são os Bretões. Existe uma frente de Libertação da Bretanha (que os nazis em seu tempo lisonjearam), e os seus militantes mais decididos recorreram aos atentados; trinta e quatro pessoas implicadas são apreendidas e serão submetidas ao Tribunal de Segurança do Estado (8-16 de Janeiro).

Obra dos diabos ainda, as relações entre de Gaulle e Pompidou não corriam pelo melhor, em tempo de Couve de Murville. O General não seria isento de certas ciúmeiras, nem aprovava os indícios ou a expressão prematura de certos altos projectos. Era preciso dar tempo ao tempo.

Ainda em Janeiro, a 17, o precedente chefe do Governo declara publicamente que, se de Gaulle viesse a retirar-se, ele mesmo, Pompidou, seria candidato à sucessão.

⁹⁵ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 424.

Retirar-se de Gaulle? Cinco dias mais tarde, marcialmente, o General afirma: «Tenho o dever e a intenção de cumprir o meu mandato até ao termo». O termo seria em 72.

Agora os diabos dos estudantes a fazerem-se lembrados. Ainda em Janeiro, dia 23, manifestantes à moda de Maio ocupam a reitoria da Universidade de Paris e as instalações universitárias de Vincennes. A 24, renovam-se os incidentes no Bairro latino. Vincennes tinha estado tranquila, mas a contestação lá chegava. Quando leccionou neste Centro Mário Soares, posto cobro à deportação em São Tomé, mas também, indirectamente, à residência no seu país, lá aconteceu que fosse às vezes contestado. Só que, nesse caso, os contestatários não eram os mesmos, e alguns aparentavam estar ligados a organismos vigilantes e repressivos.

De Gaulle ousou a Bretanha em fins de Janeiro (69). Foi alvo de manifestações hostis em Rennes (em cuja universidade também Mário Soares ensinaria) e também em Brest.

A 2 de Fevereiro o General confirma que o referendo visará um duplo objectivo – as regiões, o Senado – e adianta, sobre a data, que terá lugar na Primavera. Com a chegada das andorinhas.

Diabos a terra! Da meia centena de estudantes que participaram na ocupação da reitoria, trinta e quatro vêem-se suspensos por um ano da frequência da Universidade. Os que tinham ocupado o Centro Universitário de Vincennes são objecto de processo disciplinar.

Agora é presidente do Senado Alain Poher⁹⁶, que, no ano precedente (3 de Outubro de 68), sucedera a Gaston Monnerville⁹⁷. A 3 de Fevereiro de 69 deixa entender, em intervenção na Câmara, que poderá recomendar o voto negativo na circunstância do referendo. Aquele Poher que, mais tarde, receberia com extremos de delicadeza uma delegação de advogados portugueses (entre os quais Salgado Zenha) em deslocação a Paris.

Diabos da Universidade. Pouco perigosos. Um punhado de docentes, que invocam razões várias e até contraditórias para o seu descontentamento, ocupam a Sorbonne de 11 para 12 (Fevereiro) durante uma parte da noite. É apenas um gesto.

⁹⁶ POHER, Alain (1909-1996). – Fez a sua carreira no Senado (46/48, 52/68), onde representou o MRP (Movimento republicano popular), e depois a União centrista dos Democratas de Progresso. Presidente da República interino, após a demissão do General, e de novo após a morte de Pompidou.

⁹⁷ MONNERVILLE, Gaston, (1897-1991). – Atraído pela política, aderiu ao Partido radical socialista, de que foi deputado. Resistente. Contribuiu para fazer adoptar a transformação da Guadalupe, da Martinica, da Guiana (onde nasceu) e da Reunião em departamentos franceses (1946). Membro do Conselho da República, a que presidiu (58/68). Em seguida, Presidente do Senado, alto posto, em que sempre esteve em oposição ao executivo da quinta República. Membro do Conselho constitucional em 1974.

Mas o do dia seguinte, noutro teatro, é mais de temer: criação por vários senadores, entre os quais o referido Gaston Monnerville (ex-presidente), de uma União para as liberdades democráticas e constitucionais, com o objectivo de fazer campanha contra o referendo.

E Pompidou, falando para a televisão suíça, insiste e afirma claramente a sua esperança: «Pode bem ser que eu venha a ter, se Deus quiser, um destino nacional». Não é tudo, neste dia tão contrário ao intento do General.

A CGT, mostrando bem a sua força, organiza uma Jornada Nacional de Acção. A 12 de Fevereiro. A 13, o Partido Comunista pronuncia-se pelo não. Poucos dias mais tarde, Jean Lecanuet, centrista, assume por seu lado a mesma posição negativa.

19 de Fevereiro de 1969. De Gaulle reage teimando. O referendo terá lugar na Primavera, sim, exactamente no Domingo, 27 de Abril. Dois meses antes – 27 de Fevereiro – um conselho de ministros extraordinário aprovara projecto, articulado e data.

À despedida do presidente Nixon, que se encontra em Paris, no decurso de uma ronda europeia, de Gaulle aceita – 28 de Março – retribuir a visita em 1970. É como dizer que vai (ou espera) ganhar o referendo. Ou como esconjurar ou provocar os diabos que lhe fazem negações.

Política de prestígio. 2 de Março (69), primeiro voo do avião Concorde. Intriga deplorável, Pompidou e a esposa, caluniosamente envolvidos num escândalo torpe, são objecto de uma informação judiciária (dia 4). Alain Poher defende com insistência os seus pontos de vista, e declara inaceitável que o Senado possa ser assassinado «à sombra baça de um referendo».

O Governo e o patronato recusam atender as novas propostas dos sindicatos em matéria de salários. Congresso dos radicais (8 e 9); o partido decide-se pela resposta negativa à pergunta do referendo.

O fracasso da conferência é assacado ao conluio do governo e do patronato. Os sindicatos opõem-lhe uma «suspensão nacional do trabalho» que vem a ser largamente observada no sector público (dia 11).

Alguna coisa «se espremeu» de Maio de 68, mas os preços aumentaram depois, e o mesmo de Gaulle lá está no cimo. Finalmente um referendo é sobretudo a aceitação ou a recusa de um homem, ou de uma pergunta clara. Este implicava questões de que não se viam à primeira vista lado bom e lado mau.

De Gaulle quer que se vejam... No dia da «suspensão» do trabalho, pronuncia uma alocução que constitui a sua primeira intervenção na campanha. Apresenta-o como «remédio aos males de que sofre a França». Esclarece que os Franceses terão de escolher «entre o progresso e a desordem». Maneira mais eufemística de esconjurar de novo a *chienlit*.

A pretexto de ilibar os Pompidou da calúnia que os pretende sujar, convida-os para jantar no Eliseu. Estará acompanhado por sua esposa, e os outros convivas são Michel Debré e Madame Debré. O jantar corre mal.

De 14 a 16 de Março, reúne o Congresso Nacional do PSU. O referendo é a questão em debate. O secretário nacional do partido – que não tem deputados na Assembleia – pronuncia-se pelo boicote. O congresso vai mais longe, e decide fazer campanha pelo não.

Outro congresso, o do SNESup... A oposição comunista obtém um verdadeiro êxito, batendo a direcção anterior, claramente gauchista.

Pior! O Conselho de Estado – órgão jurisdicional supremo – emite (17 de Março) um parecer negativo sobre o projecto de lei referendário. Declara nitidamente que, pela parte que toca à reforma do Senado, o recurso ao referendo não é conforme à Constituição.

A 23 de Março toca a vez dos sindicatos. A CGT preconizou um não «categórico e maciço»; a CFDT, um pouco menos dura, assume uma posição «nitidamente desfavorável»; a FO convida os trabalhadores a votarem não... O «não» é que seria «salutar».

O Conselho de ministros adopta a 24 de Março o texto definitivo do projecto de lei. Estipula que os dois objectivos (regiões, Senado) serão propostos sob forma de pergunta única. Couve de Murville vai à televisão, e argumenta em favor da constitucionalidade do referendo. Em vista de qualquer coisa de essencial, justifica-se o procedimento.

Abril em França trará a mudança. Logo no dia 1, Alain Poher dá novamente a conhecer a sua oposição, conforme à dos senadores em geral. Uma fórmula explícita: «O Senado não assinará ele mesmo a sentença que o condena».

O dia seguinte (2 de Abril) é o da reabertura oficial dos trabalhos dos senadores. Poher aproveita a ocasião para novo requisitório. Na Assembleia nacional, Gaston Defferre⁹⁸ protesta veementemente contra a recusa do governo, que exclui um debate sobre a questão em apreço.

A 3 o Diário do Governo (*Journal officiel*) publica o texto do projecto-lei. No mesmo dia a Assembleia decide suspender os seus trabalhos até 29 de Abril, ou seja até serem conhecidos e oficiais os resultados do escrutínio.

O «não» seria a morte política do General; a de Salazar anunciara-se a 3 de Setembro de 1968, quando, numa espécie de vertigem, fez cair para trás a cadeira, em que estava recostado. Mas a obstinação terapêutica, e os breves surtos repetidos de inesperada recuperação continuavam a mantê-lo em vida, e sempre na persuasão de que presidia ainda aos destinos do país.

Por sugestão de um dos médicos que dele cuidavam, passou outra vez por Lisboa em Abril (69) o professor Houston Merritt. Voltou a examinar o doente.

⁹⁸ DEFFERRE, Gaston, (1910-1986). – Militante socialista (SFIO). Resistente, *maire* de Marselha (onde nascera) em 44/45 e depois de 1953 até à morte. Ministro no gabinete Guy Mollet (56/57), no gabinete Mauroy (81/84) e no gabinete Fabius (84/86). Instigador ardente da lei da descentralização. Fez parte da equipa que acompanhou Mitterrand a Portugal em Julho de 1974. Admirou então com surpresa o papel que assumiam as mulheres nas manifestações.

As conclusões foram exaradas por escrito. Em inglês. Franco Nogueira transcreve a versão portuguesa: «é possível que se verifiquem melhoras nos próximos meses, mas a idade é um factor que impede um completo regresso à normalidade». Em nota, Nogueira junta: correu na altura o rumor de que o texto português não era uma versão fiel do inglês, redigido por Merritt. Não tem fundamento...⁹⁹

*

Por diversas razões, muitos políticos, em França, estavam ou não empenhados na vitória do General, como muitos próximos de Salazar, por razões também diversas, desejavam mais ou menos a sobrevivência do ex-presidente do Conselho, e espalhavam ainda que ele conservava, em certo grau, muitas das suas antigas e «prodigiosas» faculdades. Para de Gaulle – e para Salazar, por razões que veremos – o dia 27 de Abril, data do referendo francês, seria decisivo.

Mau prognóstico para de Gaulle. A 8 de Abril, Giscard d'Estaing dá a conhecer a sua posição. Votará «não». Aliás, já em meados de Dezembro do ano anterior (68), em conversa com o General, tinha sustentado que, em seu próprio entender, as duas questões – regiões e Senado – não deviam ser envolvidas numa só pergunta. Ele, Giscard, não era desfavorável à regionalização, contanto que fosse discutida e preparada por via parlamentar. Quanto ao Senado, não era partidário de reforma nenhuma.

Uma boa prestação televisiva poderia repor nos carris acertados, a viatura da campanha, que o General quer conduzir. De Gaulle recorre de novo a Michel Droit, de quem se valera com pleno êxito em 65 (campanha presidencial), e novamente em 68, sem o fulgor precedente. Desta vez (10 de Abril de 69), o fulgor é nulo. A conversa evolui, evidentemente, sobre as questões que o referendo pretende resolver, e essas não se assemelham às que, em ocasiões precedentes, permitiram ao General brilhar. Defendendo as teses em apreço, de Gaulle não está no seu papel. O filme não lhe convém. Para mais, aparenta cansaço, e traz à baila, já fora de tempo, a ameaça dos agitadores. Repete – e não será a última vez – que, se o país se opuser à sua opção, votando negativamente, terá que passar sem ele. Assim, mediante uma só pergunta, o referendo seria triplo: pela regionalização, pela reforma do Senado, e, implicitamente, pela manutenção do General como chefe de Estado. O homem das comunicações salvadoras, fez, em momento quase decisivo, uma prestação má. Os próprios gaulistas o reconheceram e deploraram.

A posição de Pompidou que, no ano anterior, aguentou a pressão de Maio? Corriam boatos. Nos dias 12 e 13 reúnem-se em Estrasburgo os aderentes e simpatizantes da União dos jovens para o progresso. Convidado a usar da palavra, Georges Pompidou opõe-se vigorosamente àqueles que utilizam o seu nome como argumento em favor do não.

⁹⁹ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 429, nota 1.

Giscard não tem as mesmas obrigações, nem andou no mesmo barco. Aliás preveniu. A 14 de Abril, data da abertura da campanha em vista do referendo, afirma, então categoricamente, a sua posição. Em desacordo com a maioria dos Republicanos independentes, votará contra. Fá-lo-á com grande «pena», diz, mas, politicamente, «com total certeza».

A 14 de Abril, Giscard; a 15, o centrista Jacques Duhamel, presidente do grupo PDM (Progresso e democracia moderna) na Assembleia. Também ele e os seus correligionários votarão contra.

E mesmo entre os gaulistas eleitos a aprovação ou aceitação do referendo não consegue a unanimidade. Na Assembleia, um deputado da Mancha (Jacques Hébert), francamente favorável ao não, demite-se da UDR (dia 17). No Senado, Marcel Prélot, representante UDR do Doubs (Franche-Comté), pronuncia-se pela resposta negativa (dia 18).

Quarta-feira 23, Conselho de Ministros. Quando termina, de Gaulle despede-se nestes termos: «Em princípio voltaremos a reunir-nos de hoje a oito dias». Dobrado o cabo do referendo.

À noite Pompidou, com quem de Gaulle tinha tido os seus desaguisados, e que substituíra, na chefia do governo por Couve de Murville, vai à televisão. Explica que votará «sim, por fidelidade em relação ao seu passado, como também ao seu futuro». Não é muito lógica a expressão da «fidelidade ao futuro»; entende-se antes como projecto. Pompidou tinha ambições, que realizaria em breve. O «sim» ao referendo habilitava-o como sucessor, paradoxalmente, em caso de vitória do «não».

Para a noite de 23, estava organizado um comício em Paris no Palácio dos Desportos. Boa assistência, vantagem ao sim.

A última grande sessão importante da campanha tem lugar em Lyon. Pompidou está presente. Usa da palavra, evidentemente. E apoia de Gaulle sem garantir que exclua uma próxima sucessão. Falando de si mesmo, assegura que não é «homem de nenhuma deslealdade, nem de nenhuma traição». É o dia 25 de Abril, que os Portugueses ilustrariam cinco anos mais tarde.

De Gaulle repete pela última vez o seu apelo aos Franceses: – «Se acontecer que eu seja desaprovado por uma maioria de entre vós, cessarei imediatamente de exercer as minhas funções».

27 de Abril, dia do escrutínio. O «não» recolhe 53,71% dos sufrágios expressos; e o «sim» 46,78%. O general de Gaulle perdeu.

Passada a meia-noite, quando os números não oferecem já qualquer dúvida, o Presidente derrotado faz publicar o comunicado seguinte, que reproduzimos na língua original:

Je cesse d'exercer mes fonctions de Président de la République. Cette décision prend effet aujourd'hui à midi.

*

Dissemo-lo antes. Também para Salazar o dia 27 de Abril seria o de uma grande prova. A 27 de Abril tinha entrado para o governo. Havia quarenta anos. E está vivo. Os salazaristas mais ardentes e obstinados querem, nesta data, demonstrar a todo o povo português, que se encontra igualmente na relativa posse das suas faculdades. Pretendem então organizar uma demonstração cabal. Fazem que se desloquem à residência de São Bento, a rádio e a televisão. Salazar aparecerá. Lerá uma mensagem ao povo português. Seguimos Franco Nogueira sobre o que se passou:

Salazar é apresentado, e lê um texto, com voz que não é deste mundo. Termina: *Deus foi infinitamente bom para com as nossas súplicas e demonstrações de aflição. Pedimos-lhe que nos continue a ajudar e proteger*¹⁰⁰.

De Gaulle não se saíra bem, no dia 10, do diálogo que preparara com Michel Droit. Quanto a Salazar, quem o viu na televisão ou ouviu na rádio a 27, ficou elucidado. No dia seguinte, 28 de Abril, completava oitenta anos. Era mais velho um ano que de Gaulle. Nascera em 1889, como Hitler, e, como este, em Abril, oito dias mais tarde.

No dia 28 multiplicaram-se as homenagens. A imprensa publicou muitas fotografias, privilegiando as de Salazar ao microfone e à janela da sua residência. Nogueira comenta: «são claramente fotografias de um grande enfermo».

*

Após o comunicado que transcrevemos – *Je cesse d'exercer...* – de Gaulle retirou-se para a sua propriedade de La Boisserie. A 28, ou seja, no dia dos anos de Salazar. Nos termos da Constituição o presidente do Senado – Alain Poher – assume imediatamente, em regime de interinato, a presidência da República. Que projecta o General? Vai escrever, juntar às suas memórias um tomo que deixaria inacabado. E vai viajar, acompanhado de sua esposa. Não quer estar em França à data de 18 de Junho, aniversário do apelo de Londres, em que o presidente da República reacende a chama do Mont-Valérien, já lugar de culto na época gaulesa, e onde foram fuzilados pelos nazis mais de mil franceses.

Pompidou foi eleito Presidente da República em 15 de Junho desse ano (1969) contra Alain Poher, que lhe disputou o lugar, e conserva o de presidente do Senado. De Gaulle tem antepassados irlandeses. Percorrerá a terra onde eles viveram, será recebido pelo presidente Eamon de Valera, mais velho do que ele oito anos. A 18 de Junho não terá comparecido no Mont-Valérien; foi recebido

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 430.

em jantar oficial por de Valera. Os comentadores têm assinalado semelhanças de tempera e destino entre os dois homens.

A última fotografia do General, tirada sem seu consentimento, nem conhecimento, apanha-o de frente, deslocando-se numa praia deserta da Irlanda, acompanhado de sua mulher, e ritmando o passo, que se adivinha largo e lento, com uma grossa bengala de castão. La Gorce reproduz um murmúrio que – disseram-lhe – de Gaulle resmoneava frequentemente, ao tempo desta visita, nos seus instantes de solidão:

*J'ai été blessé en mai 68. Et maintenant, ils m'ont achevé, et maintenant je suis mort...*¹⁰¹

Se a frase é verdadeira, julgamos que o pronome pessoal (*ils*) se refira aos adversários do referendo. E a morte, de que o General se queixava, seria «*la mort dans l'âme*», de que Sartre escrevera outra modalidade em outra situação.

Foi muito breve a estada na Irlanda. Durante as suas conversas com de Valera, ter-lhe-ia confessado de Gaulle que gostaria de visitar, no ano seguinte, a Espanha. A Espanha, não Portugal, onde Salazar, julgando ou simulando julgar, que era ainda presidente do Conselho, vivia os seus últimos dias. Michèle Cotta comenta: *Il ne manque plus à de Gaulle que d'aller rendre visite à Salazar*¹⁰².

Quem de França veio a Lisboa na mira de se avistar com o novo e o antigo presidentes do Conselho, foi o jornalista Roland Faure, enviado do jornal *L'Aurore*. Era conhecimento anterior e benquisto. Já por duas vezes, em que o recebera – em 1962 e 1964 –, Salazar lhe fizera ponderar o caos que se estabeleceria em África, se Portugal abandonasse as suas «províncias».

O seu artigo sobre Marcelo Caetano saiu no referido quotidiano, datado de 5 de Setembro de 1969, e o que trata de Salazar, no número seguinte, datado de 6/7 (sábado e domingo). São anunciados em parangonas desde a primeira página, e ocupam inteiramente a última. Franco Nogueira só se refere ao segundo.

Roland Faure empreende a difícil tarefa de mostrar que, tendo Caetano sucedido a Salazar no exercício do poder, tudo mudou sem que nenhuma das grandes opções políticas, nem a mais importante de todas, tivesse mudado realmente. Mudou o estilo. Mudou o modo de comunicar. Caetano é uma pessoa simples, não se esconde. Vai às vezes almoçar sozinho a uma «frutaria» – é o termo que emprega o próprio jornalista – que fica perto do seu gabinete. Aparece regularmente na televisão, e explica sem efeitos oratórios as linhas de força da sua governação. São as «conversas em família», das quais, à data da entrevista já quatro tinham sido difundidas. No país, habituado à linguagem tersa do chefe, e às comu-

¹⁰¹ Paul Marie de la Gorce, *De Gaulle*, Paris, librairie académique Perrin, p. 1322.

¹⁰² Michèle Cotta. – *Cabiers secrets de la V^e République*, vol. 1, p. 225.

nicações peremptórias, estas emissões tinham criado uma «autêntica corrente de confiança e simpatia». Depois, Marcelo tinha tempo à frente dele. Acabava de festejar o seu 63.º aniversário com sua filha, os seus dois filhos, os netos... Ausente a senhora de Marcelo Caetano – filha de um homem político de esquerda (João de Barros¹⁰³) –, infelizmente doente havia já vários anos, mas objecto de cuidados constantes numa clínica de Lisboa.

Desenrola-se esta conversa no decurso de um almoço a dois – Caetano e o jornalista – no forte de Catalazete. Num «francês impecável», Caetano adverte o seu interlocutor de que não vem fazer uma revolução, mas assegurar uma evolução. Não quer dizer que não tenha grandes projectos. Sabe Roland Faure? Ele percorreu Portugal de lés a lés, conhece bem o Brasil, e prevê uma grande comunidade lusitana, que há-de englobar a África portuguesa, com a Guiné, com Angola, com Moçambique... Salazar queria o mesmo. Só que não tinha percorrido coisa nenhuma.

A questão de África é fundamental. Ficar em África, desenvolver estas nossas «províncias» como as metropolitanas é a vontade de todo o povo português. Ele mesmo, Marcelo Caetano, nem sempre avaliara a força desta vontade. Sim, o doutor Salazar tinha-a detectado. Agora recebia ele, sucessor, milhares de mensagens sobre o assunto. Talvez por ter constado – erradamente, erradamente – que ele mesmo não era partidário da nossa presença crescente em África. Aliás, mesmo que assim tivesse sido, a vontade manifesta do povo português tê-lo-ia convencido do contrário.

Marcelo não evoca o famoso título do famoso filme *O Triunfo da vontade*. Mas está certo de que ela é inquebrantável. Um exemplo de mensagem que deu muito que falar em Portugal. Fala o próprio Marcelo Caetano:

– A minha filha foi ao cabeleireiro. E ele mandou-me um recado por seu intermediário: – Olhe, diga lá ao seu paizinho que não deve abandonar a África! Lá também é Portugal.

Roland Faure interrompe: – A que ponto chegou essa revolta, desencadeada há oito anos?

Revolta não, corrige Caetano. Só havia bulício nas fronteiras com o Congo/Quinxassa, com a Tanzânia, com a Zâmbia... O de Portugal é diferente do caso da França. Aqui, Marcelo mete foice em seara alheia, e assegura o jornalista de que a França podia muito bem ter conservado a Argélia. Militarmente a guerra estava ganha. A retirada da França tinha sido efeito de uma escolha política do general de Gaulle.

¹⁰³ A classificação de João de Barros (1880-1960) como homem de esquerda é do próprio Roland Faure.

Marcelo explica: – A independência da Argélia desatava-lhe as mãos. A partir de então, o Presidente podia negociar com os Americanos e com os Russos, recuperar a influência francesa no mundo árabe... e pesar sobre a evolução do Quebeque.

Roland Faure concede: – De facto a Argélia tornou-se uma base soviética.

O jornalista entende, como esquecido da actuação do PCF e da CGT em Maio 68, ou enganado, que a Rússia não podia alargar-se para ocidente, e que então tinha optado pela África, complemento natural da Europa.

Caetano não é mais feliz sobre outro perigo que denuncia a seguir: a natureza da subversão que constitui, na América, a comunidade negra.

O assunto é encerrado com uma pergunta e resposta concisas. Pergunta de Faure: – Portugal acha-se, portanto, condenado a uma economia de guerra... Até quando? – Resposta de Caetano, que preferimos registar no francês em que foi tudo publicado: – *Tant qu'il le faudra*.

Embora assim conhecedor da vontade inquebrantável do povo português, Marcelo prometia a «descompressão» do regime. Declara a Faure que nada impediria a oposição democrática de jogar o jogo da democracia. Uma só condição: que os oposicionistas respeitassem a lei. Por exemplo, era preciso anunciarem às autoridades, com a requerida antecipação, o lugar onde pretendiam realizar os seus comícios. Mas a verdade era que a oposição estava dividida. O Congresso republicano de Maio¹⁰⁴ tinha-o demonstrado publicamente. Fora, todavia, o primeiro que se tinha reunido «em plena liberdade» desde havia alguns lustres.

Nesse ano (69) haveria eleições legislativas. O congresso de Aveiro fora um acto preparatório e instrutivo. Decerto a maior parte dos candidatos da União nacional seriam eleitos. Mas ele, Caetano, desejava que entrassem na assembleia «democratas de progresso». Então não mudava as coisas?

Outra prova de mudança era o abrandamento da censura. Caetano fizera regressar Mário Soares de São Tomé. O vespertino *Diário Popular* publicara largas declarações deste democrata comprovado. Mas não era possível suprimir a censura totalmente. Não, porque Portugal estava em guerra. Não se podia tolerar (sic) que certa propaganda, na metrópole, atentasse contra o moral dos que se batiam em África. Não sabemos se Caetano tinha em mente o caso Béjart...

Desenvolver o país? Um dos meios a privilegiar era o turismo. Neste ponto, Caetano não estava de acordo com as reservas do seu predecessor. Salazar pensava, diz ele, que, com o turismo «era um pouco a alma do povo que se vendia». E também à emigração Salazar punha obstáculos: agia como se pudesse evitá-la. Em conversa com jornalistas não tratava o tema, que viera a lume nos jornais portugueses em Fevereiro de 65 (*Século, Diário de Lisboa, Novidades*), quando mais interessava a desapareição do general Delgado. Ao nível das autoridades o

¹⁰⁴ Marcelo alude ao Congresso de Aveiro, que se reuniu de 15 a 17 de Maio (69).

tema ressuscitara no rescaldo de Maio 68. Roland Faure evoca o bairro da lata de Champigny. Marcelo responde que está ao corrente (*je sais*). Para ele, a solução exigia um novo acordo de emigração com a França, à imagem do que vigorava entre a Alemanha e Portugal. Ele, Presidente do Conselho, não se oporia a que deixasse o país quem quer que fosse. *Tous ceux qui le demandent, auront un passeport*.

Para terminar, Faure pergunta ao novo Presidente se o doutor Salazar continua a julgar-se investido do poder supremo. Marcelo: – «É o que se diz». – Faure: – «Pretendem outros que ele não o julga, mas que finge». – Marcelo: – «É possível. Mas quem pode afirmar que tenham razão?»

Aqui, a transição para a entrevista seguinte. O jornal imprime em fim de página: *Prochain article – Salazar*.

*

Publicada em fim de semana. Na última estação da vida, próximo da meta final, semi-paralítico, psiquicamente destroçado, Salazar fora instalado em São Bento, em dependência do palácio consagrado ao chefe do governo. Tinha da realidade uma percepção parcial, confusa e muitas vezes falsa. Topograficamente, a situação é esta, segundo Faure: numa das alas do palácio, de um lado do jardim, trabalham o actual presidente do conselho e a sua equipa. Na ala oposta, vive o antigo com a fiel governanta, uma ou outra criada, e vêm visitá-lo e tratá-lo com frequência médicos e enfermeiras.

Roland Faure fantasia a seu talante a situação relativa em São Bento, do antigo presidente e do presidente em exercício. Mas a fantasia (relativa) e a comparação que faz a seguir, são de bom efeito:

Um tapete de verdura e flores separa a ficção da realidade do poder. É um pouco como se Georges Pompidou viesse todas as manhãs sentar-se no seu escritório numa ala do Eliseu, enquanto o general de Gaulle, em vez de viver em Colombey, tivesse conservado o seu apartamento no mesmo edifício do faubourg Saint-Honoré.

A governanta introduz a visita. – «Está melhor, diz ela. Mas paralisado do lado esquerdo. Não é capaz de caminhar sozinho, nem mesmo ajudado de bengala. O olho direito vê distintamente, mas o esquerdo muito mal. A televisão cansa-o. Nem sequer os médicos querem que ouça a telefonia. As visitas é que o mantêm informado de tudo. E conserva a paixão de sempre pela política».

O jornalista foi bem advertido. Várias vezes. Era preciso ter cuidado com a conversa. Não desfazer a ilusão. Quando Faure entra na sala, encontra Salazar reclinado numa cadeira de baloiço; o olho válido fixa o visitante intensamente. Reconhece o jornalista. Pergunta pelos assuntos de França. Entende que Pompidou – diz Faure – era o político indicado para suceder a de Gaulle. E, saindo destes

preliminares, aborda em primeiro lugar o que foi a sua política africana. Não é já possível negar – sustenta – como ele tinha razão. Era preciso saber esperar. E assim foi que Portugal conservou as suas «províncias ultramarinas», enquanto os políticos inconscientes preconizavam a libertação de toda a África. Emprega o termo «libertação». E a seguir censura os Americanos. Até eles queriam privar a Europa da África, como decidiram um dia expulsar a França da Indochina. Está bem à vista o desaire, a que os conduziu este erro. Teria sido uma loucura, para obter a aprovação da ONU, abandonar o continente africano, incapaz de se governar sozinho. Para ter a independência e sobreviver – continua Salazar – eram precisos homens de Estado, quadros administrativos e finanças. Os países africanos não tinham nada disso. Segundo Faure, Salazar diz então «os países», não as «nossas províncias».

Ainda segundo ele, o doente reitera: o mundo inteiro, e mesmo muitos africanos, reconhecem hoje que tivemos razão em permanecer em África, em lá manter a ordem e uma certa prosperidade em regiões que, como o Congo, teriam de outro modo soçobrado na anarquia.

No limiar da morte, Salazar está convencido de que ganhou definitivamente uma partida, a despeito da desconfiança precedente dos seus próprios aliados; – «Quando eles, tão reticentes ainda há pouco, constataam hoje que a frota soviética desafia o Ocidente no Mediterrâneo e nos mares do Sul, reconhecem, confortados, a vantagem de nós conservarmos a Guiné, Angola e Moçambique, e de os seus navios poderem fundear nos respectivos portos, porque são os únicos, no continente africano, com capacidade para isso, e prontos a fazê-lo».

E, neste ponto, o homem do passado traz à colação os perigos do futuro, como se os portos africanos, garantidos pela sua política, fossem de boa prevenção, porquanto os soviéticos tinham sido os primeiros a atingir o satélite da terra. Salazar exprimirá então o seu pensamento sob forma de pergunta: – E quem pode afirmar que os Russos, uma vez instalados na lua, não tentarão utilizá-la como base de agressão?»

Roland Faure, que nunca traz à baila o passado recente dos «acontecimentos» de Maio, desloca em seguida a conversa para a questão da sucessão. De Gaulle, diz ele simplificando, admitia tranquilamente retirar-se, por saber que o essencial da sua política estava assegurado por um homem de qualidade com quem tinha trabalhado sete anos – Pompidou. Como encara o seu interlocutor o problema da sucessão?

Então Salazar, que justificara antes a política africana portuguesa pelo interesse do Ocidente, passa a apresentá-la como expressão da vontade unânime do povo português, e volta a definir as colónias como parte integrante de Portugal. Três pontos: o essencial da sua política foi a que tratava de África; as colónias são províncias de Portugal; e o povo português, unanimemente, assim quer que seja e continue a ser.

O mesmo afirmara Marcelo Caetano, e Faure dispensa-se de notar a coincidência. Marcelo admitira ter pensado antes diversamente. Mas apercebera-se afinal de que Salazar tivera razão: *Salazar l'avait détecté*.

Salazar insiste, e também sobre o conteúdo da insistência, Marcelo se exprime quase nos mesmos termos: – Fora ele, Salazar, quem defendera com mais força essa política. Mas diferenças sobre ela, só na veemência da expressão; não quanto à definição do objectivo. Ninguém podia contrariar a vontade sem falha de uma nação. Ao leitor do texto Faure sobre Salazar ocorre o mesmo título fatal, já citado, a propósito de Marcelo, do *Triunfo da vontade*. Por isso estava o doente tranquilo quanto à sucessão que havia de ocorrer um dia. A preocupação de Salazar era outra: ainda não se encontrava completamente restabelecido; e precisava de forças que lhe permitissem continuar a assegurar a plenitude das suas funções.

Faure: – «Mas assegura-as realmente?» Salazar: – «Bem, os ministros iam ali consultá-lo. E as decisões propostas nesses conciliábulos – à fresca, por exemplo, naquele mesmo jardim – eram depois adoptadas oficialmente nos conselhos que reunia no seu palácio o Presidente da República».

O jornalista tem a sua ideia, e escava nessa direcção: se os ministros estavam sempre de acordo?

Eram todos de confiança, foi a resposta. Mas, se algum não aprovasse e se desviasse da linha, Salazar despedia-o?

Gesto negligente da mão direita – «Claro!», responde ele.

Faure nomeou então Marcelo Caetano, como se esse lhe tivesse ocorrido por acaso, sem deixar entender que fosse ele já, ou devesse sê-lo, o chefe do governo. – Que pensava Salazar de Caetano?

Curto silêncio. Depois o inválido respondeu que conhecia muito bem a personagem. Até seu ministro fora várias vezes. Apreciava-o. Era pessoa muito honesta. Era inteligente. Tinha autoridade. Somente, andava mal em não querer trabalhar agora com a equipa do governo.

E então Salazar, a fiarmo-nos na reportagem, não se mostra apenas confuso, enganado, desmemoriado. Reproduzimos as palavras que lhe atribui o jornalista:

Marcelo Caetano continue à enseigner le droit à l'Université, et m'écrit parfois pour me dire ce qu'il pense de mes initiatives. Il ne les approuve pas toujours. Il a le courage de me le faire savoir. J'admire son courage. Mais il ne semble pas comprendre que, pour agir efficacement, pour peser sur les événements, il faut être dans le gouvernement.

De resto, talvez não fosse Salazar o único mentiroso. Na melhor das hipóteses também Faure «arranjou» o seu texto, para lhe dar sensacionalismo. Termina definindo Salazar como personagem shakespeariana. Após ter concebido a entrevista, pinta o pano como para uma cena de teatro.

Porque não? Talvez aquela proximidade do passado e do presente, perante um futuro incerto tivesse realmente lembrado a Faure a presença em *Elsenor* do fantasma do rei da Dinamarca, que induzia Hamlet a fazer justiça: – Para Angola, e em força! – *If thou hast nature in thee, bear it not...*¹⁰⁵ Não consintas que...

Tragédia ou comédia? Pelo menos um equívoco de comédia trágica. No mês seguinte (Outubro 69), como terminava a legislatura, haveria eleições para a assembleia. E Salazar, pretendo chefe do governo, julgando votar pelos deputados que o apoiariam, iria fazê-lo pelos que aplaudiriam, como deputados portugueses que eram, o ilustre professor de Direito, seu sucessor.

Preparou-se tudo para que o enfermo cumprisse o seu dever cívico, não obstante o engano em que estava. Ficava o local de voto na rua da Bela Vista, freguesia da Lapa. A fiel governanta (Dona Maria), uma enfermeira e outras solícitas personagens encafuaram Salazar num automóvel, de que ele não teria que sair. Chegaram. O presidente da mesa, acompanhado dos seus assessores, levou a urna ao doente que introduziu o seu boletim. Segundo Franco Nogueira, os eleitores e «outros populares», que observavam a cena, deram sinais de respeito e carinho, que Salazar agradeceu. Depois o ministro alinha duas frases que nos parecem contraditórias: Salazar «tem clara consciência de que participou num acto eleitoral; mas, com a cumplicidade geral, mais se adensam as trevas do seu mundo irreal»¹⁰⁶.

*

De Gaulle? *Blessé, achevé, mort...* como repetidamente teria murmurado na Irlanda? Não tanto. Continuava apostando nas deslocações oportunas. Em não se encontrar em França a 18 de Junho; arrecadar imagens, para ele inéditas, do mundo real, dialogar com actores da história, que não conhecia pessoalmente, mesmo que eles lhe tivessem, directa ou indirectamente, dado cuidados, causado irritação. Nos tempos domésticos escrevia as suas memórias, fazia paciências...

Para 1970, tinha, como já notámos, programado a Espanha. Aconteceu perguntar-lhe um indiscreto se tal viagem, a realizar-se, não o obrigaria a encontrar-se com o general Franco. De Gaulle respondeu surpreendentemente que a cortesia a tanto o obrigava, se o *Caudillo* o convidasse.

Surpreendentemente, porquanto, sem remontar à guerra de Espanha, de Gaulle levava muito a mal a Franco, em 1940, a ocupação de Tânger pelas forças espanholas; Tânger era zona internacional desde 1923. Depois Franco encontrara-se com Hitler em Andaia, e flirtara com o nazismo enquanto o Reich dominava na Europa. Especialmente a Augusto de Castro, primeiro ministro de Portugal

¹⁰⁵ *Hamlet*, acto 1, cena 5, fala 30 (o Espectro a Hamlet).

¹⁰⁶ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 6, p. 435.

em Paris, após a libertação, dissera de Gaulle (segundo telegrama de Castro ao nosso MNE) que muito mais compreensivo tinha sido o governo de Salazar para com os refugiados, que o do *Caudillo*. E, pouco mais tarde, após o estabelecimento de um poder francês em Argel, os franceses que atravessavam a Espanha, a fim de se apresentarem ao Comité de Libertação, eram as mais das vezes, internados no campo de Miranda del Ebro. Franco acedera a reconhecer «de facto» o Comité francês de Argel no Outono de 1943, mas as relações tinham-se novamente azedado, entre a França e a Espanha, na sequência da tentativa dos republicanos espanhóis, combatentes pela libertação da França, que tentaram, em Setembro de 1944, penetrar no seu país, na ilusão de provocarem um levantamento. O próprio de Gaulle desejava que a Espanha enveredasse paulatinamente pela via democrática, mas era também um pragmático, capaz de reviravoltas. O seu regresso ao poder em 1958 reabriu mais francamente a via da reconciliação entre os dois países.

Certo é que, desde os primeiros dias de Junho (1970), de Gaulle e sua esposa percorriam território espanhol... As Astúrias, Castela-a-Velha, Madrid... O convite de Franco não falhou. Para um almoço, no palácio do Prado, a 8 de Junho.

Convivas, a esposas do General e a do Generalíssimo, a filha e o genro deste último, o ministro Lopez Bravo (Negócios Estrangeiros).

Após o almoço, os dois militares retiraram-se para uma sala, onde, sem testemunhas, trocaram impressões.

Tendo regressado a França, de Gaulle escreveu ao seu anfitrião: «Quero dizer-lhe antes de mais nada, que tive muito prazer em travar relações com V. Ex.^a, isto é, com o homem que assegura, no plano mais ilustre, o futuro, o progresso, a grandeza da Espanha». Sobre as verdadeiras impressões do general de Gaulle acerca deste encontro, as opiniões divergem. Quanto ao passeio não, que o teria levado ainda a Santiago de Compostela, a Toledo, a Jaén, a Córdova, a Granada, à Serra Branca...

Em Portugal, quem se preparava para viajar, em Julho de 1970, era o almirante Américo Tomás, em vésperas de visita oficial a São Tomé e Príncipe, que serviria, aliás, para demonstrar, aos Portugueses e ao mundo, que São Tomé, onde estivera Mário Soares, não era local de deportação, mas de visitas amigáveis, nobilitantes.

Em Julho de 1970, dia 14, festa nacional da França, o Almirante e a esposa, foram à rua da Imprensa, despedir-se de Salazar. Diz Franco Nogueira que os dois homens conversaram (a esposa, não?) e que o doente pareceu bem disposto. Citamos: «tudo se afigura dentro da rotina; mas não está»¹⁰⁷.

Na manhã do dia seguinte (15) Salazar foi acometido, julgou-se que de doença infecciosa, «e o seu estado geral ficou de repente todo afectado». Acorreu

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 438.

a turma dos médicos, imediatamente chamados. O doente foi piorando. A 21 de Julho assentou-se em submetê-lo a hemodiálise. O moribundo começa por reagir bem, mas a 26 piora. Um dos médicos declara que «a ciência nada mais sabe fazer». Salazar está perdido.

Chama-se o pároco da Estrela que administra a extrema-unção. Já o cardeal Cerejeira fizera o mesmo em 1968. Salazar foi duas vezes confortado. Segundo Nogueira, ainda se produziram melhoras ao começo da madrugada seguinte. Talvez a proximidade da libertação... Às 9h15 do dia 27 de Julho de 1970, morreu o homem que governara o país durante mais de quatro décadas.

*

De Gaulle voltou a não se manifestar. Em Colombey continuava a redigir memórias, e a pensar nas suas viagens. Após a Irlanda e a Espanha, dir-se-ia que lhe viera o apetite de horizontes mais distantes e exóticos. Porque não a China?

Uma sobrinha do General – Marie-Thérèse de Corbie – desempenhava funções na embaixada de França em Pequim. Vinda em serviço ou férias a França, foi visitar de Gaulle no seu retiro de La Boisserie. Falou-lhe de Pequim, da China, de Mao-Tse-Tung (77 anos)... A ideia de um encontro com Mao fascinava, ao que parece, o General. A romancista Han Suyn tinha assegurado ao economista Jacques Rueff, muito estimado por de Gaulle como pessoa e analista, que o governo chinês teria o maior prazer em convidá-lo a título oficial. Rueff contava avisar o General nos primeiros dias de Novembro, mês em que ele completaria 80 anos, a 22.

De Gaulle não chegou lá. A 8 de Novembro foi acometido de uma violenta dor nas costas. Gritou. A 9, pelas sete e meia da manhã, cessou de viver. A três meses e meio de intervalo Salazar e de Gaulle tinham deixado este mundo. A História não deixará de cuidar deles. Décadas... décadas... O mundo entrara na de setenta. A anterior oferecera-lhe aquele Maio de Paris, ou melhor aquela semente de revolta e utopia, que mais ou menos germinava em todas as universidades, e tivera o epicentro na Sorbonne. Que nascera dos estudantes, mobilizara o operariado, seduzira muitos intelectuais, artistas, religiosos... Que dera ocasiões a muitos políticos, e abalara muitos governantes, mesmo os mais solidamente instalados como Salazar, preocupado com a falta de material bélico, e o possível contágio da subversão; mesmo de Gaulle que encarnara a França, mudara uma catástrofe em vitória, despoletara isolado e sem armas uma rebelião armada; propusera de boa mente a participação como remédio dos males sociais e universitários...

Nunca tinha tido, em Portugal, o crédito e o prestígio que merece, nem nos *media*, nem na classe dirigente, nem nos círculos militares. Antes da segunda guerra era um desconhecido, ao passo que Pétain aparecia muitas vezes nos jornais como o chefe militar mais competente e glorioso da França. Até em relato

de uma entrevista concedida a António Ferro, em Paris («do seu sabre sairá a luz»), que provocara uma *mise-au-point* da Legação de França¹⁰⁸. Durante a *drôle de guerre* manteve-se esta situação. Após o apelo do 18 de Junho (só integralmente impresso pelo jornal *República*), e nos primeiros tempos da França livre, começou a tornar-se conhecido, mas Salazar e o situacionismo apostavam em Pétain, de quem esperavam que caucionasse em França uma «revolução nacional», de modelo português. O Estado francês de Pétain manteve sempre em Lisboa um chefe de Legação – ministro ou encarregado de negócios autorizado – e Salazar mandou para Vichy um dos seus apaniguados de confiança absoluta (Caeiro da Mata). Tivemos cedo um representante de de Gaulle (Gorlier), mas este vivia, organizava os seus ficheiros, e correspondia com Londres, ao abrigo inviolável da embaixada de Inglaterra. Quando, na sequência do desembarque americano no norte de África, se organizou o Comité francês de Argel, Salazar aceitou sem relutância o representante de Giraud, mas mudou de atitude, e evitou as relações com um novo enviado a Lisboa, logo que se consagrou no Comité a supremacia de de Gaulle. Recebeu pessoalmente o primeiro na iminência da chegada do segundo, e nunca recebeu o segundo (du Chayla), de quem tudo indicava que, normalizadas as relações, viesse a ser ministro da França em Portugal.

Após a troca tardia dos chefes de missão, que a realidade impunha, na iminência da segunda visita de de Gaulle aos Estados Unidos, Salazar perguntou então a Jean du Sault, ministro da França, se o General não faria escala em Lisboa, porque, nesse caso, *il eût été beureux de le recevoir* (telegrama da Legação de França, em 17 de Agosto de 1945). Chegara o tempo em que, destruída a Alemanha, contaria com a nova França como estado tampão contra o expansionismo soviético na Europa, geralmente temido. A sugestão não teve desenvolvimento, e, abandonado o governo (Janeiro de 1946), de Gaulle mostrou-se partidário de um papel próprio da França na defesa do Ocidente, e foi contrário (1954) ao projecto de entrada do seu país na CED¹⁰⁹. O embaixador soviético (Sérgio Vinogradov) manteve sempre contactos com o General.

Eleito Presidente em 1958, de Gaulle esforçou-se por manter a independência possível relativamente aos dois blocos, felicitou calorosamente Khrouchtchev, quando este chegou ao poder, e recebeu-o em visita oficial em Março/Abril de 1960. Neste mesmo ano, sendo Marcelo Matias, ministro dos Estrangeiros em Lisboa, em intervalo da sua carreira parisiense, fora convidado oficialmente para uma visita a Paris. Houve então grande almoço, a que presidiu o General.

¹⁰⁸ Esta entrevista foi recolhida por Ferro no seu volume *Praça da Concórdia* (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1929). Estende-se de p. 215 a 220. Na p. 216, em rodapé, Ferro alude à *mise-au-point*, que a Legação de França mandara a propósito aos jornais, sem reproduzir o texto exacto.

¹⁰⁹ CED – Comunidade europeia de defesa, reprovada no Parlamento francês em 1957 (30 de Agosto).

Matias formulou o convite de que era portador: que de Gaulle visitasse enfim o nosso país.

Era a terceira vez que se manifestava o interesse português em receber o chefe de Estado francês. A primeira fora por um recado confiado por Salazar a Charles Oulmont¹¹⁰ quando este amigo das letras e da música, que se abrigara em Portugal, fora despedir-se de Salazar. O segundo convite fora, como vimos, formulado pelo próprio Salazar, na Legação de França, ao ministro (chefe de missão) Jean du Sault. O terceiro foi o que apresentou Matias... De Gaulle respondeu que aceitava em princípio. Mas, «quando, do lado português, se pretende que o convite e sua aceitação de princípio sejam mencionados no comunicado final, de Gaulle não o consente». Relatando o caso, Nogueira acrescenta: «Da visita de Matias fica a pairar esta sombra...»¹¹¹.

Com certeza a sombra terá escurecido Salazar... E mais se ia adensar, no plano da política argelina. A evolução de Paris relativamente ao conflito do Norte de África decepcionou muitos portugueses que, em alta esfera, se tinham congratulado com afirmações do General em 1958. Bernard de Menthon, embaixador de França, escreve a Couve de Murville no seu relatório final de missão:

L'évolution de la question algérienne a été suivie ici avec une attention passionnée, et les sympathies des milieux conservateurs, et à plus forte raison des ultras du régime pour les tenants de «l'Algérie française» n'étaient pas douteuses.

Massu, no teatro argelino (60/61), fora uma vedeta da nossa imprensa. O *Diário de Notícias* chamava-lhe «a bomba Massu». Na revista *Tempo presente*, Melo Beirão afirmara (n.º 20, Dezembro de 1960) que a política de De Gaulle estava «em absoluta oposição ao interesse nacional». Após as decisões do General, de grande firmeza, em 1960, o *Diário de Notícias* começara a publicar, em primeira página *As Memórias de Pétain*, contadas pela sua viúva. Tudo isto a embaixada de França registava.

Os acordos de Evian foram acolhidos com mais ou menos velada consternação, o fim da guerra, a repressão do atentado dito do Petit-Clamart, o consequente fuzilamento do coronel Bastien-Thiry (11 Março 1963) causaram significativas indignações. E até em Portugal se manifestaram «centuriões» que tiravam o nome, com que amedontravam, da designação do jornal *Le Centurion*, órgão da OAS,

¹¹⁰ OULMONT, Charles. – Dilettante francês que morreu centenário (1883-1984). Era homem do mundo, tocava piano, conhecera Debussy e Bergson. Com estes e outros títulos foi muito bem acolhido pelo SPN, onde fez conferências, e pela classe dominante do salazarismo. Em 46/48 escreveu um ensaio sobre João de Deus, que só veio a publicar em 1970 (Strasbourg, livraria Istra) como décimo-segundo volume das suas «obras completas». Em França conseguiu criar uma Fundação com o seu nome.

¹¹¹ NOGUEIRA, *Salazar*, vol. 5 (Porto, Civilização, 1984), p. 168.

reservado aos oficiais em missão na Argélia. Finalmente as «concessões» do General em Maio 68, sinal certo do seu «declínio», constituíram um novo motivo de reprovação, que tanto mais se exprimia claramente, quanto mais a guerra colonial portuguesa necessitava de material francês.

É justamente num livro sobre os «acontecimentos» que encontramos o que tomamos pelo mais espontâneo, sincero e lúcido elogio do General, jamais redigido por pena portuguesa. Referimo-nos à pequena brochura de António José Saraiva, intitulada *Maio e a crise da civilização burguesa*¹¹². Com a data de 10 de Junho de 68, aí vêm cinco páginas que, todavia, mostram ser posteriores ao referendo de 1969. O livro acha-se datado de 1970.

A. J. Saraiva experimentara as tentações ideológicas de esquerda, correntes ao seu tempo – o comunismo, o estalinismo, o jdanovismo, o maoísmo – e de todas considerara os efeitos, após algum tributo passageiro. Maior e vacinado, presenciou aqueles meados febris de 1968, viveu naquele «clima quase místico de poesia e sonho», como disse o padre Felicidade, assistiu àquele «carnaval revolucionário», segundo a expressão de Raymond Aron.

Em de Gaulle viu um modelo, de que se aproximava o seu próprio caso: integrado neste ou naquele grupo, nunca o General se subordinara a nenhum; inventara o seu caminho, que transformara no da França, precisamente com o desligar-se de entidades que o tinham cada qual por sua pertença: os políticos e o exército francês que assumiam a catástrofe de 40; os generais da Argélia, que o promoviam e queriam caucionário da sua «vitória»; a burguesia internacional que lhe teria conferido o papel de sua vedeta; o imperialismo americano que desejaria a sua aprovação da guerra do Vietname; a opinião ocidental que lhe exprobrava os seus avisos a Israel; o colonialismo francês que não aceitava os seus actos e discursos no sentido da emancipação; a repressão de Maio que não tivesse por reverso a participação...

A aventura do General fora um constante desafio, nomeadamente à classe social em que viera ao mundo, à corporação em que se formara, à maioria que o levava ao poder... Na formulação da sua análise. A. J. Saraiva chega ao altissonante: «de Gaulle é o exemplo mais acabado que conheço de herói trágico». E, nestas palavras, se encontra com Roland Faure, com o sentimento de Faure, ao deixar São Bento:

Avant de quitter São Bento, je jetais un long regard vers la silhouette figée, là-bas, sous la lumière de la pergola. Comme si j'avais besoin de m'assurer que je ne quittais pas la scène fascinante d'un théâtre.

¹¹² SARAIVA, António José, *Maio e a crise da civilização burguesa* (Lisboa, Europa-América, 1970). O desenvolvimento sobre de Gaulle, a pp.133/137.

A silhueta era a de Salazar, *un personnnage shakespeareien*. Para A. J. Saraiva, de Gaulle é antes comparável a Prometeu:

... julgo que, passado este pormenor pouco grandioso da revolução, ele continuará a desafiar os homens, como Prometeu, porque a História – e não a peripécia – é só a dimensão em que ele cabe.

Nunca se encontraram os dois governantes nem admira, porque os seus destinos eram diversos. Salazar operou, às vezes sob comprometedora inspiração de modelos do seu tempo, um regresso na História. De Gaulle saltou em geral para o desconhecido, no sentido do futuro.

*

Em Portugal, no meio estudantil, a influência de Maio 68 foi evidente na sua terceira grande crise da década, que para nós começa nos últimos meses de 68, e se agudiza em 1969, em proporções nunca antes atingidas, com greves repetidas, com apoio crescente de docentes, adopção ou adaptação de fórmulas, técnicas e reivindicações de inspiração francesa, e reciprocamente centenas de processos disciplinares, detenção de dirigentes estudantis, incorporação imediata de activistas no serviço militar, encerramento da Universidade... A longa agitação ficava, todavia, longe de abranger o operariado, de se estender ao campesinato... Em suma, não foi por este caminho que se foi lá.

De resto, não é o próprio papel da Universidade fazer revoluções. Não se pode é deixá-la carente de modernização, a gritar em vão por reformas. Da de Edgar Faure, em França, o efeito foi muito forte e geralmente positivo. O Ministro abriu um caminho que estava barrado, e importava trilhar. Susceptível de perversões, mas felizmente aberto à inovação.

Deixou-se cair a «universidade crítica», de que terá ficado alguma coisa, mas também não se pode programar na universidade em função de previsões de mercado. Não se enxerga facilmente a universidade autónoma, auto-gerida, mas dialogante que traga consigo, de acordo com a evolução do mercado, o germe da sua própria evolução, sem prejuízo da cultura. E ainda menos a rede de universidades, que, esconjurado o perigo do passatempo turístico, acompanhasse e até sugerisse ou exigisse o aprofundamento da construção europeia.

Para nós, Portugueses, e para as relações franco-portuguesas no campo do ensino, as sucessivas reformas, regulamentações e modas vêm-se revelando às vezes perniciosas. Lembramos que, em 1945, uma das principais reivindicações dos nossos interlocutores na discussão preparatória do estabelecimento (ou restabelecimento) de relações entre os dois países, era a posição em Portugal dos estudos franceses. Havia mesmo quem exigisse, de parte de França, como condição *sine qua non*, a recuperação de todas as posições perdidas na sequência da

reforma Carneiro Pacheco... Enfim, optou-se por uma solução intermédia. Hoje, uma regulamentação francesa que importaria, para que as aulas não se extinguissem, a presença em cada ano de trinta estudantes pelo menos, não é defensável, já que atentatória de uma tradição a não perder, e até da política comunitária em prol do multi-linguismo. Como reconheceu e proclamou sem cessar Solange Parvaux¹¹³, o português é a terceira língua europeia mais falada fora da Europa.

Não que as haja, também as línguas, de submeter à competitividade. Já vamos demasiado longe na idolatria da competitividade, na declarada promoção da «excelência». O mundo descobriu agora a necessidade de promover a excelência? Tinha até aqui promovido a inépcia? Aliás, nós, Portugueses, fomos todos excelências, e até excelentíssimos, ilustríssimos, reverendíssimos... Mas a modernidade reclama agora outros métodos de avaliação. Mealheiros de pontos a distribuir segundo os resultados, sem ultrapassar a conta. E avaliadores dos avaliadores? Ou os números – lidos por quem? – falam por si, e dão sentenças? Com a recuperação do creacionismo, aperta-se a selecção natural?

A universidade de Maio pretendia-se anti-selectiva. Furiosamente selectiva era a universidade soviética, e, antes pelo contrário, Maio está na origem dos estabelecimentos de modelo universitário destinados ou propostos a várias camadas de população. Da universidade popular, tínhamos, nós, Portugueses, uma tradição. Sucederam-lhe as universidades abertas, as universidades de partido, as da terceira idade... as universidades de verão... E o conteúdo, os corolários, as implicações, a parte e origem do financiamento público, as exigências da autonomia não cessam de ser discutidos nas de habilitação profissional garantida.

Seja como for, as relações humanas mudaram com Maio 68: a relação docente/discente; a relação patrão/empregado; a relação homem/mulher; a relação nacional/estrangeiro; a relação nacional/imigrante... A emancipação da mulher progrediu muito... Mesmo nos seus excessos, Maio 68 era portador de um humanismo, até na sua oposição aos humanismos de fachada.

Evoluiu para uma revolução que abortou? Felicitemo-nos por ambas as coisas: ter evoluído assim, e ter falhado o objectivo definido em curso de evolução... Aliás, pode também sustentar-se, deixando agora o terreno específico da Universidade, que a revolução para que passou a encaminhar-se Maio 68, eclodiu em Portugal em Abril 74. Caminho aberto por golpe militar? Não esquecer o slogan de Maio: – *S'il vous plaît, coup d'Etat!*

¹¹³ Nascida em 1939, aluna de Bourdon. Foi inspectora geral dos estudos portugueses no seu país. Autora do primeiro livro publicado em França pelo Centro Cultural Gulbenkian – sobre cerâmica popular alentejana – logo premiado no nosso país. Faleceu em Novembro de 2007, dias depois de ter apresentado ao público, no mesmo Centro, um *Vocabulário luso-francês*, que terminara pouco antes.

Aproveitaremos a ocasião para lembrar que a editora Pax, em Braga, publicou em 75 uma brochura intitulada *A Contestatária do Bairro latino*. Coleção de pequenas ficções. A mais significativa, que dá o título ao livrinho, é a narração, na primeira pessoa, de uma jovem portuguesa que, tendo-se encontrado, no revolto Maio, em Paris, se tinha dado a todas as ilusões e erros. Finalmente, felizmente, encontrara o bom caminho, salutar, no regresso às verdades eternas da moral cristã. Vacina contra um Maio português? Uma «dose de Maio» mostrava a sua cor...

É verdade que as greves, as reuniões, os comités (sessões de esclarecimento), as festas, os benefícios, os estragos de Maio se repetiram entre nós, *mutatis mutandis*, nos primeiros tempos do 25 de Abril. A poesia também. Porque – o padre Felicidade tinha razão – houve uma poesia em Maio. Em muitas arengas, em certos slogans. Muitos foram recolhidos e publicados. Em certos cartazes. Em poemas que também foram recolhidos e publicados. A título de exemplo, os slogans de todas as incitações. *Interdit d'interdire!*...

Faites l'amour, pas la guerre desencadeou a repressão salazarista imediata, com os efeitos que vimos. *Ouvrez les fenêtres de votre coeur*... Na rua de Rotrou, no Odéon, aparecera o slogan *La Poésie est dans la rue*. Passou em português para a poesia de Sofia de Melo Breyner, e, imediatamente após o 25 de Abril, para um dos *posters* com que Vieira da Silva, celebrou o golpe:

A rua estreita e profunda entre duas casas portuguesas, a multidão que a peja a perder de vista arvorando cravos. À esquerda uma fiera de três janelas abertas de par em par, e pessoas que vêm ver, e na mais alta uma rapariga que procura estender um cravo à do segundo andar, também florida, mas ainda receptiva. Lembra a inscrição: *Parlez à votre voisin*.

Em cabo do cortejo apenas um toque redondo de pincel vermelho, e na rua à esquerda, bem visível o número da porta: 25. O ponto, que sugere o infinito do desfile, corresponde à legenda em maiúsculas, também vermelhas, assim repartidas na base do quadro:

A
POESIA ESTÁ NA RUA

*

Ao tempo em que terminamos de alinhar o artigo presente encerra-se em Paris o Grenelle do ambiente, reunião ao mais alto nível que se pretende tão importante para impedir a deterioração do clima pelo aquecimento excessivo do planeta, como foi o protocolo de Grenelle (25/26 de Maio de 68) para moderar os ardores da revolução que se temia. Este *Grenelle de l'environnement*, lançado por Nicolas Sarkozy após a sua eleição, realizou-se no Eliseu, e teve as participações mais significativas: o nosso compatriota José Manuel Barroso, enquanto

Presidente da Comissão europeia, Al Gore, autor do livro *Uma verdade inconveniente*, os membros do governo francês que o assunto mais directamente concerne (nomeadamente Jean-Louis Borloo, ministro da ecologia) e os mais notáveis ecologistas franceses. As ONG (organizações não governamentais) declararam-se satisfeitas com a reunião e as suas conclusões, e o Presidente Sarkozy não deixa de chegar a brasa à sua sardinha, como se diz em português: «Quero que este Grenelle seja o acto fundamental de um *New Deal* ecológico em França, na Europa e no mundo». A ambição foi proclamada no mesmo dia em que o programa das Nações Unidas para o ambiente tornava público o seu relatório GEO-4, muito inquietante sobre o estado ecológico actual da terra em que vivemos.

Entretanto reclama-se um Grenelle social como mais adequada instância para debater e resolver, entre outros, o problema angustiante das reformas, a baixa do «poder de compra». A candidata socialista que disputara as eleições a Sarkozy, abriu a sua campanha com debates «participativos», e propunha a «ordem justa» mediante a «democracia participativa». Numa confusa «participação» apostara de Gaulle.

De Maio 68 voltam os termos, ou os factos? A autonomia na universidade, todos a querer, mas os estudantes experimentam agora forças contra a lei Pécresse¹¹⁴, que receiam transforme em abuso o recurso ao privado. Foram dezenas as universidades fechadas, e as greves dos transportes outra vez perturbaram ou impediram a actividade quotidiana.

Nunca como nestas vésperas do quadragésimo aniversário as coincidências foram tantas com Maio 68. Mas a história não se repete, nem os agoiros se justificam. Quisemos apenas registar paralelismos e interacções, e terminamo-los quando deixa este mundo, a 22 de Novembro, aquele Maurice Bédart que, em Junho de 68, por aconselhar em Lisboa o amor, que não a guerra, foi expulso com Romeus e Julietas, do nosso país de brandos costumes... Antes de o seu nome aparecer em rima (muito pobre) com o do nosso Presidente do Conselho...

Quanto a Cohn-Bendit, dará ainda que falar. À data em que revemos provas – 16 de Abril – foi recebido com certa discrição pelo Presidente da República francesa. Slogan, *L'Imagination au pouvoir*. Terão falado de ecologia... Ou não só? A imaginação, não desvairando o poder, e acompanhada de penetrante entendimento da evolução das realidades, necessidades e aspirações, não será de todo pernicioso quando se vai ter a presidência do Conselho de Ministros da União Europeia.

¹¹⁴ PÉCRESSE, Valérie, (1967). – Diplomada pelos Altos Estudos Comerciais e pela Escola Nacional de Administração, *maître de conférences* no Instituto de estudos políticos, deputada, ministra do Ensino Superior e da pesquisa do actual governo Fillon. Escreveu *Etre une femme politique... c'est pas facile!* (Paris, L'Archipel, 2007).

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Rute Melo de, *O Movimento Estudantil. Possíveis ligações ao Maio de 1968*, Lisboa, 1978 – BNL PP 4376 AQ.
- ARON, Raymond, *La Révolution introuvable*, Paris, Fayard 1968.
- BEN SAÏD, Daniel e Henri WEBER, *Mai 1968: Une répétition générale*, Paris, Maspéro, 1968.
- CARDOSO, Abílio Tavares, e João Salvado RIBEIRO, *Testemunho Aberto, o caso do padre Felicidade*, Lisboa, Multinova, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius, *Les Mouvements des Années Soixante*, in revista *POUVOIRS*, n.º 39 (1986), p. 110.
- COHN-BENDIT, Daniel, *Le Gauchisme: remède à la maladie sénile du communisme*, Paris, Seuil, 1968.
- COMBATE, periódico dirigido por Francisco Louçã, n.º 108, relativo a Maio 1988.
- COMBES, Patrick, *La Littérature et le mouvement de mai 68. Écriture, mythes, critique, écrivains...* Paris, Seghers, 1984.
- CONTESTATÁRIA (A) DO BAIRRO LATINO, *Experiências*, Braga, Livraria Editora Pax, 1975.
- CORRESPONDÊNCIA MARCELO MATIAS/SALAZAR... Edição, prefácio e notas por Joaquim Veríssimo Serrão, 2.ª edição, Lisboa (aliás Viseu), Difel, 1984.
- COTTA, Michèle, *Les Cahiers secrets de la V^e République*, tome I, Paris, Arthème Fayard, 2007.
- COUDRAY, Jean Marie, V. MORIN, Edgar...
- CRUZEIRO, Celso, *Coimbra, 1969: a crise académica, o debate das ideias, e a prática, ontem e hoje*, Porto, Afrontamento, 1989.
- CURUTCHET, Jean, *Je veux la tourmente*, Paris, Dualpha diffusion, 2004.
- DAUM, Nicolas, *Des Révolutionnaires dans un village parisien*, Paris, Londres, 1988.
- DROIT, Michel, *Les Feux du crépuscule*, Paris, Plon, 1977.
- FERRO, João Pedro, V. OLIVEIRA MARQUES.
- FRANCO NOGUEIRA, Alberto, *Salazar*, 6 vols., Coimbra, Atlântida, s.d., Porto, Livraria Civilização Editora, 1983/5.
- GALLANT, Mavis, *Chroniques de Mai 68*, Paris, Rivages, 1998.
- GLUCKSMANN, André, *Stratégies et révolution en France en 1968*, Paris, Bourgois, 1968.
- HOCQUENGHEM, Guy, *Lettre ouverte à ceux qui sont passés du col Mao au Rotary*, Paris, Albin Michel, 1986.
- INTERNATIONALE SITUATIONNISTE, Fac-simile da coleção completa desta revista, in BNF (Riche-lieu), *Estampes et photographies, magasin...* Cota Yal. 456-8.
- ISORNI, Jacques, *Mémoires*, tome 3, Paris, Robert Laffont, 1988.
- JOFFRIN, Laurent, *Mai 68, une histoire du mouvement*, Paris, Seuil, 1988.
- LA GORCE, Paul-Marie de, *De Gaulle*, Paris, Librairie académique Perrin, 1999.

LEFORT, Claude, V. MORIN, Edgar...

LUCAS, Humberto, *Cronologia dos acontecimentos de Maio 68 em França*. (Texto mimeografado, s.d.), Coimbra, Universidade, centro documental do 25 de Abril.

MAI SI, Paris, Pec-la-Brèche, 1988.

MARCELLIN, Raymond, *L'Ordre Public et les Groupes Révolutionnaires*, Paris, Plon, 1969.

MARCUSE, Herbert, *L'Homme unidimensionnel*, – trad. de *One Dimensionnel Man* (1964), Paris, Le Seuil, 1968

MARQUES, Fernando Pereira, *A Praia sob a Calçada, Maio de 68 e a «Geração de 60»*, com um ensaio-prefácio de Eduardo Lourenço, Lisboa, Âncora Editora, 2005.

MEDEIROS FERREIRA, V. OLIVEIRA MARQUES.

MORIN, Edgar, Claude LEFORT, Jean-Marie COUDRAY, *Mai 68, La Brèche*, Paris, Fayard, 1968 passim.

NOGUEIRA, V. FRANCO NOGUEIRA, Alberto.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de; MEDEIROS FERREIRA, José; J. C. Trindade SANTOS; João Pedro FERRO, *A Primavera que abalou o Regime: a crise académica de 1962*, Lisboa, Presença, 1986.

PERRET, Pierre, *Inquiète Sorbonne*, Paris, Classiques Hachette, 1968.

PROENÇA, Maria Cândida, *Os movimentos estudantis em Portugal. Maio de 1968, trinta anos depois*, Lisboa, edições Colibri, s.d. (depósito legal, 24 Fevereiro 2000).

RIBEIRO, João Salvado, V. CARDOSO Abílio Tavares.

SALVARESI, Elisabeth, *Mai en héritage*, Paris, Syros, 1988.

SANTOS, J. C. Trindade, V. OLIVEIRA MARQUES.

SARAIVA, António José, *Maio e a crise da civilização burguesa*, Lisboa, Europa-América, 1970.

SARTRE, Jean-Paul, *Situations VIII, Autour de Mai 68*, Paris, Gallimard, 1972.

SCHNAPP, Alain et Pierre VIDAL-NAQUET, *Journal de la Commune étudiante. Textes et documents...*, Paris, Seuil, 1988.

TOURAINÉ, Alain, *Le Communisme utopique. Le Mouvement de Mai*, Paris, Seuil, 1972.

VIANSSON-PONTÉ, Pierre, *Histoire de la République gaullienne*, Paris, Arthème Fayard, 1971.

TRACTS (LES) DE MAI 1968 À LA BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE PARIS..., BNF (Tolbiac), Impr. 159.

VALERO, Gastón Segura, *A la sombra de Franco, El refugio español de los activistas de l'OAS*, Madrid, Ediciones B, 2004.

VIDAL-NACQUET, Pierre, *Mémoires, II, Le Trouble et la lumière, 1955-1998*, Paris, Seuil, 1998.

VIDAL-NACQUET, Pierre, V. SCHNAPP, Alain.

WEBER, Henri, *Que reste-t-il de mai 68?*, Paris, Seuil, 1998.

WEBER, Henri, V. BEN SAÏD, Daniel.